Relatório Técnico do Balanço Geral de 2017

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

Relatório Técnico do Balanço Geral de 2017

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo - março de 2018.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
João Doria

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA
Caio Megale

SECRETÁRIO ADJUNTO
Luis Felipe Vidal Arellano

CHEFE DE GABINETE
Arlinton Nakazawa

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO MUNICIPAL – SUTEM
Henrique de Castilho Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON
Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC
Flavio Augusto Solla

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR
Joyce Macedo de Souza

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO
Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON
Marcelo Pierantozzi Gonçalves

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER
Margarete Tizue Nakamae Takaoka

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA
Agnaldo dos Santos Galvão
Angela Cristina Schneider
Karen Cheda Ferreira
Marcia Correia Jusius
Maria de Lourdes Silva Gomes
Simone Nishida Pereira

Sumário

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2017 5

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS 8

LISTA DE SIGLAS 10

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 13

ANÁLISE PATRIMONIAL 14

BALANÇO PATRIMONIAL 14
Composição e Análises do Balanço Patrimonial 14
Quadro Principal 14
Ativo 16
Passivo 33
Patrimônio Líquido 46
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964) 47
Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964) 48
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964) 49
Índices do Balanço Patrimonial 50
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 52
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais 56
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 56

ANÁLISE FINANCEIRA 59

BALANÇO FINANCEIRO 59
Ingressos 59
Saldo no Início do Exercício 59
Receita Orçamentária 60
Transferências Financeiras Recebidas 61
Recebimentos Extraorçamentários 62
Dispêndios 65
Despesa Orçamentária 65
Transferências Financeiras Concedidas 66
Pagamentos Extraorçamentários 68
Saldo para o Exercício Seguinte 68
Resultado da Execução Financeira - Consolidado 69
Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro 70
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 71
Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa 73
Fluxo de Caixa Operacional 2016-2017 73
Fluxo de Caixa de Investimentos 2016-2017 73
Fluxo de Caixa de Financiamento 2016-2017 73
Análise dos Quocientes da DFC 74

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA 76

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 76
Receita Total Orçada 77
Despesa Total Fixada 77
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 80
Execução da Receita Orçamentária 83
Receitas por Categoria Econômica 84
Receitas Correntes 87
Receitas de Capital 98
Receitas por Fontes de Recursos 104
Comparativo da Receita Orçamentária 2016 e 2017 105

Execução da Despesa Orçamentária *106*
Despesas por Categoria Econômica e GND (Grupo Natureza de Despesa) 108
Despesas Correntes 109
Despesas de Capital 110
Despesas por Principais Elementos 111
Despesas por Função de Governo 113
Despesas por Fonte de Recursos 114
Despesas de Exercícios Anteriores 115
Execução dos Fundos Municipais 116
Restos a Pagar 119
Comparativo da Despesa Orçamentária 2016 e 2017 120
Síntese da Execução Orçamentária *121*
Análise dos Indicadores do Balanço Orçamentário *121*
Cumprimento à Regra de Ouro 124
Comportamento do Resultado Orçamentário nos últimos cinco anos *124*

GESTÃO FISCAL 126

Receita Corrente Líquida 126
Demonstrativo Das Receitas e Despesas Previdenciárias 127
Resultado Primário 128
Resultado Nominal 129
Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação 131
Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Saúde 132
Demonstrativo da Despesa com Pessoal 134
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar 135
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal 137

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM 139

Principais dados apresentados pela CGM em 2017 139

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2017 154

CONCLUSÃO 154

Apresentação do Relatório Técnico do Balanço Geral de 2017

O Departamento de Contadoria, da Subsecretaria do Tesouro Municipal pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta à sociedade e demais interessados a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo, na forma de Balanço Geral de 2017 em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2017 e abrange os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo, a saber[1]:

- **Poder Legislativo / Administração Direta:**
  - ✓ Câmara Municipal de São Paulo;
  - ✓ Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
  - ✓ Respectivos Fundos.
- **Poder Executivo / Administração Direta:**
  - ✓ Secretarias;
  - ✓ Fundos;
  - ✓ Prefeituras Regionais.
- **Poder Executivo / Administração Indireta:**
  - ✓ Autarquia Hospitalar Municipal;
  - ✓ Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Municipal de Limpeza Urbana;
  - ✓ Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo;
  - ✓ Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura;
  - ✓ Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
  - ✓ Fundo Municipal de Habitação;
  - ✓ Hospital do Servidor Público Municipal;
  - ✓ Instituto de Previdência Municipal de São Paulo;
  - ✓ Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Este Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro e as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 57.578, de 13 de janeiro de 2017 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial para o exercício de 2017 e Decreto Municipal nº 57.975, de 10 de novembro

[1] No decorrer do Relatório e Notas Explicativas utilizamos os termos “Empresas” ou “Autarquias” que representam as Entidades que compõem a esfera Consolidada Municipal.

de 2017 e alterações, que dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2017 das Administrações Direta e Indireta.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 7º edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Os dados para a elaboração do Balanço Geral do Município de São Paulo foram obtidos da escrituração realizada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em conformidade com o plano de contas único deste Município e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, e ainda a Lei Municipal nº 15.949, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, Lei Municipal nº 16.529, de 26 de julho de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2017 e Lei Municipal nº 16.608, de 29 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2017. Nos demonstrativos fiscais estão compreendidos: os Resultados Primário e Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal, a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

As adaptações e implantações de políticas contábeis para atendimento aos processos de padronização com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vêm ocorrendo de forma gradual neste Município com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, anexo à Portaria STN nº 548 de 2015, em consequência foram criados Grupos de Trabalho (GT), para estudos, discussão e melhoria de processos, detalhados nas Notas Explicativas deste Relatório.

Este relatório tem como objetivo oferecer aos munícipes a instrumentalização do controle social, com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, utilizando uma linguagem simples e didática e fornecendo subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2017, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário. Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal esta Prestação de Contas encontra-se disponível no Portal da Secretaria da Fazenda[2].

[2] Endereço eletrônico:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2017, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

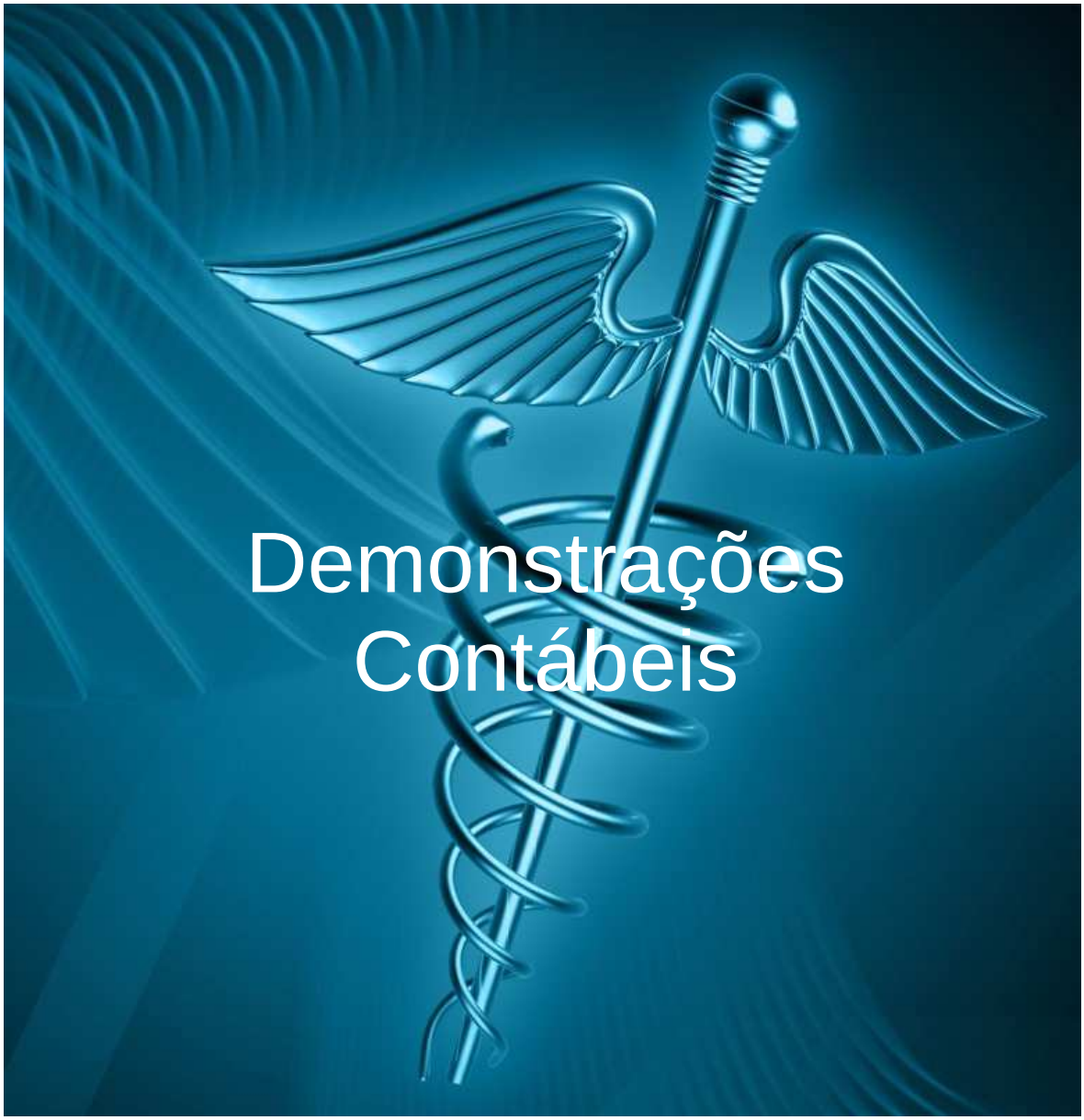
- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 15.949/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017;
- Lei Municipal nº 16.529/2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2017;
- Lei Municipal nº 16.608/2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017;
- Decreto Municipal nº 57.578/2017 e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº 57.631/2017, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2017;
- Decreto Municipal nº 57.975/2017, e alterações introduzidas pelos Decretos Municipal nº 58.029/2017 e 58.095/2018, que dispõem sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2017;
- Portaria MPS nº 509/2013, que dispõe sobre o Regime Próprio da Previdência Social;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e Portaria STN nº 840/2016, que aprovam a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e dão outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN nº 403/2016, que aprova a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);

- Portaria STN nº 896/2017, que estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação.

Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
APAIT	Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPM	Bens Patrimoniais Móveis
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CE	Composição do Endividamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGM	Controladoria Geral do Município
CGPATRI	Coordenadoria de Gestão do Patrimônio
CID	Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento
CLGO	Caixa Líquido Gerado nas Operações
CMSP	Câmara do Município de São Paulo
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CP	Curto Prazo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DECON	Departamento de Contadoria
DEFIN	Departamento de Administração Financeira
DFC	Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EG	Endividamento Geral
FECAM	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo
FETCM	Fundo Especial do Tribunal de Contas do Município
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMH	Fundo Municipal de Habitação
FUMCAD	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUNDATEC	Fundação Paulistana de Tecnologia
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GT	Grupo de Trabalho
GT	Grupo Técnico
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IGP- DI	Índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna
IGP- M	Índice Geral de Preços do Mercado
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPREM	Instituto de Previdência Municipal
IPSAS	Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veiculos Automotores
IS	Índice de Solvência
ISS	Impostos Sobre Serviços
LC	Lei Complementar
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LIBOR	London InterBank Offered Rate
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LS	Liquidez Seca
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDF	Manual de Demonstrativos Fiscais
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OUC	Operações Urbanas Consorciadas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Procedimento Contábil Patrimonial
PERT	Programa Especial de Regularização Tributária
PGM	Procuradoria Geral do Município

PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI	Programa de Parcelamento Incentivado
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SBPI	Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis
SBPM	Sistema de Bens Patrimoniais Móveis
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEME	Secretaria Municipal da Esportes e Lazer
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SFMSP	Serviço Funerário do Município de São Paulo
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIURB	Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMG	Secretaria Municipal de Gestão
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMPR	Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais
SMSO	Secretaria Municipal de Serviços e Obras
SMSP	Secretaria Municipal das Subprefeituras (atual Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais)
SOF	Sistema de Orçamento e Finanças
SP CINE	Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo
SP Obras	São Paulo Obras
SP Parcerias	São Paulo Parcerias
SP Securitização	Companhia Paulistana de Securitização
SP Trans	São Paulo Transporte S.A.
SP Turis	São Paulo Turismo S.A.
SP Urbanismo	São Paulo Urbanismo
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TCMSP	Tribunal de Contas do Munícipio de São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
UPR	Unidade Padrão de Referência
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas



Demonstrações Contábeis

Análise das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis desta Prefeitura foram extraídas do Sistema SOF, e consolidam as ações governamentais executadas por diversos órgãos da administração direta e indireta e compõem a Prestação de Contas Anual.

Conforme dispõe o artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As peças contábeis apresentadas têm a finalidade de oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial da gestão municipal, bem como outros resultados.

Seguem os demonstrativos contábeis da Lei nº. 4.320/64 e os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, editados e alterados por meio de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional:

Análise Patrimonial

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Município por meio das contas representativas do patrimônio público, cuja análise auxilia na definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial.

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após as demonstrações contábeis (curto prazo/circulante) ou após 12 meses das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante).

Consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64, o Balanço Patrimonial da PMSP também segrega o ativo e passivo em financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto de:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle);
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Composição e Análises do Balanço Patrimonial

Quadro Principal

O Quadro Principal do Balanço Patrimonial demonstra as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), onde as contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O quadro principal apresenta a seguinte estrutura:

em R$

Ativo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	%s/ Ativo Total
Ativo Circulante	**10.607.710.950,52**	**8.331.791.389,96**	**27,3%**	**10,1%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19	27,2%	6,6%
Créditos a Curto Prazo	3.408.646.011,99	2.668.779.667,07	27,7%	3,2%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	45.908.871,53	28.029.055,72	63,8%	0,0%
Estoques	208.216.883,23	133.910.325,09	55,5%	0,2%
VPD Pagas Antecipadamente	468.772,10	43.205.365,89	-98,9%	0,0%
Ativo Não Circulante	**94.941.412.116,68**	**91.667.222.980,34**	**3,6%**	**89,9%**
Realizável a Longo Prazo	65.089.029.333,16	61.803.871.566,89	5,3%	61,7%
Créditos a Longo Prazo	64.720.793.622,61	61.436.714.773,18	5,3%	61,3%
Investimentos Temp. a Longo Prazo	7.725,10	10.454,27	-26,1%	0,0%
Estoques	368.227.985,45	367.146.339,44	0,3%	0,3%
VPD pagas antecipadamente	-	-	0,0%	0,0%
Investimentos	8.933.164.975,13	8.977.203.736,05	-0,5%	8,5%
Imobilizado	20.879.024.352,08	20.834.581.295,19	0,2%	19,8%
Intangível	40.193.456,31	51.566.382,21	-22,1%	0,0%
Total	**105.549.123.067,20**	**99.999.014.370,30**	**5,6%**	**100,0%**

Passivo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	%s/ Passivo Total
Passivo Circulante	**7.452.489.362,63**	**13.014.060.791,15**	**-42,7%**	**7,1%**
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.339.005.325,19	1.824.191.213,57	-26,6%	1,3%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	2.103.572.141,73	2.043.188.206,24	3,0%	2,0%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	477.764.094,24	1.141.578.357,48	-58,1%	0,5%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15.376.178,70	30.987.038,54	-50,4%	0,0%
Obrigações de Repartições a Outros Entes	-	-	0,0%	0,0%
Provisões a Curto Prazo	118.238.111,72	115.839.000,00	2,1%	0,1%
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.398.533.511,05	7.858.276.975,32	-56,8%	3,2%
Passivo Não Circulante	**197.758.534.549,68**	**159.242.584.886,25**	**24,2%**	**187,4%**
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	12.593.037.208,65	12.364.233.779,62	1,9%	11,9%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	27.134.627.621,58	28.745.301.471,65	-5,6%	25,7%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.628.827.121,11	4.276.690.608,50	8,2%	4,4%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	136.706.580,69	116.954.148,87	16,9%	0,1%
Provisões a Longo Prazo	146.761.694.237,85	114.709.507.457,29	27,9%	139,0%
Demais Obrigações a Longo Prazo	6.503.641.779,80	(970.102.579,68)	-770,4%	6,2%
Resultado Diferido	-	-	0,0%	0,0%
			0,0%	0,0%
Passivo a Descoberto	**(99.661.900.845,11)**	**(72.257.631.307,10)**	**37,9%**	**-94,4%**
Patrimônio Social e Capital Social	756.901.559,14	756.901.559,14	0,0%	0,7%
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	736.987.431,93	736.987.431,93	0,0%	0,7%
Reservas de Capital	-	-	0,0%	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	0,0%	0,0%
Reservas de Lucros	-	-	0,0%	0,0%
Demais Reservas	141.159.029,23	141.156.510,94	0,0%	0,1%
Resultados Acumulados	(101.296.948.865,41)	(73.892.676.809,11)	37,1%	-96,0%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	0,0%	0,0%
Total	**105.549.123.067,20**	**99.999.014.370,30**	**5,6%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se um aumento de 5,6% no total do Balanço Patrimonial, destacando a participação de 89,9% do Ativo Não Circulante em relação ao Ativo Total e de 187,4% de participação do Passivo Não Circulante em relação ao Passivo Total.

Nota-se que o Ativo Circulante apresenta um aumento de 27,3% de aumento, o endividamento a Curto Prazo evidencia uma redução de 42,7% em relação ao exercício de 2017, já o Passivo a Descoberto apresenta um aumento de 37,9%.

Segregando a análise patrimonial do exercício de 2017 em Administração Direta e Indireta, temos a seguinte posição:

em R$

Ativo	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado 2017	%s/ Ativo Total
Ativo Circulante	9.699.014.532,90	908.696.417,62	10.607.710.950,52	10,1%
Ativo Não Circulante	93.411.615.605,09	1.529.796.511,59	94.941.412.116,68	89,9%
Total	**103.110.630.137,99**	**2.438.492.929,21**	**105.549.123.067,20**	**100,0%**

Passivo	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado 2017	%s/ Passivo Total
Passivo Circulante	7.081.190.128,95	371.299.233,68	7.452.489.362,63	7,1%
Passivo Não Circulante	50.543.944.637,14	147.214.589.912,54	197.758.534.549,68	187,4%
PL / Passivo a Descoberto	45.485.495.371,90	(145.147.396.217,01)	(99.661.900.845,11)	-94,4%
Total	**103.110.630.137,99**	**2.438.492.929,21**	**105.549.123.067,20**	**100,0%**
%Participação s/ Consolidado	**97,7%**	**2,3%**	**100,0%**	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Analisando o quadro apresentado, verifica-se que a Administração Direta representa 97,7% do balanço consolidado e a Administração Indireta 2,3% deste montante. Uma relevante variação é observada no Patrimônio Líquido, onde a Administração Direta apresenta um valor positivo de R$ 45.485.495.371,90, já na Administração Indireta temos um Passivo a Descoberto no montante de (R$ 145.147.396.217,01), resultando em um consolidado negativo de (R$ 99.661.900.845,11).

Na sequência, vejamos a análise segregada dos principais itens do Balanço Patrimonial:

Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização.

Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sua composição é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

Ativo Circulante	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19	27,2%	65,5%
Créditos a Curto Prazo	3.408.646.011,99	2.668.779.667,07	27,7%	32,1%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	45.908.871,53	28.029.055,72	63,8%	0,4%
Estoques	208.216.883,23	133.910.325,09	55,5%	2,0%
VPD Pagas Antecipadamente	468.772,10	43.205.365,89	-98,9%	0,0%
Total	**10.607.710.950,52**	**8.331.791.389,96**	**27,3%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o Ativo Circulante apresenta um aumento de 27,3% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Caixa e Equivalentes de Caixa e Créditos a Curto Prazo que representam, respectivamente, 65,5% e 32,1% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem 97,6% do Ativo Circulante.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Município, para os quais não haja restrições para uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

em R$

Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Caixa	32.869,94	38.796,03	-15,3%	0,0%
Conta Única - Exceto RPPS	157.695.029,46	91.552.923,57	72,2%	1,7%
Conta Única - RPPS	281.091,27	223.161,35	26,0%	0,0%
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	127.057.997,79	92.076.135,49	38,0%	1,7%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	6.659.403.423,21	5.273.975.959,75	26,3%	96,6%
Total	**6.944.470.411,67**	**5.457.866.976,19**	**27,2%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As aplicações financeiras de liquidez imediata totalizaram o montante de R$ 6.659.403.423,21 e representam 96,6% do total do grupo. Dentre os valores mais relevantes, destaca-se que 62,3% das aplicações correspondem aos itens apresentados a seguir:

em R$

Principais Itens de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	Banco	Saldo em 31/12/2017	% Total de Aplicações Financ. Liquidez Imediata
Conta Movimento - Aplicações	BB	1.299.666.850,56	19,5%
Operação Urbana Água Branca - Outorga Geral	BB	578.466.812,68	8,3%
Pagamento Sequestros Precatórios	BB	546.771.145,39	7,9%
Fundo de Desenvolvimento de Trânsito	BB	478.041.575,73	6,9%
Operação Urbana Faria Lima	CEF	435.060.912,91	6,3%
FUMCAD - Imposto de Renda	BB	265.722.391,44	3,8%
FMLU - Repasse do Tesouro Municipal	BB	220.362.683,54	3,2%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	BB	170.752.446,17	2,5%
SNJ - Procuradoria Geral do Município - Dec. 52.726	BB	169.353.879,87	2,4%
Operação Urbana Água Espraida	CEF	161.057.001,81	2,3%
Total		**4.325.255.700,10**	**62,3%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Créditos a Curto Prazo: Referem-se aos valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, créditos de transferências a receber, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos, sendo realizáveis em até doze meses da data das demonstrações contábeis. São mensurados ou avaliados pelo valor original.

A composição dos créditos de curto prazo é demonstrada na tabela e no gráfico a seguir:

em R$

Créditos a Curto Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.785.200.380,73	2.169.197.015,09	28,4%	81,7%
Outros Créditos a Receber	353.856.699,27	274.378.072,07	29,0%	10,4%
Clientes *	161.488.396,93	111.427.466,91	44,9%	4,7%
Créditos de Transferências a Receber	82.774.382,07	103.444.372,53	-20,0%	2,4%
Créditos Previdenciários a Receber	11.806.371,04	-	100,0%	0,3%
Tributos a Recuperar/Compensar	6.256.968,26	5.086.353,71	23,0%	0,2%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	4.923.662,28	4.692.862,38	4,9%	0,1%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	1.467.131,53	553.524,38	165,1%	0,0%
Dívida Ativa	872.019,88	-	100,0%	0,0%
Total	**3.408.646.011,99**	**2.668.779.667,07**	**27,7%**	**100,0%**

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O grupo "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados" representa aproximadamente 81% dos créditos a receber e corresponde ao Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais, estabelecido conforme Lei Complementar nº 151/2015. Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% (setenta por cento) do valor depositado; os 30% (trinta por cento) restantes na conta judicial ficam instituídos como reserva, aguardando o desfecho da ação. O Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 52.488/2011.

O grupo "Outros Créditos a Receber" representa 10,4% dos créditos a receber e corresponde, em sua maioria, a débitos de servidores municipais decorrentes de pagamentos indevidos, multas de trânsito, danos materiais, honorários advocatícios, indenização a terceiros e encargos de processos judiciais.

em R$

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Débitos de Servidores Municipais	207.009.230,23	208.015.246,32	-0,5%	58,5%
Débitos Pagos a Regularizar	67.655.091,08	-	100,0%	19,1%
Demais Créditos a Receber	79.192.377,96	66.362.825,75	19,3%	22,4%
Total	**353.856.699,27**	**274.378.072,07**	**29,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Os valores relativos às Inscrições de Débito programados para desconto em Folha de Pagamento estão condicionados a autorização e limitados às parcelas de 10% do valor de remuneração mensal do servidor, fundamentado pela Lei Municipal nº 8.989/79. Até a data do encerramento do balanço não foi possível apurar os valores a recuperar à longo prazo. Não há estimativa disponível para dedução de perdas prováveis.

Em 2017, houve uma reclassificação para melhor enquadramento ao PCASP do saldo da conta 1.1.9.8.1.99.02 – Débitos Pagos a Regularizar (pertencente ao grupo Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente) para a conta Débitos Pagos a Regularizar do grupo Outros Créditos a Receber a Curto Prazo. A principal composição desta conta refere-se ao registro de valores devolvidos à União, pendentes de regularização orçamentária, apresentados a seguir:

em R$

Débitos Pagos a Regularizar - por Secretaria	Valores a regularizar em 2017
Habitação	46.688.026,54
Serviços e Obras	6.425.562,27
Total	**53.113.588,81**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Também se encontra registrado no grupo “Outros Créditos a Receber” o montante de R$ 3.966.559,43 referente aos recursos remanescentes no Tribunal de Contas advindos dos duodécimos repassados pela Prefeitura. Estes recursos serão devolvidos ao Tesouro Municipal, assim, constituem créditos a receber para a Prefeitura. A matéria consta na Nota Técnica SF/SUTEM/DECON nº 1/2017.

O grupo “Clientes” apresenta o montante de R$ 161.488.396,93 e representa 4,7% do total dos créditos a receber, o qual corresponde às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R$ 4.564.157,07, referente ao ajuste para perdas.

O grupo “Créditos de Transferências a Receber” representa 2,4% do total dos créditos. Neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal utilizados, a título de adiantamento no valor de R$ 82.774.382,07, para pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a serem ressarcidos pela União e Governo do Estado de São Paulo.

em R$

Empreendimentos[1] - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Valores a serem ressarcidos em 2017	Valores a serem ressarcidos em 2016
Canalização do Córrego Ponte Baixa	8.983.915,07	15.458.432,01
Autódromo José Carlos Pace	17.382.139,97	34.605.590,65
Terminal Itaquera	-	4.903.081,45
Corredor Leste Itaquera 2	-	6.450.369,23
Fábrica do Samba	4.804.622,92	9.108.683,01
Corredor Capão Redondo Campo Limpo Vila Sônia	1.128.154,77	1.176.253,14
Leste Itaquera Trecho 1	-	15.534.018,62
Corredor Leste Radial Trechos 1 e 2	14.848.229,52	14.848.229,52
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	35.401.947,42	1.134.342,50
Corredor Aricanduva	225.372,40	225.372,40
Total	**82.774.382,07**	**103.444.372,53**

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio de Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromisso são firmados entre Governo Federal e Município.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O montante deste grupo é de R$ 45.908.871,53 e representa 0,4% do total do Ativo Circulante. Nele estão registrados os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com recursos previdenciários em Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro.

Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

O saldo de “Estoques” em 2017 é de R$ 208.216.883,23 e representa 2,0% total do Ativo Circulante. O grupo de “Mercadorias para Revenda” representa 1% do total dos Estoques e corresponde a produtos funerários destinados à revenda.

O restante dos Estoques corresponde a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com um saldo de R$ 205.247.516,40, equivalente a 98,6% do total do grupo.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente: Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo.

em R$

VPD Pagas Antecipadamente	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Débitos Pagos a Regularizar	-	42.963.236,46	-100,0%	0,0%
Demais VPD Pagas Antecipadamente	468.772,10	242.129,43	93,6%	100,0%
Total	**468.772,10**	**43.205.365,89**	**-98,9%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em 2017 houve uma redução de 98,9% no saldo do grupo, em virtude da reclassificação para melhor enquadramento ao PCASP do saldo da conta 1.1.9.8.1.99.02 – Débitos Pagos a Regularizar para a conta com a mesma denominação, localizada no grupo Outros Créditos a Receber a Curto Prazo, referente aos valores devolvidos à União, pendentes de regularização orçamentária.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos realizáveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. A composição do Ativo Não Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

Ativo Não Circulante	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Realizável a Longo Prazo	65.089.029.333,16	61.803.871.566,89	5,3%	68,6%
Créditos a Longo Prazo	64.720.793.622,61	61.436.714.773,18	5,3%	68,2%
Investimentos Temp. a Longo Prazo	7.725,10	10.454,27	-26,1%	0,0%
Estoques	368.227.985,45	367.146.339,44	0,3%	0,4%
VPD pagas antecipadamente	-	-	0,0%	0,0%
Investimentos	8.933.164.975,13	8.977.203.736,05	-0,5%	9,4%
Imobilizado	20.879.024.352,08	20.834.581.295,19	0,2%	22,0%
Intangível	40.193.456,31	51.566.382,21	-22,1%	0,0%
Total	**94.941.412.116,68**	**91.667.222.980,34**	**3,6%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o Ativo Não Circulante apresenta um aumento de 3,6% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Realizável a Longo Prazo e o Imobilizado que representam, respectivamente, 68,6% e 22% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem 90,5% do Ativo Não Circulante.

Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Créditos a Longo Prazo**: Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo por: fornecimento de bens e serviços, empréstimos e financiamentos concedidos, dívida ativa tributária e não tributária e outros créditos e valores. São mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das

atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

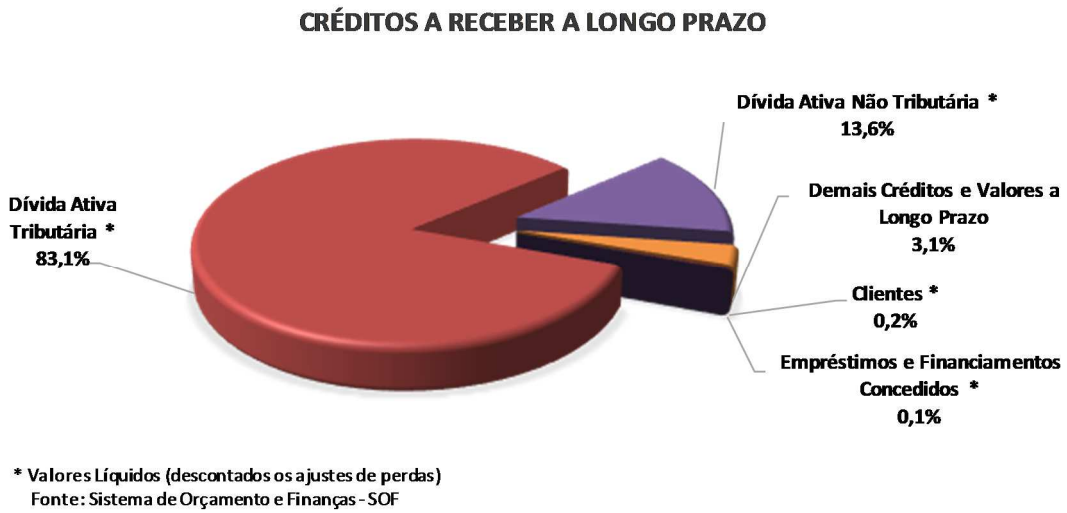
A composição dos créditos de longo prazo é demonstrada na tabela e no gráfico a seguir:

em R$

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Dívida Ativa Tributária *	53.774.021.634,61	50.391.455.364,12	6,7%	83,1%
Dívida Ativa Não Tributária *	8.774.419.126,22	7.938.914.033,34	10,5%	13,6%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.013.148.292,39	2.930.740.177,68	-31,3%	3,1%
Clientes *	110.690.892,65	122.771.829,69	-9,8%	0,2%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	48.513.676,74	52.833.368,35	-8,2%	0,1%
Total	**64.720.793.622,61**	**61.436.714.773,18**	**5,3%**	**100,0%**

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



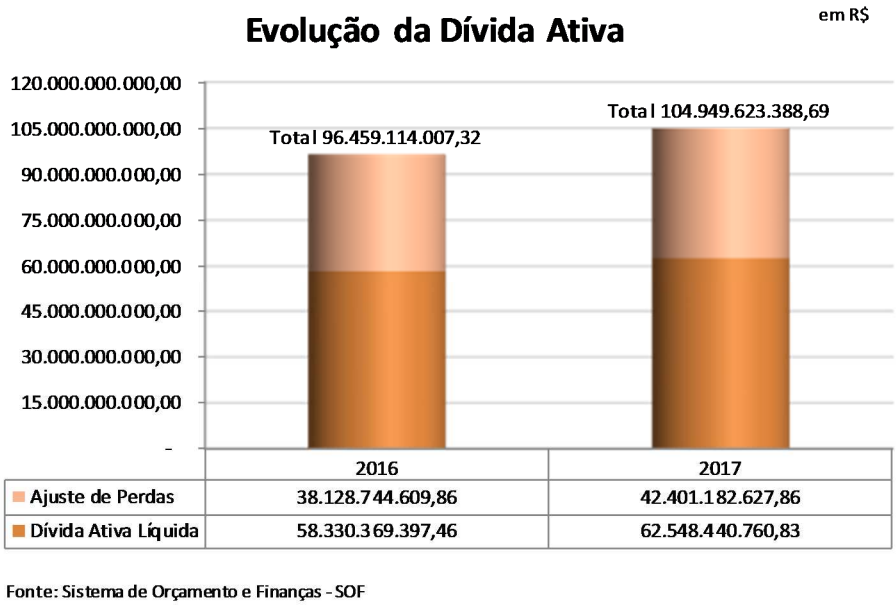
Os grupos “Dívida Ativa Tributária” e “Dívida Ativa Não Tributária”, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 83,1% e 13,6% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem 96,6% do total de créditos a receber a longo prazo.

Entidades como IPREM, SFMSP, AHM, COHAB e FMH possuem valores inscritos em dívida ativa tributária e/ou não tributária, contudo, estas representam parcela irrisória quando comparada com o montante da dívida ativa do Município.

No exercício de 2016, a Prefeitura adotou nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2014 (Portaria Conjunta SF/SNJ nº 1/2014). A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2015, decorreu de apontamentos do Tribunal de Contas do Município sobre a necessidade de mensurar a real expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal é baseado em cálculo aplicado por meio de método probabilístico de regressão logística, que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança.

A evolução da dívida ativa com os respectivos ajustes para perdas está demonstrada a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Na tabela que segue, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2016 e de 2017:

em R$

Dívida Ativa	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Tributária	**53.774.021.634,61**	**50.391.455.364,12**	**6,7%**	**86,0%**
Dívida Ativa	93.374.899.760,61	86.044.304.678,12	8,5%	149,3%
Ajuste de Perdas	(39.600.878.126,00)	(35.652.849.314,00)	11,1%	-63,3%
Não Tributária	**8.774.419.126,22**	**7.938.914.033,34**	**10,5%**	**14,0%**
Dívida Ativa	11.574.723.628,08	10.414.809.329,20	11,1%	18,5%
Ajuste de Perdas	(2.800.304.501,86)	(2.475.895.295,86)	13,1%	-4,5%
Total	**62.548.440.760,83**	**58.330.369.397,46**	**7,2%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2017, o saldo do grupo “Dívida Ativa” apresenta um aumento de 7,2% em relação ao exercício anterior, onde a dívida ativa tributária e não tributária representam 86% e 14%, respectivamente, do total do grupo.

De acordo com informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, da parte considerada cobrável da dívida ativa, temos a considerar que ela se divide da seguinte forma:

em R$

Situação - 2018	Posição	Quantidade	Valor
Dívida com ACE	04/01/2018	35.557	25.688.060.386,90
Execuções Fiscais Embargadas (Garantidas)	15/02/2018	15.541	13.265.243.315,42
Dívidas/Execuções com Parcelamento	04/01/2018	-	12.115.364.349,47
Provisão de Perda para Dezembro/2017	dez/17	38,47% da dívida ativa	42.401.179.849,00

Fonte: SMJ/PGM/FISC

- Dívidas com ACE: dívidas contestadas por ações judiciais propostas pelo contribuinte junto à Vara da Fazenda Pública. Nestas ações, o contribuinte contesta junto ao Poder Judiciário a cobrança de sua dívida. Esta situação indica que o contribuinte está identificado e que a dívida terá uma solução, seja para seu cancelamento, total ou parcial, seja para seu prosseguimento;

- Execuções fiscais embargadas (garantidas): para contestar a cobrança no âmbito de uma execução fiscal, o contribuinte apresenta garantia suficiente para pagamento da dívida caso seja vencido. Para estas ações, em geral, também haverá uma solução definitiva, seja para o cancelamento, seja para o pagamento da dívida;

- Dívidas com parcelamento em andamento: o contribuinte fez adesão ao programa de parcelamento, o que indica grande expectativa de que a dívida será paga.

O grupo “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” representa 31,3% do total dos créditos de longo prazo. Do seu total, 51,2% corresponde ao saldo de direitos creditórios cedidos em 2010 pela COHAB (Créditos contra FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais) registrados na Prefeitura.

em R$

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Direitos Creditórios	1.030.989.018,49	1.955.724.824,23	-47,3%	51,2%
Demais Créditos a Receber	982.159.273,90	975.015.353,45	0,7%	48,8%
Total	**2.013.148.292,39**	**2.930.740.177,68**	**-31,3%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os grupos “Clientes” e “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” e seus respectivos ajustes para perdas não representam valores significativos em comparação ao total de créditos a receber de longo prazo.

- **Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo**: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2017 de R$ 7.725,10.

- **Estoques - Longo Prazo**: O saldo de R$ 368.227.985,45 apresentado em 2017 equivale à 0,4% do Ativo Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB.

Investimentos: Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade do Município. Os investimentos são subdivididos em: participações permanentes, propriedades para investimento, investimentos do RPPS de longo prazo e demais investimentos permanentes.

Os "Investimentos" representam 9,4% do Ativo Não Circulante e as contas de maior expressividade do grupo estão representadas por "Demais Investimentos Permanentes", correspondendo a 68% do total dos investimentos, seguida de "Participações Permanentes", correspondendo a 31,7% do total dos investimentos.

As variações ocorridas nestas contas entre 2016 e 2017 podem ser verificadas na tabela a seguir:

em R$

Investimentos	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Participações Permanentes	2.832.864.780,44	2.813.023.732,55	0,7%	31,7%
Propriedades para Investimento	69.949,47	69.949,47	0,0%	0,0%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	27.956.000,00	27.956.000,00	0,0%	0,3%
Demais Investimentos Permanentes	6.072.274.245,22	6.136.154.054,03	-1,0%	68,0%
Total	**8.933.164.975,13**	**8.977.203.736,05**	**-0,5%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Participações Permanentes**: Compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas. As participações permanentes do Município estão segregadas em: Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Conforme MCASP 7ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os

investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

O valor do investimento permanente avaliado pelo método da equivalência patrimonial será obtido mediante o seguinte cálculo:

a) Aplicação do percentual de participação no capital social sobre o patrimônio líquido da investida subtraído o valor do adiantamento para aumento de capital concedido a essa; e

b) Subtração, do montante referido na alínea "a", dos lucros não realizados nas operações intercompanhias, líquidos dos efeitos fiscais.

O Município utiliza o Método de Equivalência Patrimonial para ajuste do valor dos investimentos de suas controladas, identificadas no quadro abaixo:

Empresa Municipal Dependente	Participação da PMSP sobre o PL em %
Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB	99,999998

Empresas Municipais Independentes	Participação da PMSP sobre o PL em %
Companhia de Engenharia de Tráfego - CET	99,999994
Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA	99,999998
São Paulo Negócios - SP Negócios	99,999995
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação - PRODAM	99,999982
São Paulo Urbanismo - SP Urbanismo	99,531261
São Paulo Obras - SP Obras	99,113936
São Paulo Transporte S/A - SPTrans	99,965521
São Paulo Turismo S/A - SPTuris	95,794906
Cia. Paulistana de Securitização - SP Securitização	77,802198
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo - SP Cine	100,000000

Fonte: DECAP/DIHAV

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, apenas a COHAB é considerada Empresa Pública Dependente.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET e SPTrans, as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme IPSAS 7 - Investimentos em Coligada e em Controlada, item 36:

> Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou não formalizadas ou tenha feito pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente apurar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua parte nesses superávits somente após o ponto em que a parte lhe cabe nesses superávits posteriores se igualar à sua parte nos déficits não reconhecidos. (IPSAS 7)

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2017:

MEP - Empresas com PL positivo

em R$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2016 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2016	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2017 sem AFAC	Saldo Final
COHAB	992.584.714,36	-	43.964.351,97	-	12.264.458,43	1.048.813.524,76
PRODAM	137.454.538,25	-	(6.920.389,21)	-	(6.317.219,77)	124.216.929,27
SPDA	195.887.323,14	-	1.689.311,02	-	27.755.995,06	225.332.629,22
SP PARCERIAS	2.188.009,04	-		(54.764,38)	1.469.319,41	3.602.564,07
SP OBRAS	28.436.885,04	-	2.782.529,36	(9.911.000,00)	(7.953.807,63)	13.354.606,77
SP SEC	612.987,64	-	(69.911,96)	-	(398.501,51)	144.574,18
SP TURIS	116.418.641,27	-	(70.423.412,35)	-	(26.023.348,39)	19.971.880,52
SP URBANISMO	175.273.313,49	-	6.669.814,80	-	2.875.619,14	184.818.747,43
SPCINE	22.195.464,00	-	(901.077,00)	-	(2.528.209,00)	18.766.178,00
Total	**1.671.051.876,24**	**-**	**(23.208.783,37)**	**(9.965.764,38)**	**1.144.305,73**	**1.639.021.634,22**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

MEP - Empresas com PL negativo

em R$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2016 sem AFAC	Investimentos Realizados	Ajuste MEP 2016	Distribuição Dividendos	Ajuste MEP 2017 sem AFAC	Saldo Final
CET	(158.996.969,27)	-	3.959.453,62	-	(16.571.327,16)	(171.608.842,81)
SP TRANS	(200.202.013,45)	-	20.185.096,98	-	21.992.124,31	(158.024.792,15)
Total	**(359.198.982,71)**	**-**	**24.144.550,60**	**-**	**5.420.797,15**	**(329.633.634,96)**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se no quadro “MEP – Empresas com PL positivo”, os investimentos em coligadas no exercício de 2017 importam no valor de R$ 1.637.877.328,49, considerando o saldo final de 2016 e a movimentação ocorrida no exercício de 2017 antes da aplicação do MEP. Após aplicado o MEP, os investimentos totalizaram R$ 1.639.021.634,22; acréscimo de R$ 1.144.305,73, equivalente a cerca de 0,07%.

Em 2017 houve adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 57.820.971,00, onde ocorreu a integralização de R$ 7.489.514,00 da empresa São Paulo Transporte S/A, porém não constou como “Investimentos Realizados” no quadro do MEP, em razão da empresa possuir PL negativo e o mesmo foi deduzido da conta de

Passivo a Longo Prazo - Provisões para Perdas em Investimento. Cabe ressaltar que os demais AFAC´s encontram-se pendentes de integralização de capital.

Ademais, houve o lançamento de ajuste no AFAC da empresa SPDA no valor de R$ 1.539.832,90, referente a valor residual da Carteira de Crédito Imobiliário.

em R$

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2016	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Saldo em 2017
São Paulo Turismo S/A	6.000.000,00	41.770.000,00	-	47.770.000,00
São Paulo Transporte S/A	6.024.262,41	3.050.971,00	7.489.514,00	1.585.719,41
SP - Urbanismo	36.049.735,14	13.000.000,00	-	49.049.735,14
Sub-Total	**48.073.997,55**	**57.820.971,00**	**7.489.514,00**	**98.405.454,55**
Companhia São Paulo de Desenv. e Mobilização de Ativos - SPDA	22.824.520,10	1.539.832,90	-	24.364.353,00
Total	**70.898.517,65**	**59.360.803,90**	**7.489.514,00**	**122.769.807,55**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O PL negativo das empresas CET e SPTrans constitui Provisão no Passivo da Prefeitura, sendo que, no exercício de 2017, apresentou o montante de R$ 329.633.634,96: CET no valor de R$ 171.608.842,81 (aumento de R$ 16.571.327,16 em relação a 2016 ajustado) e SPTrans no valor de R$ 158.024.792,15 (redução de R$ 21.992.124,31 em relação a 2016 ajustado), como podemos observar no quadro “MEP – Empresas com PL negativo”.

- **Propriedades para Investimento**: Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, correspondendo a um montante de R$ 69.949,47.

- **Investimentos do RPPS de Longo Prazo**: Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um saldo em 2017 no valor de R$ 27.956.000,00 referentes a imóveis recebidos em dação em pagamento.

- **Demais Investimentos Permanentes**: Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

No Município, o grupo “Demais Investimentos Permanentes” é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o CEPAC[3] (Certificado de Potencial Adicional de Construção) são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

[3] Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

No caso desta municipalidade, os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SP URBANISMO, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

A variação de valores ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2017 está apresentada na tabela a seguir:

em R$

Demais Investimentos Permanentes	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
OUC Água Espraiada	460.239.282,00	460.239.282,00	0,0%	7,6%
OUC Faria Lima	2.101.914.134,36	2.165.793.943,17	-2,9%	34,6%
OUC Água Branca	3.510.117.000,00	3.510.117.000,00	0,0%	57,8%
Outros	79.993,24	3.828,86	1989,2%	0,0%
Total	**6.072.350.409,60**	**6.136.154.054,03**	**-1,0%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Imobilizado: Compreende os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ele os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição.

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

O imobilizado do Município representa 22% do Ativo Não Circulante, sendo 92,1% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis, apresentados a seguir:

em R$

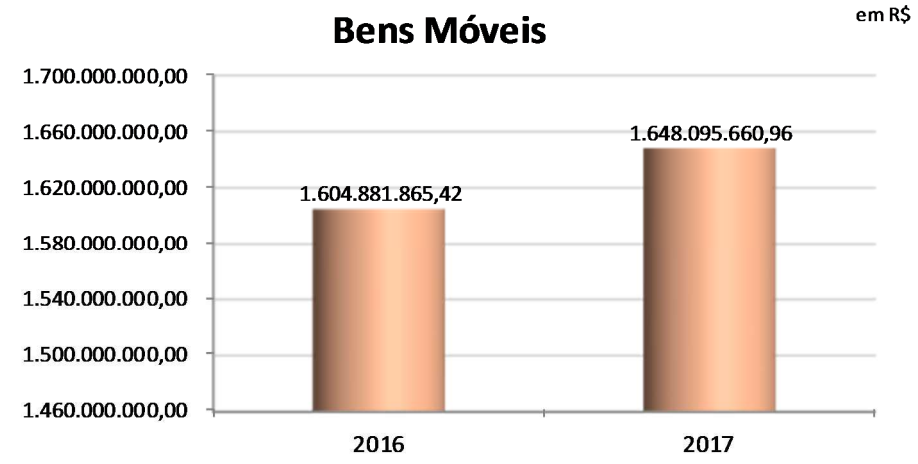
Imobilizado	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Bens Móveis	1.648.095.660,96	1.604.881.865,42	2,7%	7,9%
Bens Imóveis	19.230.928.691,12	19.229.699.429,77	0,0%	92,1%
Total	**20.879.024.352,08**	**20.834.581.295,19**	**0,2%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Bens Móveis**: Compreendem os valores da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

A Portaria SF 262 de 02/12/2015 estabeleceu procedimentos quanto ao registro e controle dos bens móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos à depreciação. A base de cálculo para depreciação é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando houver, compreendendo tantos os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo da depreciação é aquele das quotas constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente a data do registro do bem no SBPM.

A variação do grupo “Bens Móveis” entre os exercícios de 2016 e 2017 consta no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Bens Imóveis**: Compreendem o valor dos bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente. Classificam-se[4] em: bens de uso especial, bens dominicais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis.

Atualmente, no valor dos bens imóveis especiais e dominicais da Prefeitura (Administração Direta, Poder Executivo), que representam, aproximadamente, 99% do total dos bens imóveis do Município, não ocorreu reajuste e incorporação neste ano porque a área, Coordenadoria de Gestão do Patrimônio - CGPATRI da Secretaria Municipal de Gestão – SMG não informou os dados para a publicação do Balanço. A tabela que segue demonstra a posição dos bens imóveis, de acordo com controle de CGPATRI:

em R$

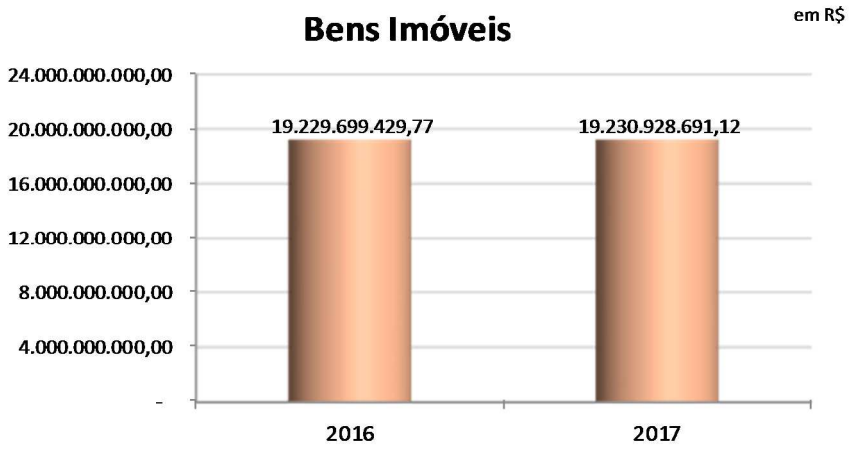
Conta	Saldo em 31/12/2016	Incorporações	Saldo em 31/12/2017
Bens de Uso Especial	10.625.584.294,14	-	10.625.584.294,14
Bens Dominicais	8.451.601.708,85	-	8.451.601.708,85
Total	**19.077.186.002,99**	**-**	**19.077.186.002,99**

Fonte: CGPATRI/SMG

Teve início no exercício de 2016 estudos para implantação de Sistema de Controle de Bens Imóveis, tomando como modelo o atual Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM. Em 2017 começou o processo de implementação do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI através da Contratação da empresa CAST, com o objetivo de tornar todos os Órgãos do Município integrados e de controle com maior transparência aos valores deste relevante item do Patrimônio Público.

A variação do grupo “Bens Imóveis” entre os exercícios de 2016 e 2017 ocorreu somente nas empresas IPREM, AHM, Câmara, TCM, FECAM e COHAB:

[4] Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas;
Bens dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreendem ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado;
Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público;
Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos;
Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente, como bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Intangível: Compreende os ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante atualizado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

Devido à necessidade de registrar os ativos intangíveis, está em fase de estudos para adaptações no SBPM funcionalidades que efetuem a contabilização e o controle desse tipo de ativo.

Atualmente o valor evidenciado no Balanço Patrimonial no grupo de ativos intangíveis reflete, quantitativamente, os bens intangíveis da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, que desde 2014 registra em seus ativos os bens que atendem a essa classificação, e também os intangíveis da COHAB.

em R$

Intangível	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Softwares	40.193.216,81	51.566.142,71	-22,1%	100,0%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	239,50	239,50	0,0%	0,0%
Total	**40.193.456,31**	**51.566.382,21**	**-22,1%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na

data do Balanço Patrimonial. São classificados em circulante e não circulante com base no prazo de exigibilidade.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- ✓ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar;
- ✓ Empréstimos e Financiamentos;
- ✓ Fornecedores e Contas a Pagar;
- ✓ Obrigações Fiscais;
- ✓ Provisões;
- ✓ Demais Obrigações.

Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, que atendam a um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Município é fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade.

A composição do Passivo Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

Passivo Circulante	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.339.005.325,19	1.824.191.213,57	-26,6%	18,0%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	2.103.572.141,73	2.043.188.206,24	3,0%	28,2%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	477.764.094,24	1.141.578.357,48	-58,1%	6,4%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15.376.178,70	30.987.038,54	-50,4%	0,2%
Provisões a Curto Prazo	118.238.111,72	115.839.000,00	2,1%	1,6%
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.398.533.511,05	7.858.276.975,32	-56,8%	45,6%
Total	**7.452.489.362,63**	**13.014.060.791,15**	**-42,7%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o Passivo Circulante apresenta uma redução de 42,7% em relação ao exercício anterior. Destacam-se as reduções em Fornecedores e Contas a Pagar e Demais Obrigações a Curto Prazo, respectivamente, 58,1% e 56,8%.

Passivo Não Circulante

Compreendem os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante

A composição do Passivo Não Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

Passivo Não Circulante	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	12.593.037.208,65	12.364.233.779,62	1,9%	6,4%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	27.134.627.621,58	28.745.301.471,65	-5,6%	13,7%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.628.827.121,11	4.276.690.608,50	8,2%	2,3%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	136.706.580,69	116.954.148,87	16,9%	0,1%
Provisões a Longo Prazo	146.761.694.237,85	114.709.507.457,29	27,9%	74,2%
Demais Obrigações a Longo Prazo	6.503.641.779,80	(970.102.579,68)	-770,4%	3,3%
Total	**197.758.534.549,68**	**159.242.584.886,25**	**24,2%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o Passivo Não Circulante apresenta um aumento de 24,2% em relação ao exercício anterior. Destaca-se as Provisões a Longo Prazo que representam 74,2% do total do grupo.

Nota-se uma variação de 770,4% no grupo “Demais Obrigações a Longo Prazo” no exercício de 2017, quando comparado ao ano anterior.

As análises e variações dos grupos pertencentes ao Passivo Circulante e Não Circulante são apresentadas a seguir:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

A composição e variação das obrigações registradas neste grupo entre os exercícios de 2016 e 2017 podem ser observadas nas tabelas e gráficos a seguir:

em R$

Obrigações Trab., Prev. e Assist. - Curto Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Pessoal a Pagar	1.320.260.199,10	1.790.237.986,09	-26,3%	98,6%
Benefícios Previdenciários e Encargos Sociais	18.745.126,09	33.953.227,48	-44,8%	1,4%
Total	**1.339.005.325,19**	**1.824.191.213,57**	**-26,6%**	**100,0%**

Obrigações Trab., Prev. e Assist - Longo Prazo	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Pessoal a Pagar	11.816.684.663,09	11.655.338.843,69	1,4%	93,8%
Benefícios Previdenciários e Encargos Sociais	776.352.545,56	708.894.935,93	9,5%	6,2%
Total	**12.593.037.208,65**	**12.364.233.779,62**	**1,9%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais” de curto prazo apresentaram uma redução de 26,6% em comparação ao ano anterior. Porém, no longo prazo houve um pequeno aumento de 1,9% se comparado ao exercício anterior.

	2016	2017
Pessoal a Pagar	1.790.237.986,09	1.320.260.199,10
Benefícios Previdenciários, Assistenciais e Encargos Sociais	33.953.227,48	18.745.126,09

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

	2016	2017
Pessoal a Pagar	11.655.338.843,69	11.816.684.663,09
Benefícios Previdenciários e Encargos Sociais	708.894.935,93	776.352.545,56

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nestes grupos estão registrados os valores referentes a Precatórios, segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais representam mais de 90% dos totais dos grupos (CP e LP), conforme demonstrado a seguir:

em R$

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Pessoal a Pagar	**1.320.260.199,10**	**98,6%**	**11.816.684.663,09**	**93,8%**
Apropriação por Competência - Férias a Pagar	25.212.649,88	1,9%	-	0,0%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	561.756,98	0,0%	0	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	1.282.092.666,09	95,7%	11.816.289.405,15	93,8%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	10.257.000,00	0,8%	395.257,94	0,0%
Sentenças Judicias - Exceto Precatórios	2.136.126,15	0,2%	-	0,0%
Benefícios Previdenciários e Encargos Sociais	**18.745.126,09**	**1,4%**	**776.352.545,56**	**6,2%**
Compensação Financeira entre Regimes Previd.	383.570,37	0,0%	-	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários	927,44	0,0%	-	0,0%
Contribuição ao RPPS	2.239.874,33	0,2%	-	0,0%
Contribuição ao RGPS	15.587.950,91	1,2%	-	0,0%
Contribuição ao FGTS	532.803,04	0,0%	-	0,0%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	-	0,0%	727.187.286,35	5,8%
INSS - Débito Parcelado	-	0,0%	49.165.259,21	0,4%
Total	**1.339.005.325,19**	**100,0%**	**12.593.037.208,65**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2017, destacamos as seguintes movimentações no grupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais”:

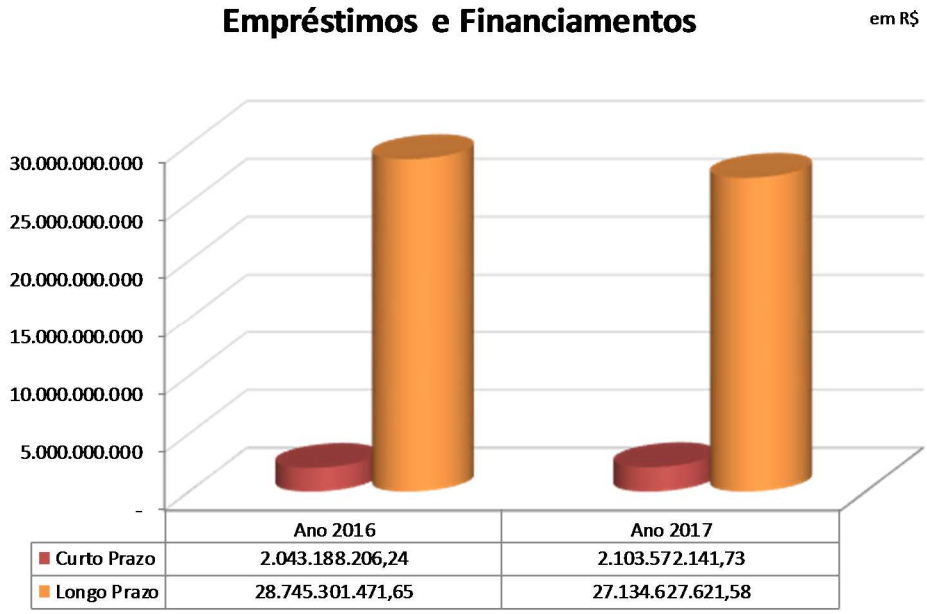
- Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Receita Federal do Brasil, sob a égide da Lei 11960/2009, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R$ 24.322.411,21, mesmo após a inclusão de um novo débito no valor de R$ 1.347.569,56, já considerando os benefícios da MP. (Instrução do Parcelamento no Processo SEI 6017.2017/0026967-3);

- Houve migração dos débitos do parcelamento de INSS junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sob a égide das Leis 11941/2009 e 12865/2013, para o parcelamento instituído pela Medida Provisória 778/2017, convertida na Lei Federal 13485/2017, a qual resultou em uma redução dos saldos no valor de R$ 137.755,43, considerando os benefícios da MP. (Instrução ao Parcelamento nos Processos SEI 6017.2017/0026967-3 e 6017.2017/0008771-2).

Empréstimos e Financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras externas e internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

No grupo “Empréstimos e Financiamentos”, de curto e longo prazo, está demonstrada grande parcela dos valores que compõem o Passivo total (passivo somado ao patrimônio líquido), correspondendo à 27%, aproximadamente.

Segue evolução dos empréstimos e financiamentos entre os exercícios de 2016 e 2017:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, os "Empréstimos e Financiamentos" de curto prazo apresentaram um aumento de 3% em relação ao ano anterior, porém no longo prazo houve uma redução de 5,6% na comparação de 2016 a 2017.

Segregando a análise, observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam mais de 90% do total do grupo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo, conforme quadro abaixo:

em R$

Empréstimos e Financiamentos	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Empréstimos - Interno	1.983.267.879,41	94,3%	26.736.047.971,00	98,5%
Empréstimos - Externo	120.304.262,32	5,7%	398.579.650,58	1,5%
Total	**2.103.572.141,73**	**100,0%**	**27.134.627.621,58**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº. 12.671/1998);
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna, atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, URTJLP e IPCA (BNDES), TJLP e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.

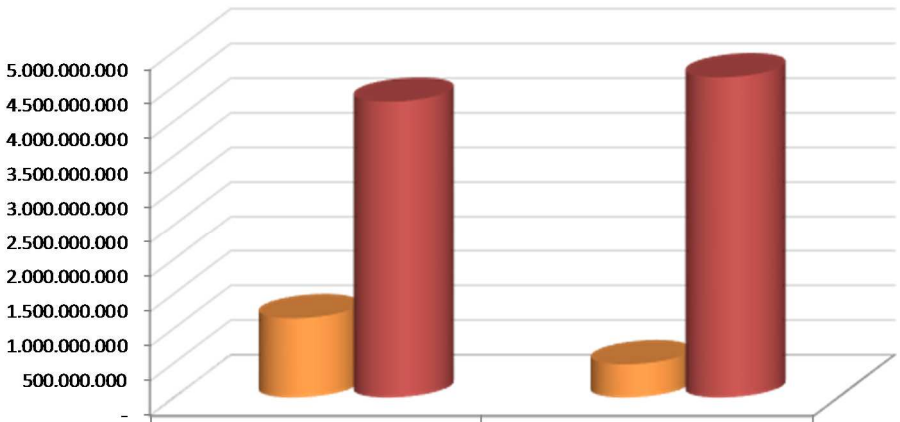
No exercício de 2017, destacamos a seguinte movimentação no grupo “Empréstimos e Financiamentos”:

- Desincorporação de saldo devedor no valor de R$ 949.465.223,76 do contrato da COHAB (Reestruturação da Dívida do Município) registrada como "Outros Empréstimos Bancários/Banco do Brasil (Lei Fed. 8727/93, Lei Mun. 11494/94), em virtude de amortização extraordinária efetuada com a utilização dos títulos do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) vinculados ao abatimento da referida dívida, em abril/2017.

Fornecedores e Contas a Pagar: Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Segue a comparação dos fornecedores e contas a pagar entre os exercícios de 2016 e 2017:

Fornecedores e Contas a Pagar em R$



	Ano 2016	Ano 2017
Curto Prazo	1.141.578.357,48	477.764.094,24
Longo Prazo	4.276.690.608,50	4.628.827.121,11

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, os “Fornecedores e Contas a Pagar” de curto prazo apresentaram uma redução de 58,1% em relação ao ano anterior, em função da reclassificação de contas de curto para o longo prazo em atendimento ao estabelecido no PCASP 2017, referentes a Precatórios, detalhadas a seguir:

em R$

Precatórios de Contas a Pagar (Reclassificação de Contas)				Valor
DE:		PARA:		
CURTO PRAZO		LONGO PRAZO		
2.1.3.1.1.04.01.02.000	DO EXERCICIO - JUD	2.2.3.1.1.06.02.02.000	Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - JUD	50.540.790,35
2.1.3.1.1.04.02.04.000	ANTES DE 05/05/2000 - FISC	2.2.3.1.1.06.01.04.000	Regime Especial - Antes 05/05/2000 - FISC	50.183.239,43
2.1.3.1.1.04.03.04.000	A PARTIR DE 05/05/2000 - FISC	2.2.3.1.1.06.02.04.000	Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - FISC	662.257.240,07
Total				**762.981.269,85**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são: “Fornecedores Nacionais” no curto prazo, equivalente a 71,7% do grupo e “Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais” no longo prazo, equivalente a 97,7% do grupo, conforme tabela a seguir:

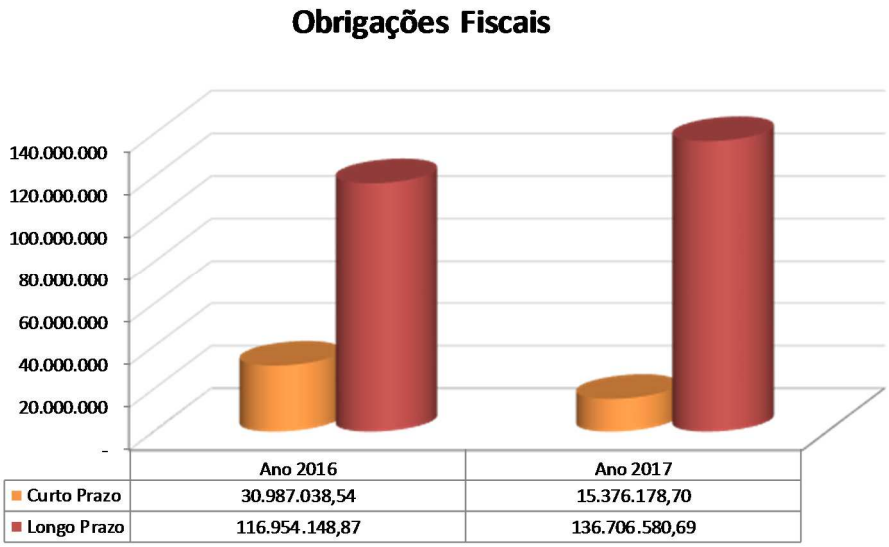
em R$

Fornecedores e Contas a Pagar	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Fornecedores Nacionais	342.505.736,82	71,7%	104.757.601,52	2,3%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	-	0,0%	-	0,0%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	64.273.297,73	13,5%	-	0,0%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	68.449.801,57	14,3%	4.524.069.519,59	97,7%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat	2.535.258,12	0,5%	-	0,0%
Total	**477.764.094,24**	**100,0%**	**4.628.827.121,11**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Obrigações Fiscais: Compreendem as obrigações do Município com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições. Neste grupo também estão computados os valores referentes ao parcelamento do PIS/PASEP da PMSP, IPREM, COHAB e FMH.

Segue evolução das obrigações fiscais entre os exercícios de 2016 e 2017:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, as "Obrigações Fiscais" de curto prazo apresentaram uma redução de 50,4% em relação ao ano anterior. Esta redução ocorreu na empresa COHAB, em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), do Governo Federal, referente ao parcelamento de débitos da COFINS, abaixo detalhada:

- A COHAB aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com base na Medida Provisória 783/2017, artigo 3º, II, B, referente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS do período de 08/2001 a 01/2002, inscritos em dívida ativa e decisão judicial desfavorável à COHAB no exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

em R$

Descrição	Valores
Dívida Consolidada em 08/2017	**26.854.548,79**
Adesão ao PERT, com base no artigo art. 3º, II, b da MP 783/2017, com posterior migração nos termos da Lei 13.496/2017	
Entrada - 20% da dívida consolidada em 5 parcelas	5.370.909,76
Redução de multas, juros e encargos	(13.574.571,98)
Saldo em 145 parcelas	7.909.067,05
Total do Parcelamento	**13.279.976,81**

Fonte: COHAB

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são as "Obrigações Fiscais com a União", que no curto prazo, equivalente a 99,9% do grupo no longo prazo, equivalente a 86% do grupo, conforme tabela a seguir:

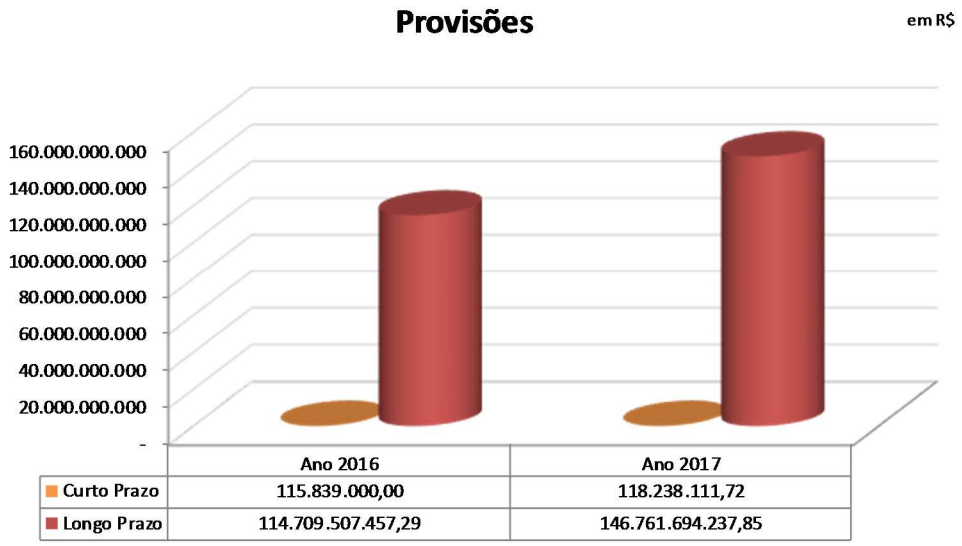
em R$

Obrigações Fiscais	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Obrigações Fiscais com a União	15.360.530,70	99,9%	117.626.791,40	86,0%
Obrigações Fiscais com os Municípios	15.648,00	0,1%	19.079.789,29	14,0%
Total	**15.376.178,70**	**100,0%**	**136.706.580,69**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Provisões: Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

É o grupo mais expressivo do passivo, com representação de 74,2% do total do passivo não circulante, segue a comparação das provisões entre os exercícios de 2016 e 2017:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, as provisões de longo prazo apresentaram um aumento de 27,9% em relação ao ano anterior. Este aumento ocorreu na empresa IPREM, em virtude da atualização referente ao resultado da avaliação atuarial (Déficit Atuarial).

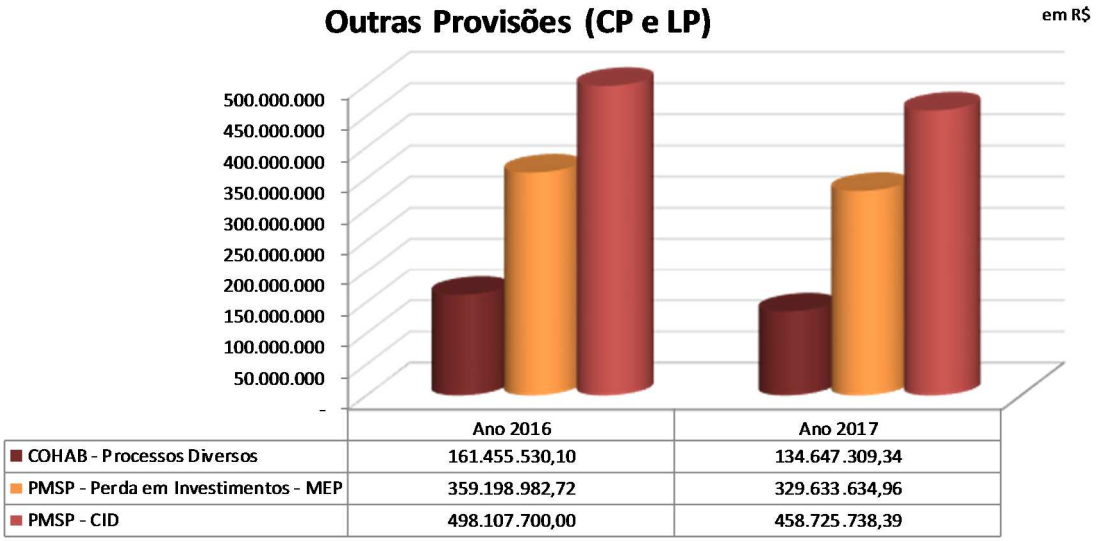
As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam 99,4% das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo. A Portaria n° 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente, conforme segue:

em R$

Provisões	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Provisões para Riscos Trabalhistas	-	0,0%	7.675.109,16	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	0,0%	145.949.250.557,72	99,4%
Outras Provisões	118.238.111,72	100,0%	804.768.570,97	0,5%
Total	**118.238.111,72**	**100,0%**	**146.761.694.237,85**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As “Outras Provisões” estão representadas no gráfico abaixo:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Encontra-se registrado no grupo “Outras Provisões” os valores correspondentes aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento - CID, instituídos pela Lei 15.413 de 20/07/2011, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 52.871 de 22/12/2011. Os CID têm validade de 10 anos e poderão ser utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e ISS, exceto ISS retido na fonte.

Em 2017, os CID´s representam 42,3% do total do grupo no longo prazo e no curto prazo correspondem a totalidade do grupo, conforme demonstrado a seguir:

em R$

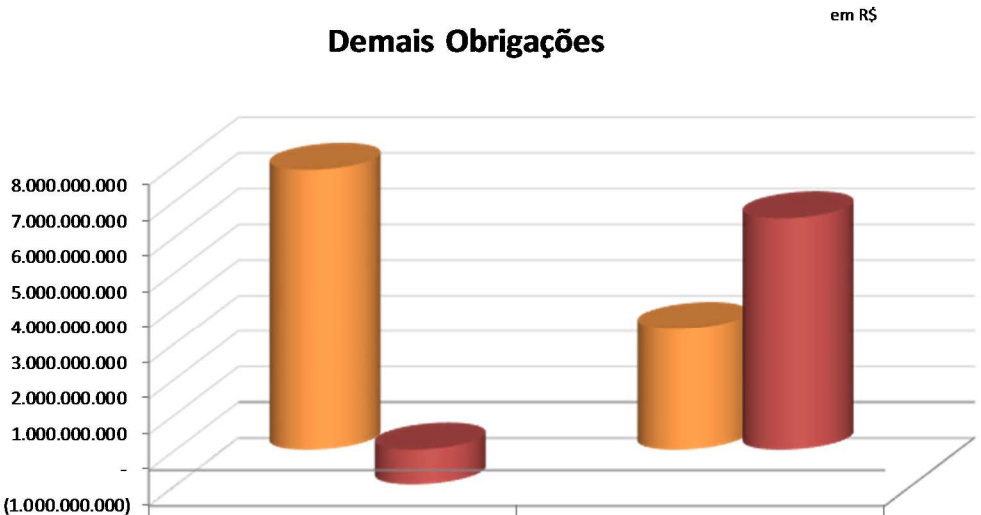
Outras Provisões	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	0,0%	329.633.634,96	41,0%
PMSP - CID	118.238.111,72	100,0%	340.487.626,67	42,3%
COHAB - Processos Diversos	-	0,0%	134.647.309,34	16,7%
Total	**118.238.111,72**	**100,0%**	**804.768.570,97**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Demais Obrigações: Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos grupos anteriores.

Segue a comparação das “Demais Obrigações” entre os exercícios de 2016 e 2017:

em R$



	Ano 2016	Ano 2017
Curto Prazo	7.858.276.975,32	3.398.533.511,05
Longo Prazo	(970.102.579,68)	6.503.641.779,80

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o grupo "Demais Obrigações" representa 45,6% do total do Passivo Circulante e 3,3% do total do Passivo Não Circulante, com destaque para os itens abaixo:

- **Parcela Repassada dos 70% dos Depósitos Judiciais** – No curto prazo observa-se uma redução de 56,8% no total do grupo, em relação ao ano anterior, em razão da reclassificação contábil ocorrida, de Curto para Longo Prazo, da parcela dos 70% dos Depósitos Judiciais, reclassificação esta realizada após apontamentos do Tribunal de Contas e do amadurecimento da pauta ocorrido entre o TCMSP e os técnicos da Fazenda.

- **Sequestros Judiciais** – Na análise do longo prazo, temos a informar que a Prefeitura do Município de São Paulo, em função de inadimplência junto aos credores de precatórios entre 2004 e 2010, por ordem da justiça, teve valores sequestrados de suas contas bancárias. O montante de valores sequestrados é de R$ 1,1 bilhão, sendo que, R$ 970.143.930,68 registrados em conta dedutora do passivo (observado no gráfico acima) e o restante em conta do ativo intitulada de Retenções Judiciais.

Sabendo-se que a maioria dos casos de sequestros encontram-se juridicamente resolvidos, em dezembro de 2016 foi instituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09/2016 o Grupo de Trabalho para estudos e proposição de procedimentos referentes aos valores sequestrados em contas bancárias de titularidade da PMSP, em atendimento ao disposto no art. 30 do Decreto de Execução nº 56.779/2016.

O primeiro procedimento a ser tomado, por conclusão alcançada pelo grupo, foi a baixa dos valores registrado em conta do passivo, a saber:

em R$

Sequestros Judiciais (Lançamento Contábil)		Valor
DE:	**PARA:**	
Crédito: 2.2.8.9.1.99.04.01.000- Sequestros Judiciais	**Débito:** 2.3.7.1.1.03.00.00.000 - Ajustes de Exercícios Anteriores	970.143.930,68

Hist.: Lançamento de ajuste – valor baixado - decorrente das conclusões alcançadas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Intersecretarial SF/PGM/SMG nº 09/2016 com instruções juntadas no Processo Administrativo 2017-0.007.547-7, que dispõe sobre estudo e proposição de procedimentos referentes aos valores sequestrados e bloqueios judiciais realizados em contas bancárias de titularidade da PMSP.

Cabe observar que os valores registrados em conta do Ativo ainda estão em estudo, pois a sua composição não é definida apenas por sequestros, mas também por outras retenções judiciais. Desta forma, o escopo do Grupo de Trabalho foi ampliado de modo a abranger também as retenções judiciais contidas no ativo.

Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

em R$

Demais Obrigações	Exercício 2017 Curto Prazo	%s/ Total CP	Exercício 2017 Longo Prazo	%s/ Total LP
Adiantamentos de Clientes	54.777.024,20	1,6%	-	0,0%
Valores Restituíveis	3.317.654.871,52	97,6%	6.502.560.712,54	100,0%
Depósitos Judiciais	2.785.200.380,73	82,0%	6.498.800.887,51	99,9%
Demais Obrigações	532.454.490,79	15,7%	3.759.825,03	0,1%
Outras Obrigações	26.101.615,33	0,8%	1.081.067,26	0,0%
Total	**3.398.533.511,05**	**100,0%**	**6.503.641.779,80**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior representatividade das "Demais Obrigações" está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo com 82% quanto no longo prazo com 99,9% do total, e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município.

Os depósitos judicias são valores relacionados a ações judiciais em andamento, nas quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% (setenta por cento) do valor depositado; os 30% (trinta por cento) restantes na conta judicial ficam depositados como reserva, aguardando o desfecho da ação. O Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 52.488/2011.

Dentro de "Valores Restituíveis – Demais Obrigações" estão contemplados valores referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais no valor de R$ 67,9 milhões, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016.

- **Valores Restituíveis do Programa Nota Fiscal Paulistana** – No mês de dezembro de 2017 observou-se que o saldo final de prêmios a resgatar da Nota Fiscal Paulistana estava negativo, conforme o quadro resumo demonstrado a seguir:

QUADRO RESUMO DE SALDO E MOVIMENTO DE BENEFÍCIOS em R$

	Saldo Inicial	Valor Disponibilizado	Pagamentos Confirmados	Abatimento IPTU	Créditos / Prêmios Expirados	Ajustes	Saldo Final
Crédito	111.586.061,41	-	(1.687.385,08)	(1.695.234,69)	(14.839.933,39)	88.551,86	93.452.060,11
Prêmio	358.065,39	2.000.000,00	(3.021.270,51)	(249.020,61)	(905.316,43)	1.021,20	(1.816.520,96)
Total	**111.944.126,80**	**2.000.000,00**	**(4.708.655,59)**	**(1.944.255,30)**	**(15.745.249,82)**	**89.573,06**	**91.635.539,15**

Fonte: Sistema Nota do Milhão

Em virtude da inconsistência identificada optou-se por manter o saldo final de prêmios de novembro de 2017 para o mês de dezembro de 2017, conforme demonstrado a seguir, uma vez que o setor responsável não identificou em tempo hábil o motivo da distorção das informações apresentadas.

Valores Restituíveis em R$

Conta	Descrição	Atributo	Saldo em 31/12/2017
2.1.8.8.1.04.01.01.010.000.000.000.000	PRÊMIOS NF PAULISTANA	F	-
2.1.8.8.1.04.01.01.011.000.000.000.000	CRÉDITOS NF PAULISTANA	F	131,65
2.1.8.8.1.04.01.01.014.001.000.000.000	NF PAULISTANA - PRÊMIOS DISPONIBILIZADOS	P	358.065,39
2.1.8.8.1.04.01.01.014.002.000.000.000	NF PAULISTANA - CRÉDITOS DISPONIBILIZADOS	P	93.451.928,46
Total			**93.810.125,50**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Valor a Pagar à Câmara Municipal de São Paulo** - Dentro do grupo "Outras Obrigações – Curto Prazo" está registrado o valor de R$ 3.174.919,21 referente à cobertura dos Restos a Pagar apurados pela Câmara Municipal de São Paulo, conforme Ofício nº SGA-23 nº 03/2018.

Patrimônio Líquido

Corresponde ao valor residual dos ativos do Município depois de deduzidos todos os passivos. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto, que é o caso do exercício de 2017.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, adiantamento para futuro aumento de capital, reservas e resultados acumulados (segregado o resultado do período dos resultados acumulados de períodos anteriores) e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Patrimônio Líquido do Município em comparação com o exercício de 2016:

em R$

Passivo a Descoberto	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação	% s/ Total
Patrimônio Social e Capital Social	756.901.559,14	756.901.559,14	0,0%	-0,8%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	736.987.431,93	736.987.431,93	0,0%	-0,7%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	0,0%	0,0%
Demais Reservas	141.159.029,23	141.156.510,94	0,0%	-0,1%
Resultados Acumulados	(101.296.948.865,41)	(73.892.676.809,11)	37,1%	101,6%
Resultado do Exercício	(26.546.103.195,08)	(3.289.463.507,09)	707,0%	26,6%
Resultado de Exercícios Anteriores	(73.892.676.809,11)	(71.822.594.991,22)	2,9%	74,1%
Ajuste de Exercícios Anteriores	(858.168.861,22)	1.219.381.689,20	-170,4%	0,9%
Superávits ou Déficits Result. de Extinção, Fusão e Cisão	-	-	0,0%	0,0%
Total	**(99.661.900.845,11)**	**(72.257.631.307,10)**	**37,9%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2017, o Município teve resultado patrimonial deficitário em R$ 26.546.103.195,08 frente a R$ 3.289.463.507,09 em 2016, também deficitário. A relevante variação no exercício de 2017 ocorreu na empresa IPREM, em virtude da atualização do Déficit Atuarial.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido no art. 105 da Lei 4.320/1964 e possui a seguinte estrutura:

em R$

Ativo (I)	Exercício 2017	Exercício 2016
Ativo Financeiro	10.247.182.903,61	8.098.321.894,35
Ativo Permanente	95.301.940.163,59	91.900.692.475,95

Passivo (II)	Exercício 2017	Exercício 2016
Passivo Financeiro	5.692.776.022,34	4.289.469.584,86
Passivo Permanente	201.587.476.716,65	169.386.555.779,12
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	**(101.731.129.671,79)**	**(73.677.010.993,68)**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- ✓ Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- ✓ Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- ✓ Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Por este quadro, é possível apurar o Superávit Financeiro (ativos financeiros deduzidos os passivos financeiros), o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte.

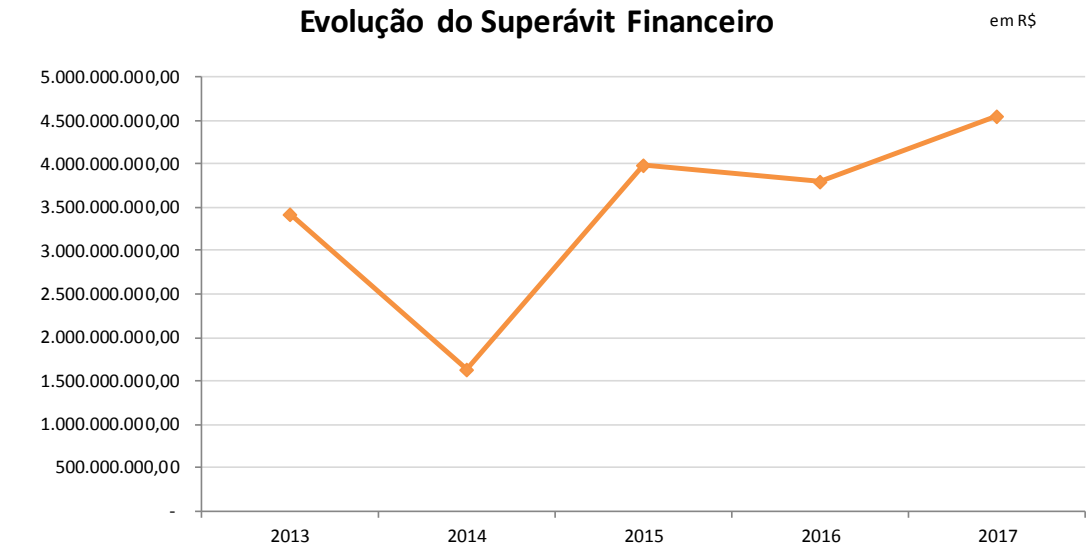
Em 2017, o Município obteve superávit financeiro de R$ 4.554.406.881,27, o qual segue detalhado na tabela abaixo:

Superávit/Déficit Financeiro

	em R$
Administração Direta	**4.432.347.619,76**
PMSP	4.393.208.412,85
CMSP	-
TCMSP	-
FECAM	28.250.893,76
FETCM	10.888.313,15
Administração Indireta	**122.059.261,51**
HSPM	9.821.652,85
IPREM	37.354.157,22
SFMSP	(952.511,30)
AHM	(26.145.575,05)
AMLURB	3.606.623,83
FUNDATEC	3.759.060,98
THEATRO	753.436,98
FMH	532.648,24
COHAB	93.329.767,76
Superávit Financeiro do Período	**4.554.406.881,27**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A evolução deste resultado nos últimos 5 exercícios segue demonstrada no gráfico:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

em R$

Atos Potenciais Ativos	Exercício 2017	Exercício 2016
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.201.879.287,31	2.137.364.158,62
Direitos Conveniados e Instrum. Congên.	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	17.879.615.329,20	15.338.235.159,75
Total	**20.081.494.616,51**	**17.475.599.318,37**

Atos Potenciais Passivos	Exercício 2017	Exercício 2016
Garantias e Contragarantias Concedidas	32.517.359.780,07	32.939.076.047,91
Obrigações Conveniadas e Instrum. Congên.	-	-
Obrigações Contratuais	9.091.284.258,92	570.618.726,26
Outros Atos Potenciais Passivos	600.899.107,65	642.773.119,03
Total	**42.209.543.146,64**	**34.152.467.893,20**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais ativos, aproximadamente 75% correspondem a tributos lançados a arrecadar. Do total dos atos potenciais passivos, aproximadamente 77% correspondem a garantias e contragarantias concedidas.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superávit ou déficit financeiro por fonte e destinação de recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8° e 50 da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

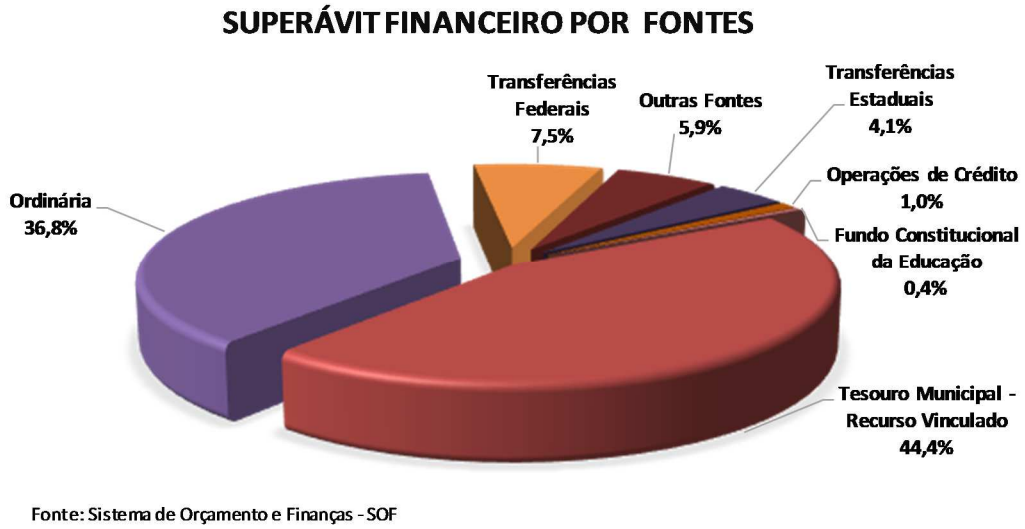
Superávit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; déficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

A tabela e o gráfico que seguem demonstram a composição do superávit financeiro de 2017:

em R$

Fontes de Recursos	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação %	% s/ Total
Ordinária	**1.673.799.725,24**	**1.299.902.174,53**	**0,29**	**36,8%**
Vinculada	**2.880.607.156,03**	**2.508.950.134,96**	**14,8%**	**63,2%**
Operações de Crédito	46.793.282,28	34.016.070,72	37,6%	1,0%
Transferências Federais	341.204.304,05	291.110.669,36	17,2%	7,5%
Transferências Estaduais	185.347.940,67	151.304.773,74	22,5%	4,1%
Fundo Constitucional de Educação	17.056.600,86	55.382.642,57	-69,2%	0,4%
Outras Fontes	268.292.628,31	281.064.521,86	-4,5%	5,9%
Receita Condicionada	-	-	0,0%	0,0%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.021.912.399,86	1.696.071.456,71	19,2%	44,4%
Total	**4.554.406.881,27**	**3.808.852.309,49**	**19,6%**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Índices do Balanço Patrimonial

Liquidez Imediata (LI): Indica a capacidade financeira de o Município honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e bancos.

Liquidez Imediata (LI)	Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante	=	6.944.470.411,67 / 7.452.489.362,63	=	**0,93**

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo apresentou um índice de liquidez imediata 0,93, menor que 1, representando que o Caixa e Equivalentes foram quase suficientes para suportar o Passivo Circulante.

A PMSP possui em seu Passivo Circulante o saldo de R$ 2.785.200.380,73 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC 151/2015), cuja obrigação não será paga com recursos do caixa. Assim, apresentamos o índice de Liquidez Imediata de 1,49 recalculado com esta ressalva:

Liquidez Imediata (Recalculada)	Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante *	=	6.944.470.411,67 / 4.667.288.981,90	=	**1,49**

* Passivo Circulante deduzido do saldo de R$ 2.785.200.380,73 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC 151/2015), cuja obrigação não será paga com recursos do caixa.

Liquidez Corrente (LC): Demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes.

Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante / Passivo Circulante	=	10.607.710.950,52 / 7.452.489.362,63	=	**1,42**

Em 2017, o Município apresentou um índice de liquidez corrente de 1,42, maior que 1, representando que o Ativo Circulante foi suficiente para suportar o Passivo Circulante.

Liquidez Seca (LS): Demonstra quanto o Município poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo.

Liquidez Seca (LS)	Ativo Circulante (-) Itens Não Monetários* / Passivo Circulante	=	10.399.025.295,19 / 7.452.489.362,63	=	**1,40**

* Ativo Circulante, deduzidos os Estoques e VPD Pagas Antecipadamente

Em 2017, o índice de liquidez seca foi de 1,40, maior que 1, representando que os recursos circulantes foram suficientes para saldar o Passivo Circulante.

Liquidez Geral (LG): A Liquidez Geral, ou índice de solvência geral, é a medida que demonstra a capacidade de o Município honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante (+) Ativo Realizável a LP / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante	=	75.696.740.283,68 / 205.211.023.912,31	=	**0,37**

Em 2017, o índice de liquidez geral apresentado foi de 0,37, menor que 1, representando a insuficiência dos recursos de curto e longo prazo para quitar seus passivos de curto e longo prazo.

Índice de Solvência (IS): Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Índice de Solvência (IS)	Ativo Circulante (+) Ativo não Circulante / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante	=	105.549.123.067,20 / 205.211.023.912,31	=	**0,51**

O resultado apresentado para o índice de solvência foi de 0,51, no exercício de 2017, representando uma situação deficitária.

Endividamento Geral (EG): Esse índice demonstra o grau de endividamento do Município. Reflete ainda a sua estrutura de capital.

Endividamento Geral (EG)	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante / Ativo Total	=	205.211.023.912,31 / 105.549.123.067,20	=	**1,94**

Em 2017, o índice de endividamento geral apresentado foi de 1,94 representando que o Município possui R$ 1,00 de ativo para cada R$ 1,94 de passivo.

Composição do Endividamento (CE): Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

Composição do Endividamento (CE)	Passivo Circulante / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante	=	7.452.489.362,63 / 205.211.023.912,31	=	**0,04**

O resultado apresentado para a composição do endividamento foi de 0,04, no exercício de 2017, representando que apenas 4% do passivo está no curto prazo.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser qualitativas ou quantitativas. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Cabe ressaltar que VPA e VPD são nomenclaturas utilizadas para definir as receitas e despesas, respectivamente, sob o enfoque patrimonial, sem que sejam confundidas com as receitas e despesas orçamentárias.

O resultado patrimonial apurado deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, tendo em vista que, na condição de ente público, o Município não tem como finalidade a obtenção de lucro, mas sim a finalidade de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

O Município adota o modelo analítico de apresentação das variações patrimoniais.

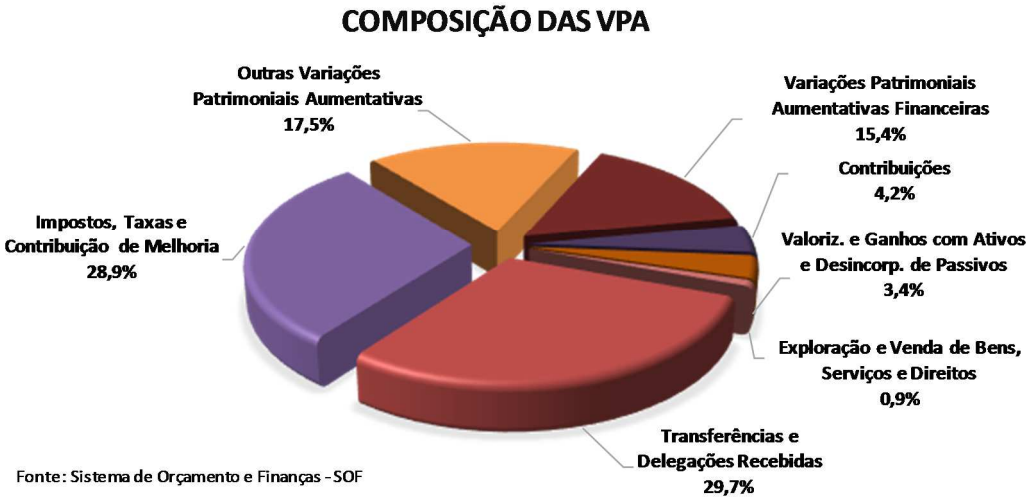
As variações aumentativas e diminutivas que ocorreram no patrimônio do Município no exercício de 2017, bem como o resultado patrimonial do período, estão relacionadas no quadro a seguir:

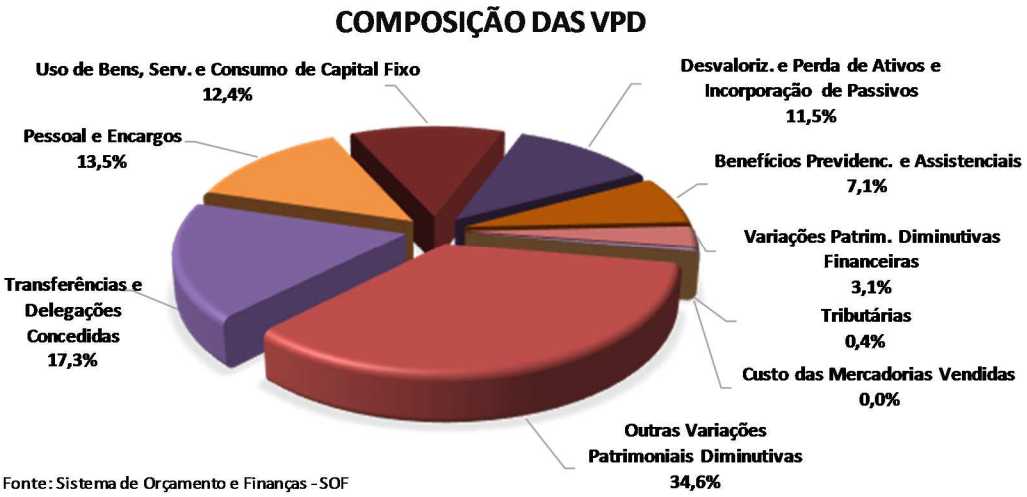
em R$

Descrição	Valor	%s/ Total
Variações Patrimoniais Aumentativas	**88.574.292.223,63**	**100,0%**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	25.586.174.149,80	28,9%
Contribuições	3.750.935.301,01	4,2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	776.607.815,63	0,9%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.614.874.049,04	15,4%
Transferências e Delegações Recebidas	26.334.859.080,81	29,7%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.025.400.376,68	3,4%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.485.441.450,66	17,5%
Variações Patrimoniais Diminutivas	**(115.120.395.418,71)**	**100,0%**
Pessoal e Encargos	(15.505.063.861,64)	13,5%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	(8.216.071.910,61)	7,1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(14.288.893.406,51)	12,4%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	(3.522.986.798,62)	3,1%
Transferências e Delegações Concedidas	(19.940.095.451,19)	17,3%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	(13.250.688.628,12)	11,5%
Tributárias	(504.222.944,40)	0,4%
Custo das Mercadorias Vendidas	(14.843.535,65)	0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	(39.877.528.881,97)	34,6%
Resultado Patrimonial do Período (Déficit Patrimonial)	**(26.546.103.195,08)**	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Concernente à divisão por grupos de contas, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas ficaram distribuídas, em percentuais, da seguinte forma:





As contas com saldos mais relevantes no grupo "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas" estão apresentadas no quadro abaixo:

em R$

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Saldo em 31/12/2017	Representação %
PPI em Andamento/Dívida Ativa	4.477.396.298,71	28,9%
Inscrição de Dívida Ativa	3.978.846.170,89	25,7%
Multas Previstas na Legislação de Trânsito*	1.842.307.057,97	11,9%
Receita da Dívida Ativa	1.295.033.995,58	8,4%
Depósitos Judiciais - LC 151/2015	1.164.611.648,27	7,5%
Reversão de Ajuste de Perdas - Dívida Ativa	607.075.014,00	3,9%
Demais	2.120.171.265,24	13,7%
Total	**15.485.441.450,66**	**100,0%**

* Valor Líquido (descontadas as Deduções)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As contas com saldos mais relevantes no grupo "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" estão apresentadas no quadro abaixo:

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em R$

Conta	Saldo em 31/12/2017	Representação %
Provisões Matemáticas Previdenciárias	(32.150.181.363,35)	80,6%
PPI em Andamento/Dívida Ativa	(5.342.259.780,36)	13,4%
Bens Imóveis a Classificar	(850.132.539,77)	2,1%
Sentenças Judiciais	(618.363.955,07)	1,6%
Demais	(916.591.243,42)	2,3%
Total	**(39.877.528.881,97)**	**100,0%**

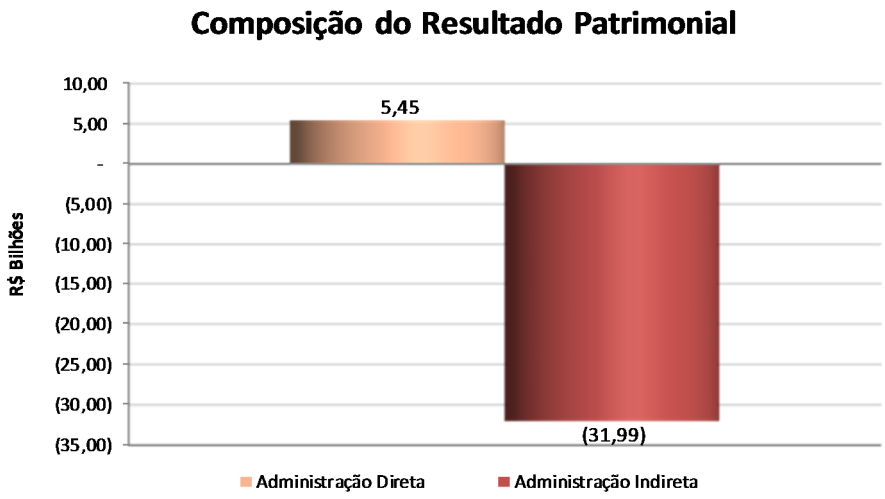
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O resultado patrimonial deficitário de R$ 26.546.103.195,08 está afetado pelos resultados das entidades da Administração Direta e Indireta, conforme segue na tabela e no gráfico:

Resultado Patrimonial em R$

Administração Direta	**5.446.334.260,49**
PMSP	5.456.433.396,03
CMSP	(7.517.846,26)
TCMSP	(7.535.781,13)
FECAM	2.676.808,82
FETCM	2.277.683,03
Administração Indireta	**(31.992.437.455,57)**
HSPM	(10.222.012,35)
IPREM	(32.212.929.125,59)
SFMSP	29.096.819,00
AHM	78.674.878,23
AMLURB	116.523.405,60
FUNDATEC	3.336.711,23
THEATRO	250.704,20
FMH	(23.964.336,01)
COHAB	26.795.500,12
Resultado Patrimonial do Período (Déficit Patrimonial)	**(26.546.103.195,08)**

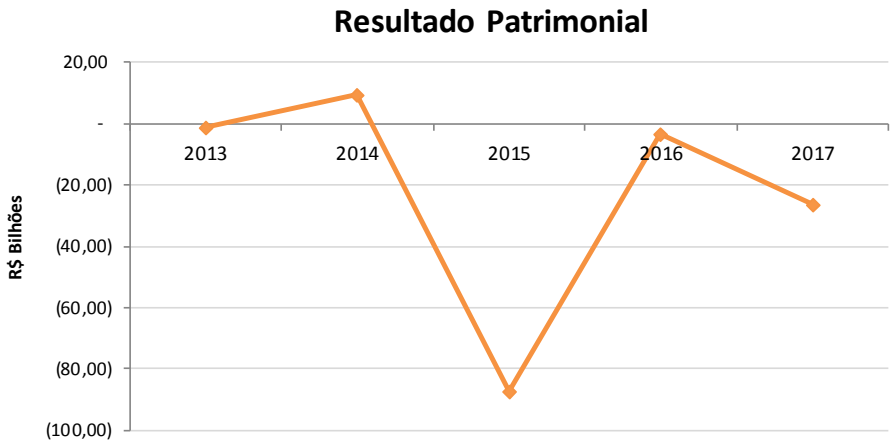
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que o resultado patrimonial deficitário do Município decorre, na Administração Direta do déficit patrimonial da Câmara Municipal e do TCM, já na Administração Indireta, decorre do FMH e, notadamente, do resultado apurado pelo IPREM, o que é justificado pela atualização das provisões matemáticas previdenciárias.

A seguir, gráfico com a demonstração da evolução do resultado patrimonial nos últimos 5 exercícios:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

É o resultado da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Representa uma forma alternativa de verificar se o resultado patrimonial foi deficitário ou superavitário. Em 2017, o Município apresentou o seguinte Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	VPA / VPD	=	88.574.292.223,63 / 115.120.395.418,71	= **0,77**

Observa-se que o referido Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi menor do que 1, isso quer dizer que houve R$ 0,77 de VPA para cada R$ 1,00 de VPD realizada, confirmando o resultado patrimonial deficitário apresentado no exercício de 2017 pelo Município.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade e contém os itens abaixo demonstrados:

1) Ajustes de exercícios anteriores;
2) Transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
3) Superávit ou déficit patrimonial;
4) Destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e
5) Outras mutações do patrimônio líquido.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação. No Município, ela demonstra a evolução do patrimônio líquido de todas as entidades que compõem a administração direta e indireta da Prefeitura, inclusive a empresa estatal dependente (COHAB).

No exercício de 2017 a DMPL apresentou os seguintes valores:

em R$

Especificação	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldos Iniciais	756.901.559,14	736.987.431,93	-	-	-	141.156.510,94	(73.892.676.809,11)	-	(72.257.631.307,10)
Ajustes Ex. Anterior	-	-	-	-	-	-	(858.168.861,22)	-	(858.168.861,22)
Aumento Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Exercício	-	-	-	-	-	-	(26.546.103.195,08)	-	(26.546.103.195,08)
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	2.518,29	-	-	2.518,29
Saldos Finais	**756.901.559,14**	**736.987.431,93**	**-**	**-**	**-**	**141.159.029,23**	**(101.296.948.865,41)**	**-**	**(99.661.900.845,11)**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As mutações ocorridas no exercício de 2017 são decorrentes do déficit de R$ 26.546.103.195,08 apresentado no resultado patrimonial consolidado do período, que segue detalhado na tabela abaixo:

em R$

Resultado Patrimonial	Exercício 2017	%s/ Total
Administração Direta	**5.446.334.260,49**	**-20,5%**
PMSP	5.456.433.396,03	-20,6%
CMSP	(7.517.846,26)	0,0%
TCMSP	(7.535.781,13)	0,0%
FECAM	2.676.808,82	0,0%
FETCM	2.277.683,03	0,0%
Administração Indireta	**(31.992.437.455,57)**	**120,5%**
HSPM	(10.222.012,35)	0,0%
IPREM	(32.212.929.125,59)	121,3%
SFMSP	29.096.819,00	-0,1%
AHM	78.674.878,23	-0,3%
AMLURB	116.523.405,60	-0,4%
FUNDATEC	3.336.711,23	0,0%
THEATRO	250.704,20	0,0%
FMH	(23.964.336,01)	0,1%
COHAB	26.795.500,12	-0,1%
Resultado Patrimonial do Período (Déficit Patrimonial)	**(26.546.103.195,08)**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando o déficit apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado positivo de R$ 5.446.334.260,49 e a administração indireta um resultado negativo de R$ 31.992.437.455,57. Sendo que, na administração direta apenas a Câmara e o TCM apresentaram resultados negativos de R$ 7.517.846,26 e R$ 7.535.781,13, respectivamente. Na administração indireta destaca-se o resultado negativo de R$ 32.212.929.125,59 apresentado pelo IPREM decorrente da atualização referente ao

resultado da avaliação atuarial (Déficit Atuarial), o qual representa a maior participação sobre o total consolidado.

Análise Financeira

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, nos termos do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira da entidade do setor público, demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

A seguir, de forma sintética, demonstramos a movimentação financeira consolidada da Prefeitura de São Paulo - PMSP referente ao exercício de 2017.

Ingressos

Saldo no Início do Exercício

Representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo.

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2017, da PMSP, apresentam o somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa e dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e perfazem o montante consolidado de **R$ 7.655.093.047,00**, sendo:

- **R$ 7.163.706.842,91** na Administração Direta, que representa 93,58% do total das disponibilidades do ente;
- **R$ 491.386.204,09** na Administração Indireta que representa a 6,42% do total das disponibilidades do ente.

E, tiveram a seguinte distribuição:

em R$

SALDO DO INICIO DO EXERCICIO	Administração Direta	Administração Indireta	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.994.509.827,82	463.357.148,37	5.457.866.976,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.169.197.015,09	-	2.169.197.015,09
Aplicações - RPPS	-	28.029.055,72	28.029.055,72
Consolidado	**7.163.706.842,91**	**491.386.204,09**	**7.655.093.047,00**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Receita Orçamentária

Compreendem as receitas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, bem como aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2017 alcançaram o montante consolidado de **R$ 51.768.085.786,03**, sendo:

- **R$ 48.096.249.180,02** na Administração Direta, que representa 92,91% do total da receita arrecadada do ente;
- **R$ 3.671.836.606,01** na Administração Indireta que representa a 7,09% do total da receita arrecadada do ente.

E, tiveram a seguinte distribuição por fonte de recurso:

Em R$

Descrição	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
RECEITA	**48.096.249.180,02**	**3.671.836.606,01**	**51.768.085.786,03**
ORDINÁRIA	**38.147.158.517,42**	**3.486.047.155,91**	**41.633.205.673,33**
Tesouro Municipal	38.147.158.517,42	-	38.147.158.517,42
Recursos Próprios	-	3.486.047.155,91	3.486.047.155,91
VINCULADA	**9.949.090.662,60**	**185.789.450,10**	**10.134.880.112,70**
Operações de Crédito	46.386.246,66		46.386.246,66
Transfêrencias Federais e Estaduais	3.480.938.745,30	78.427.531,52	3.559.366.276,82
Fundo Constitucional de Educação	3.788.793.795,83		3.788.793.795,83
Outros Recursos Vinculados	2.632.971.874,81	107.361.918,58	2.740.333.793,39

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em R$

Descrição	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado	%
RECEITA	**48.096.249.180,02**	**3.671.836.606,01**	**51.768.085.786,03**	**100%**
ORDINÁRIA	38.147.158.517,42	3.486.047.155,91	41.633.205.673,33	80,42%
VINCULADA	9.949.090.662,60	185.789.450,10	10.134.880.112,70	19,58%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos quadros acima, a fonte Tesouro Municipal tem a maior representatividade em relação ao total da receita arrecadada consolidada dentre os recursos ordinários, e estes correspondem a 80,42%, do total geral arrecadado.

Do total arrecadado no exercício de 2017, R$ 51.768.085.786,03, comparado ao exercício de 2016, que somava um montante de R$ 47.527.063.233,37, apresentou uma variação positiva de 9%.

A Receita Orçamentária no Balanço Financeiro apresenta-se pelo valor líquido de deduções. Neste contexto, segue o quadro demonstrando o total das deduções da receita por fonte de recurso, em 2017, considerando a desvinculação, conforme dispõe Decreto Municipal nº 57.380/2016 e alterações.

Em R$

Fonte	Deduções
Tesouro Municipal	(2.172.058.322,38)
Outras Fontes	(26.100,86)
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	(70.826.550,36)
Total Consolidado	**(2.242.910.973,60)**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Transferências Financeiras Recebidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

As transferências financeiras recebidas somaram o montante de **R$ 9.650.186.257,68**, sendo:

- **R$ 748.474.125,46** na Administração Direta, que representa 8% do total das transferências do ente;
- **R$ 8.901.712.132,22** na Administração Indireta que representa a 92% do total das transferências do ente.

As transferências financeiras recebidas para a execução Orçamentária totalizaram R$ 9.648.712.132,22.

As transferências financeiras recebidas independente de Execução Orçamentária totalizaram R$ 1.474.125,46.

E, tiveram a seguinte distribuição por entidade:

em R$

Transferências Financeiras - Posição em 31/12/2017	
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Para Execução Orçamentária**
Prefeitura do Município de São Paulo	-
Hospital do Servidor Público Municipal	271.541.020,25
Instituto de Previdência Municipal	4.692.516.839,41
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-
Autarquia Hospitalar Municipal	1.420.774.201,24
Autoridade Munic. Limpeza Urbana/FMU	2.305.365.392,05
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	14.582.369,17
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	129.387.580,09
COHAB e FMH	67.544.730,01
CMSP e FECAM	511.000.000,00
TCMSP e FETCM	236.000.000,00
Subtotal Transferências Financeiras - Para Execução Orçamentária	**9.648.712.132,22**
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária**
Prefeitura do Município de São Paulo	1.474.125,46
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	
CMSP e FECAM	-
TCMSP e FETCM	-
Subtotal Transferências Financeiras - Independentes de Execução Orçamentária	**1.474.125,46**
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Aporte de Recursos para o RPPS**
Total Transferências Recebidas	**9.650.186.257,68**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e a inscrição de restos a pagar, dentre outros.

Os recebimentos dessa natureza, inclusive a inscrição de restos a pagar, somaram o montante de **R$ 54.206.715.073,06**, sendo:

- **R$ 52.898.139.682,49** na Administração Direta, que representa 97,59% do total dos recebimentos extra do ente;
- **R$ 1.308.575.390,57** na Administração Indireta que representa a 2,41% do total dos recebimentos extra do ente.

Do total dos recebimentos extras no exercício, R$ 54.206.715.073,06, comparado ao exercício anterior, R$ 48.148.895.056,85 apresentou-se uma variação positiva de 13% correspondente a R$ 6.057.820.016,21.

Dos recebimentos extraorçamentários, destacamos a seguir a inscrição em restos a pagar no exercício de 2017, Administração Direta e Indireta e o detalhamento dos valores inscritos por órgãos (apresentados pelo valor líquido).

em R$

Inscrição Restos a Pagar	Administração Direta	Administração Indireta	Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processa	1.714.545.119,38	364.764.936,50	2.079.310.055,88
Inscrição de Restos a Pagar Processados	175.315.525,17	157.195.714,03	332.511.239,20
Consolidado	**1.889.860.644,55**	**521.960.650,53**	**2.411.821.295,08**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

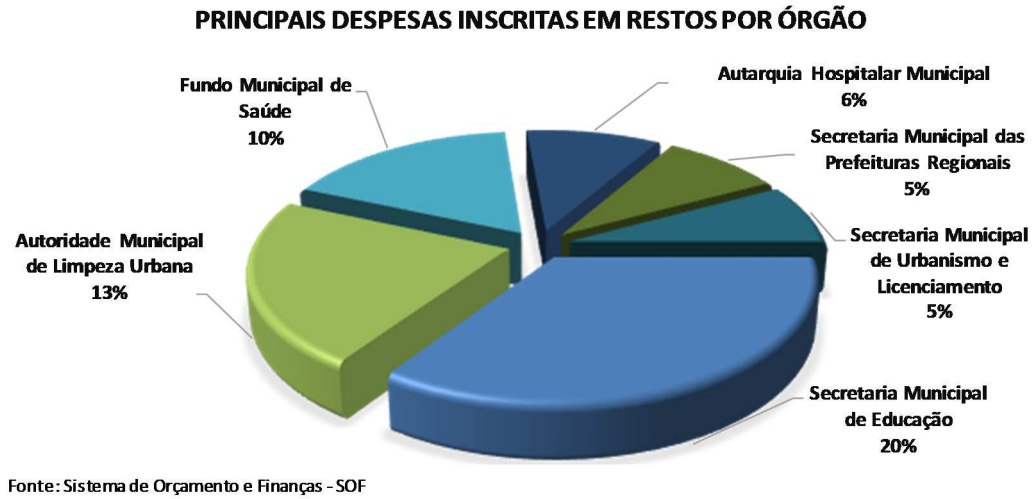
A inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2017, totalizou R$ 2.411.821.295,08, que representa 4,69% do total da despesa empenhada no exercício, **R$ 51.414.029.077,08**, sendo:

- **R$ 2.079.310.055,88** de Restos a Pagar Não Processados, que representa 86,21% do total inscrito em restos a pagar;
- **R$ 332.511.239,20** de Restos a Pagar Processados, que representa 13,79% do total inscrito em restos a pagar.

O quadro abaixo apresenta os valores inscritos em restos a pagar por órgão e ordem decrescente de relevância:

Cód.	Órgão	Liquidado a Pagar	Não Liquidado a Pagar	Saldo a Pagar	% S/Total
16	Secretaria Municipal de Educação	38.378.244,42	458.085.170,52	496.463.414,94	**20%**
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	111.526.974,07	204.367.409,46	315.894.383,53	**13%**
84	Fundo Municipal de Saúde	13.346.315,38	232.253.456,22	245.599.771,60	**10%**
1	Autarquia Hospitalar Municipal	28.351.742,15	111.841.026,97	140.192.769,12	**6%**
12	Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais	5.578.627,29	119.862.257,12	125.440.884,41	**5%**
37	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	1.816.088,25	111.091.607,84	112.907.696,09	**5%**
28	Encargos Gerais do Município	15.258.426,55	74.448.026,54	89.706.453,09	**4%**
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	14.682.454,47	73.336.789,71	88.019.244,18	**4%**
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	8.156.382,35	68.923.089,96	77.079.472,31	**3%**
22	Secretaria Municipal de Serviços e Obras	4.611.286,55	63.685.814,16	68.297.100,71	**3%**
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	31.864,58	48.287.100,65	48.318.965,23	**2%**
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	5.600.075,52	40.120.793,77	45.720.869,29	**2%**
25	Secretaria Municipal de Cultura	15.404.595,81	24.928.521,19	40.333.117,00	**2%**
11	Secretaria do Governo Municipal	1.720.223,22	36.790.617,15	38.510.840,37	**2%**
13	Secretaria Municipal de Gestão	7.507.907,38	30.577.426,48	38.085.333,86	**2%**
17	Secretaria Municipal da Fazenda	1.642.855,04	34.347.954,73	35.990.809,77	**1%**
14	Secretaria Municipal de Habitação	2.912.880,29	30.916.906,60	33.829.786,89	**1%**
91	Fundo Municipal de Habitação	19.040.860,17	7.185.317,29	26.226.177,46	**1%**
20	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	12.829,71	25.929.128,23	25.941.957,94	**1%**
93	Fundo Municipal de Assistência Social	2.764.041,78	22.246.876,96	25.010.918,74	**1%**
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	911.635,62	22.455.527,52	23.367.163,14	**1%**
19	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	2.325.999,52	18.824.782,15	21.150.781,67	**1%**
9	Câmara Municipal de São Paulo	8.537.641,99	8.650.308,67	17.187.950,66	**1%**
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1.603.124,78	14.434.151,20	16.037.275,98	**1%**
2	Hospital do Servidor Público Municipal	3.219.516,59	10.626.519,16	13.846.035,75	**1%**
40	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias	3.214.787,20	10.057.910,71	13.272.697,91	**1%**
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	1.747.267,32	11.466.196,47	13.213.463,79	**1%**

90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	366.795,42	11.445.431,54	11.812.226,96	0%
4	Serviço Funerário do Município de São Paulo	3.664.206,53	7.790.700,21	11.454.906,74	0%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	871.391,69	9.166.367,39	10.037.759,08	0%
21	Procuradoria Geral do Município de São Paulo	1.582.888,80	7.165.531,32	8.748.420,12	0%
49	Prefeitura Regional Sé	2.102.154,46	6.642.994,20	8.745.148,66	0%
30	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo	416.217,06	7.094.202,16	7.510.419,22	0%
59	Prefeitura Regional Socorro	43.113,30	6.782.311,66	6.825.424,96	0%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	266.909,61	5.354.072,13	5.620.981,74	0%
23	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	554.264,38	4.810.012,05	5.364.276,43	0%
58	Prefeitura Regional M´Boi Mirim	188.683,74	5.090.236,68	5.278.920,42	0%
70	Prefeitura Regional São Mateus	2.043.417,56	3.114.853,36	5.158.270,92	0%
50	Prefeitura Regional Butantã	1.359.995,70	3.647.325,12	5.007.320,82	0%
54	Prefeitura Regional Santo Amaro	504.448,56	4.369.023,99	4.873.472,55	0%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	1.577.111,45	3.089.363,95	4.666.475,40	0%
3	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	433.543,07	4.088.746,13	4.522.289,20	0%
42	Prefeitura Regional Pirituba/Jaraguá	342.245,60	3.952.015,38	4.294.260,98	0%
57	Prefeitura Regional Campo Limpo	217.497,98	3.894.602,48	4.112.100,46	0%
63	Prefeitura Regional - São Miguel Paulista	935.125,78	3.129.976,61	4.065.102,39	0%
48	Prefeitura Regional da Lapa	723.354,17	3.108.699,87	3.832.054,04	0%
43	Prefeitura Regional Freguesia/Brasilandia	1.007.734,31	2.695.738,71	3.703.473,02	0%
56	Prefeitura Regional Cidade Ademar	250.109,91	3.378.234,58	3.628.344,49	0%
61	Prefeitura Regional Penha	461.570,32	3.060.838,14	3.522.408,46	0%
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	25.930,27	3.208.417,53	3.234.347,80	0%
53	Prefeitura Regional Ipiranga	392.250,59	2.808.162,08	3.200.412,67	0%
60	Prefeitura Regional Parelheiros	66.362,13	2.999.120,24	3.065.482,37	0%
80	Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	151.920,41	2.886.562,72	3.038.483,13	0%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	477.941,65	2.556.848,39	3.034.790,04	0%
62	Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo	509.879,45	2.255.053,66	2.764.933,11	0%
67	Prefeitura Regional Itaquera	26.372,65	2.737.803,97	2.764.176,62	0%
51	Prefeitura Regional de Pinheiros	125.909,83	2.599.910,25	2.725.820,08	0%
66	Prefeitura Regional Aricanduva/Formosa/Carrão	359.684,51	2.326.093,17	2.685.777,68	0%
55	Prefeitura Regional - Jabaquara	265.272,27	2.280.169,10	2.545.441,37	0%
52	Prefeitura Regional Vila Mariana	473.776,80	2.016.251,12	2.490.027,92	0%
45	Prefeitura Regional Santana/Tucuruvi	524.876,48	1.639.145,16	2.164.021,64	0%
41	Prefeitura Regional Perus	453.857,48	1.597.218,86	2.051.076,34	0%
65	Prefeitura Regional Mooca	54.199,29	1.961.214,02	2.015.413,31	0%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	404.721,92	1.544.503,36	1.949.225,28	0%
64	Prefeitura Regional Itaim Paulista	226.454,07	1.696.921,32	1.923.375,39	0%
68	Prefeitura Regional de Guaianases	96.566,40	1.792.001,54	1.888.567,94	0%
46	Prefeitura Regional de Jaçana-Tremembé - PR-JT	77.819,02	1.774.805,72	1.852.624,74	0%
71	Prefeitura Regional Cidade Tiradentes	260.450,42	1.426.296,17	1.686.746,59	0%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	733.541,75	817.455,42	1.550.997,17	0%
72	Prefeitura Regional Sapopemba	144.724,28	1.387.769,16	1.532.493,44	0%
44	Prefeitura Regional Casa Verde/Cachoeirinha	33.047,26	1.490.965,68	1.524.012,94	0%
69	Prefeitura Regional de Vila Prudente	266.729,93	1.241.075,99	1.507.805,92	0%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	99.335,06	1.331.453,97	1.430.789,03	0%
47	Prefeitura Regional Vila Maria/ Vila Guilherme	423.281,28	1.003.090,42	1.426.371,70	0%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	708.500,00	144.264,50	852.764,50	0%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	208.337,55	385.760,68	594.098,23	0%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	78.362,38	449.436,12	527.798,50	0%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	163.550,00	90.976,36	254.526,36	0%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	22.997,39	138.701,62	161.699,01	0%
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	-	104.631,49	104.631,49	0%
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	2.379,00	6.011,00	8.390,00	0%
8	Fundo Municipal do Idoso	-	-	-	0%
35	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	-	-	-	0%
75	Fundo Municipal de Parques	-	-	-	0%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	-	-	-	0%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	-	-	-	0%
96	Fundo Municipal de Turismo	-	-	-	0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	-	-	-	0%
	TOTAL GERAL	**347.676.458,92**	**2.079.310.055,88**	**2.426.986.514,80**	**100%**



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dispêndios

Despesa Orçamentária

Compreendem as despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, bem como aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As despesas orçamentárias em 2017, somaram um montante de **R$ 51.414.029.077,08**, sendo:

- **R$ 38.788.685.331,84** na Administração Direta, que representa 75,44% do total da despesa do ente;
- **R$ 12.625.343.745,24** na Administração Indireta que representa a 24,56% do total da despesa do ente.

A tabela a seguir demonstra o resultado da execução orçamentária da despesa em 2017 por Fontes de Recursos:

em R$

Despesa/Fonte	Executada	% S/Total
Ordinária	**41.421.365.101,30**	**80,56**
Tesouro Municipal	37.970.822.193,95	**73,85**
Recursos Próprios da Administração Indireta	3.401.266.714,24	**6,62**
Recursos Próprios da Empresa Dependente	49.276.193,11	0,10
Vinculada	**9.992.663.975,78**	**19,44**
Operações de Créditos	56.375.670,34	0,11
Transfêrencias Federais e Estaduais	3.574.856.187,37	6,95
Fundo Constitucional de Educação	3.827.119.837,54	7,4
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.439.721.621,10	4,75
Outras Fontes	94.590.659,43	0,18
Total Consolidado	**51.414.029.077,08**	**100**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A fonte de recurso Tesouro Municipal tem maior representatividade em relação ao montante da despesa executada, 73,85% do total.

A Execução da despesa orçamentária do exercício ocorreu da seguinte forma:

em R$

Despesa Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Empenhada	**38.788.685.331,84**	**12.625.343.745,24**	**51.414.029.077,08**
Liquidada	37.074.140.212,46	12.260.578.808,74	49.334.719.021,20
Não Liquidada	1.714.545.119,38	364.764.936,50	2.079.310.055,88
Liquidada e não Paga	179.279.849,23	168.396.609,69	347.676.458,92
Despesas Pagas	36.894.860.363,23	12.092.182.199,05	48.987.042.562,28
Saldo a Pagar = Desp.Liquid a pagar (+) Não Liquid. A Pagar)	**1.893.824.968,61**	**533.161.546,19**	**2.426.986.514,80**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

A despesa paga apresenta um total consolidado de R$ 48.987.042.562,28, que representou 95,28% da despesa empenhada total, sendo:

- R$ 36.894.860.363,23 correspondente à Administração Direta, o que equivale a 95,12% da sua correspondente despesa empenhada;
- R$ 12.092.182.199,05 correspondente à Administração Indireta, o que equivale a 95,78% da sua correspondente despesa empenhada.

No encerramento do exercício de 2017, a despesa orçamentária apresentou saldo a pagar de R$ 2.426.986.514,80, o qual, teve sua inscrição em Restos a Pagar, em conformidade ao artigo 36 da Lei 4.320/1964[5].

Transferências Financeiras Concedidas

Refletem as movimentações financeiras entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias e representam a contrapartida das transferências financeiras recebidas.

As transferências financeiras concedidas, em 2017, alcançaram o montante de **R$ 9.656.344.822,32**, sendo:

- **R$ 9.654.100.548,74** na Administração Direta, que representa 99,99% do total consolidado;
- **R$ 2.244.273,58** na Administração Indireta que representa a 0,01% do total consolidado;
- Para a execução Orçamentária totalizaram **R$ 9.648.725.644,41** e Independente de Execução Orçamentária **R$ 7.619,177,91**.

[5] Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas"

E, é possível identificar as Transferências Recebidas e Concedidas, ocorridas por entidade, através do quadro detalhado que segue:

em R$

Transferências Financeiras - Posição em 31/12/2017		
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Para Execução Orçamentária**	**Transferências Financeiras Concedidas - Para Execução Orçamentária**
Prefeitura do Município de São Paulo	-	9.647.955.496,29
Hospital do Servidor Público Municipal	271.541.020,25	-
Instituto de Previdência Municipal	4.692.516.839,41	-
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-
Autarquia Hospitalar Municipal	1.420.774.201,24	-
Autoridade Munic. Limpeza Urbana/FMU	2.305.365.392,05	-
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	14.582.369,17	-
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	129.387.580,09	
COHAB e FMH	67.544.730,01	770.148,12
CMSP e FECAM	511.000.000,00	-
TCMSP e FETCM	236.000.000,00	-
Subtotal Transferências Financeiras - Para Execução Orçamentária	**9.648.712.132,22**	**9.648.725.644,41**
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária**	**Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária**
Prefeitura do Município de São Paulo	1.474.125,46	-
Autoridade Munic. Limpeza Urbana		1.474.125,46
CMSP e FECAM	-	-
TCMSP e FETCM	-	6.145.052,45
Subtotal Transferências Financeiras - Independentes de Execução Orçamentária	**1.474.125,46**	**7.619.177,91**
Entidade	**Transferências Financeiras Recebidas - Aporte de Recursos para o RPPS**	**Transferências Financeiras Concedidas - Aporte de Recursos para o RPPS**
Total Transferências Recebidas e Concedidas	**9.650.186.257,68**	**9.656.344.822,32**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2017, as Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária e para aportes ao RPPS totalizaram R$ 9.648.712.132,22 e as Transferências Financeiras Concedidas para as mesmas finalidades totalizaram R$ 9.648.725.644,41, verificando-se uma diferença de R$ 13.512,19 que corresponde a estornos e reclassificações contábeis entre as entidades COHAB e FMH, que não observaram a necessária correspondência entre as operações intraorçamentárias.

As Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária totalizaram R$ 1.474.125,46 e as Transferências Financeiras Concedidas Independente da Execução Orçamentária, R$ 7.619.177,91, verificando-se uma diferença de R$ 6.145.052,45, que corresponde a obrigações reconhecidas pelo Tribunal de Contas como valores a repassar à PMSP. A Prefeitura registrou o montante destes recursos em seu Ativo, constituindo créditos a receber no curto prazo. A evidenciação no Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa ocorreu com a entrada do recurso financeiro e respectivo ingresso extraorçamentário. O Tribunal de Contas demonstrou a

Transferência Financeira Concedida – Independente da Execução Orçamentária, em contrapartida do passivo demonstrado no grupo de ingressos extraorçamentários e, no repasse do recurso, demonstrou o pagamento extraorçamentário.

Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, não previstos no orçamento. Neste grupo são evidenciados os pagamentos como as obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários, como devolução de depósitos, pagamentos de consignatários, retenções e restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

As despesas de natureza extraorçamentária alcançaram o montante consolidado de R$ 52.434.126.600,44, conforme segue:

em R$

Pagamentos Extraorçamentários	Valores	%s/Total
Administração Direta	51.360.228.343,68	97,95%
Administração Indireta	1.073.898.256,76	2,05%
Consolidado	**52.434.126.600,44**	**100%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Do total dos pagamentos extras no exercício atual, R$ 52.434.126.600,44, comparado ao exercício anterior, R$ 48.162.655.921.61 apresentando uma variação positiva de 9% correspondente a R$ 4.271.470.678,82.

Saldo para o Exercício Seguinte

Compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, nas contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e teve a seguinte composição:

em R$

Saldo para o Exercicio Sequinte	Valores	%s/Total
Administração Direta	9.103.555.606,62	93,13%
Administração Indireta	672.024.057,31	6,87%
Consolidado	**9.775.579.663,93**	**100%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

Os recursos da administração direta correspondem a 93,13% do saldo disponível para o exercício seguinte.

Resultado da Execução Financeira - Consolidado

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, através da apuração do resultado financeiro do exercício. Os ingressos e os dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro da PMSP no exercício de 2017:

em R$

Movimentação Financeira	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO (saldo inicial)	**7.163.706.842,91**	491.386.204,09	**7.655.093.047,00**
(+) RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	48.096.249.180,02	3.671.836.606,01	51.768.085.786,03
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	748.474.125,46	8.901.712.132,22	9.650.186.257,68
(+) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	52.898.139.682,49	1.308.575.390,57	54.206.715.073,06
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	38.788.685.331,84	12.625.343.745,24	51.414.029.077,08
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.654.100.548,74	2.244.273,58	9.656.344.822,32
(-) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	51.360.228.343,68	1.073.898.256,76	52.434.126.600,44
DSPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (saldo final)	**9.103.555.606,62**	**672.024.057,31**	**9.775.579.663,93**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

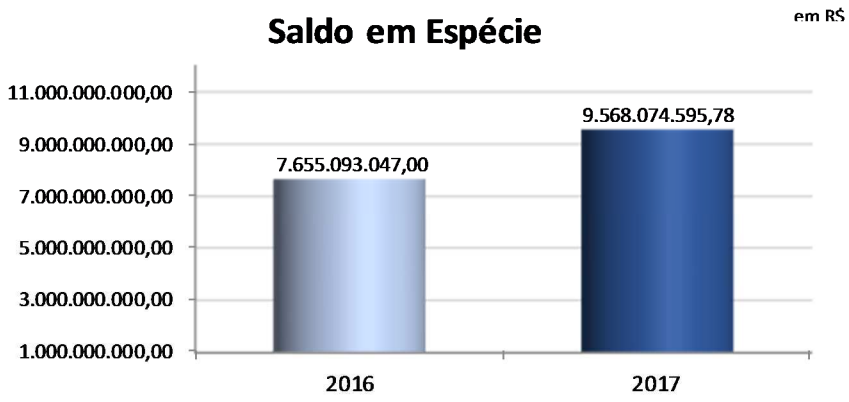
Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio e bom desempenho da gestão financeira, desde que a situação não seja decorrente de endividamento público. Na mesma linha verifica-se que a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho da gestão, pois pode proceder de uma redução de endividamento. Assim, é recomendável análise conjunta com a gestão patrimonial.

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades da PMSP passaram de R$ 7.655.093.047,00 em 2016, para R$ 9.775.579.663,93 em 2017, verificando-se um acréscimo de R$ 2.120.486.616,93, em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

em R$

Consolidado	Valores
Saldo em Espécie - 2017	9.775.579.663,93
Saldo em Espécie - 2016	7.655.093.047,00
Resultado Financeiro	**2.120.486.616,93**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro

A seguir, apresentamos a análise dos Quocientes do Balanço Financeiro:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

É o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.

em R$

Descrição	Consolidado
(+) RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	51.768.085.786,03
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	51.414.029.077,08
Resultado Orçamentário	**354.056.708,95**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	=	354.056.708,95	=	**0,17**
	Resultado Financeiro		2.120.486.616,93		

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Este quociente é o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do Resultado Financeiro sobre o Saldo em Espécie.

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo em espécie p/o execício seguinte / Saldo em espécie do execício anterior	=	9.775.579.663,93 / 7.655.093.047,00	=	**1,28**

Nota-se que a variação nas disponibilidades foi maior do que 1, demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos, e que houve um acréscimo do saldo em espécie.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Consolidada da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- ✓ Operacional – compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados às ações públicas e demais fluxos que não constem como fluxo financiamento ou de investimento;
- ✓ Investimentos – é composto por recursos originados de alienação ou aquisição de ativo não circulante, e ainda, recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos;
- ✓ Financiamentos – estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A seguir, apresentam-se os Fluxos de Caixa Consolidado da PMSP por atividade:

Em R$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	4.033.071.039,53	**3.112.065.279,01**	**29,59%**
Ingressos	**112.845.619.124,54**	**103.667.780.382,91**	
Receitas Derivadas e Originárias	36.561.526.949,06	32.562.903.509,58	
Transferências Recebidas	23.770.880.373,34	22.186.181.934,34	
Outros Ingressos Operacionais	52.513.211.802,14	48.918.694.938,99	
Desembolsos	**108.812.548.085,01**	**100.555.715.103,90**	
Pessoal e Demais Despesas	45.334.105.011,80	43.178.331.166,51	
Juros e Encargos da Dívida	1.212.581.839,61	1.150.256.269,03	
Transferências Concedidas	9.656.344.822,32	8.621.173.072,97	
Outros Desembolsos Operacionais	52.609.516.411,28	47.605.954.595,39	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em R$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	(1.219.807.123,65)	(2.913.875.678,67)	-58,14%
Ingressos	**399.356.985,63**	**481.195.225,76**	
Alienação de Bens	22.992.733,79	9.517.812,38	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	22.320.251,23	20.852.757,62	
Outros Ingressos de Investimento	354.044.000,61	450.824.655,76	
Desembolsos	**1.619.164.109,28**	**3.395.070.904,43**	
Aquisição de Ativo Não Circulante	966.866.569,91	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	652.297.539,37	3.395.070.904,43	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

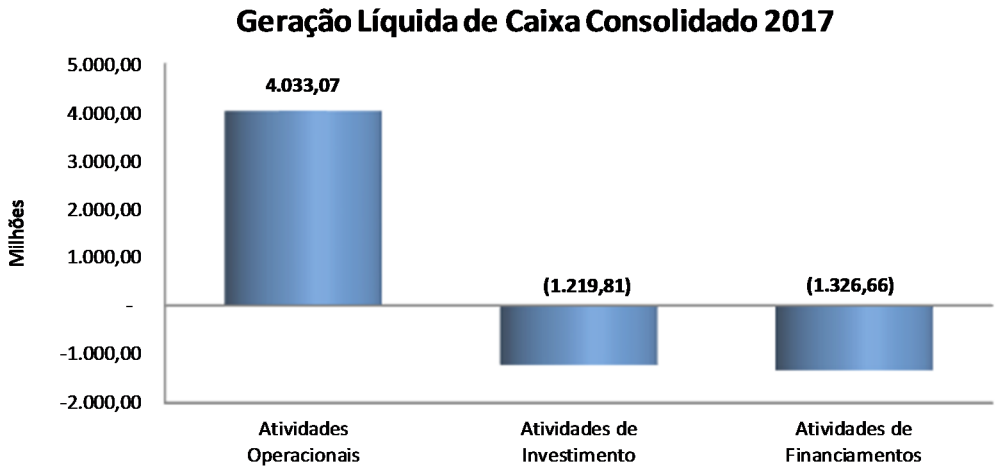
Em R$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	(1.326.660.480,40)	(1.046.405.878,69)	26,78%
Ingressos	**686.507.735,68**	**914.190.630,89**	
Operações de Crédito	44.420.661,72	69.310.730,36	
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-	
Transferências de Capital Recebidas	642.087.073,96	844.879.900,53	
Desembolsos	**2.013.168.216,08**	**1.960.596.509,58**	
Amortização/Refinanciamento da Dívida	2.013.168.216,08	-	
Outros Desembolsos de Financiamentos	-	1.960.596.509,58	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Exercício Atual	Exercício Anterior
	1.486.603.435,48	(848.216.278,35)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.457.866.976,19	6.306.083.254,54
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	6.944.470.411,67	5.457.866.976,19

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa Operacional 2016-2017

Na comparação com o exercício anterior (2016), houve uma variação positiva de quase 30% no Fluxo Líquido de Caixa das Atividades Operacionais.

Apesar dos desembolsos sofrerem um acréscimo em 2017 (de 8,21%) em relação a 2016, a variação ocorrida entre 2016 e 2017 nos ingressos também foram superiores (8,85%), contribuindo para a variação positiva do Fluxo de Caixa Liquido das Atividades Operacionais.

Em 2017, as funções de despesas com valores de maior relevância foram:

- ✓ 1ª Educação com R$ 10,4 bilhões;
- ✓ 2ª Previdência Social com R$ 10,3 bilhões;
- ✓ 3ª Saúde com R$ 10 bilhões;
- ✓ 4ª Transporte com R$ 4,3 bilhões.

Fluxo de Caixa de Investimentos 2016-2017

No exercício de 2016, assim como no exercício de 2017, os Fluxos de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos foram negativos.

Apesar de ocorrer uma queda nos ingressos entre 2016 e 2017, o expressivo corte nos desembolsos entre 2016 e 2017 (52%), principalmente em outros desembolsos de investimentos, contribuiu para uma variação positiva do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos.

Na comparação com o exercício anterior (2016), houve uma redução/variação equivalente a 58% no Fluxo Líquido de Caixa das Atividades de Investimentos.

Fluxo de Caixa de Financiamento 2016-2017

Na comparação com o exercício anterior (2016), houve um acréscimo de 26,78% no Fluxo Líquido de Caixa das Atividades de Financiamentos.

Com os ingressos de 2017 inferiores aos valores de 2016, somados ao aumento nos desembolsos entre 2016 e 2017, o resultado foi uma variação negativa do Fluxo de Caixa Liquido das Atividades de Financiamento.

Sendo a conta de despesa que mais contribuiu para a defasagem: Amortização/Refinanciamento da Dívida.

Conclusão

Ocorreram variações positivas nos Fluxos de Caixa líquido das atividades operacionais (com aumento de quase 30%) e de investimentos (com redução de 58%) no comparativo 2016-2017.

A geração líquida de Caixa e equivalente de caixa para o exercício de 2017 foi positiva em R$ 1.486.603.435,48, conforme composição por atividade:

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades	R$
Operacionais	4.033.071.039,53
Investimentos	(1.219.807.123,65)
Financiamentos	(1.326.660.480,40)
Caixa e Equivalente de Caixa Liquido	**1.486.603.435,48**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A geração líquida de caixa positiva das Atividades Operacionais foi suficiente para cobrir as deficiências dos Fluxos de Caixa de Financiamento e Investimento.

Para maior detalhe desta composição, segue tabela da geração de Caixa e Equivalentes de Caixa líquido dividido entre os Poderes Executivo e Legislativo:

em R$

	Poder Executivo		Poder Legislativo		Consolidado Geral
Caixa e Equivalentes	Adm Direta	Adm Indireta	Camara	TCM	Consolidado
Saldo inicial	4.906.968.062,78	463.357.148,37	51.621.835,35	35.919.929,69	5.457.866.976,19
Saldo Final	6.250.241.658,98	626.115.185,78	42.557.648,79	25.555.918,12	6.944.470.411,67
Geração Liquida Caixa	**1.343.273.596,20**	**162.758.037,41**	**(9.064.186,56)**	**(10.364.011,57)**	**1.486.603.435,48**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Análise dos Quocientes da DFC

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial

É o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Esse índice indica a dispersão entre o Fluxo de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial do exercício.

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	GLCO	=	4.033.071.039,53	=	**(0,1519)**
	Resultado Patrimonial		(26.546.103.195,08)		

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida

Este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações a serem pagas pelos recursos gerados pela PMSP.

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	GLCO	=	4.033.071.039,53	=	**0,0197**
	Total do Passivo		205.211.023.912,31		

Quociente da Atividade Operacional

Este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Indica a parcela da geração liquida de caixa pela entidade atribuída as atividades operacionais.

Quociente da Atividade Operacional	GLCO	=	4.033.071.039,53	=	**2,7129**
	Geração Líquida Caixa		1.486.603.435,48		

Análise Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, possibilitando o objetivo estatal do bem comum. Funciona como elo entre o planejamento e a execução física e financeira das ações do governo, buscando atender aos objetivos e metas estabelecidos.

O orçamento programa consolidado do Município de São Paulo, para o exercício de 2017, instituído por meio da Lei Municipal nº 16.608, de 29 de dezembro de 2016, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 54.694.563.143,00 e compreende: o Orçamento Fiscal Consolidado referente aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, conforme composição:

Poder Legislativo / Administração Direta:

- Câmara Municipal de São Paulo;
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo; e
- Respectivos Fundos.

Poder Executivo / Administração Direta:

- Secretarias;
- Fundos;
- Subprefeituras.

Poder Executivo / Administração Indireta:

- Autarquia Hospitalar Municipal;
- Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Mun. de Limpeza Urbana;
- Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo;
- Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;
- Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
- Fundo Municipal de Habitação;
- Hospital do Servidor Público Municipal;
- Instituto de Previdência Municipal de São Paulo;
- Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Receita Total Orçada

A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas, Receitas Correntes e Receitas de Capital, e apresentou as seguintes estimativas para o exercício de 2017:

em R$

Previsão Orçamentária	Saldo em 31/12/2017
Receitas Correntes (I)=(II+III+IV)	**49.839.465.592,00**
Receitas Correntes - Exceto Intra-Orçamentária (II)	**49.946.975.632,00**
Receita Tributária	24.989.700.193,00
Receita de Contribuições	1.829.267.988,00
Receita Patrimonial	1.014.379.582,00
Receita de Serviços	599.810.998,00
Transferências Correntes	16.593.886.173,00
Outras Receitas Correntes	4.819.930.698,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)	100.000.000,00
Receitas Correntes - Intra-Orçamentária (III)	**1.984.102.913,00**
Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	1.958.859.447,00
Receitas Patrimonial Intraorçamentárias	647.600,00
Receitas de Serviços Intraorçamentárias	23.595.866,00
Outras Receitas Correntes intraorçamentárias	1.000.000,00
Deduções das Receitas Correntes (IV)	**(2.091.612.953,00)**
Deduções da Receita Tributária	-
Deduções de Transferências Correntes	(2.019.615.164,00)
Deduções de Outras Receitas Correntes	(71.997.789,00)
Receitas de Capital (V)	**4.855.097.551,00**
Operações de Crédito	108.208.003,00
Alienação de Bens	906.351.569,00
Amortização de Empréstimo	23.388.741,00
Transferências de Capital	2.687.426.370,00
Outras Receitas de Capital	1.129.722.868,00
Transferências de Capital – Intraorçamentárias	-
Total da Receita (VI) = (I+V)	**54.694.563.143,00**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesa Total Fixada

A despesa total do Orçamento Fiscal foi fixada para o exercício de 2017 da seguinte forma:

	Descrição	Valor (em R$)
02 Órgãos e 02 Fundos	**Poder Legislativo / Administração Direta**	
	Câmara Municipal de São Paulo	620.597.000,00
	Fundo da CMSP	6.314.000,00
	Tribunal de Contas do Município de SP	310.950.415,00
	Fundo do TCMSP	3.310.000,00
	Total	**941.171.415,00**

	Poder Executivo / Administração Direta	
16 Fundos	Fundo de Desenvolvimento Urbano	264.973.455,00
	Fundo de Preservação do Patrim. Hist. Cult.	463.480,00
	Fundo de Proteção do Patrim. Cult.	2.330.000,00
	Fundo Especial de Promoção de Ativ. Cult.	920.000,00
	Fundo Especial Meio Amb. Desenv. Sust.	24.700.000,00
	Fundo Municipal de Assistência Social	1.155.854.616,00
	Fundo Municipal de Desenv. de Trânsito	1.160.552.000,00
	Fundo Municipal de Esportes, Lazer Recr.	4.200.000,00
	Fundo Municipal de Iluminação Pública	472.689.644,00
	Fundo Municipal de Parques	2.000,00
	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	390.264.000,00
	Fundo Municipal de Saúde	8.052.053.545,00
	Fundo Municipal de Turismo	1.000,00
	Fundo Municipal dos Direitos Criança Adol.	110.865.507,00
	Fundo Municipal do Idoso	2.000,00
	Fundo Municipal Defesa do Consumidor	70.000,00
	Subtotal	**11.639.941.247,00**
25 Secretarias	Secretaria do Governo Municipal	346.644.642,00
	Secretaria Munic. de Desenv. Trab. Empre.	151.644.713,00
	Secretaria Municipal da Pessoa com Defic.	19.800.531,00
	Secretaria Municipal de Assist. Desenv.	149.571.066,00
	Secretaria Municipal de Comunic. Informaç.	19.760.499,00
	Secretaria Municipal de Coord. das Sub.	532.092.899,00
	Secretaria Municipal de Cultura	518.728.834,00
	Secretaria Municipal de Desenv. Urbano	1.059.906.534,00
	Secretaria Municipal de Direitos Humanos	58.930.350,00
	Secretaria Municipal de Educação	10.985.422.304,00
	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer	276.888.185,00
	Secretaria Municipal de Finanças Desenv.	459.415.722,00
	Secretaria Municipal de Gestão	223.758.535,00
	Secretaria Municipal de Habitação	746.585.435,00
	Secretaria Municipal de Infraest. Urbana	1.132.027.357,00
	Secretaria Municipal de Licenciamento	75.905.905,00
	Secretaria Municipal de Políticas p/ Mulh.	35.084.524,00
	Secretaria Municipal de Promoção Iguald.	16.019.405,00
	Secretaria Municipal de Relaç. Governam.	30.476.957,00
	Secretaria Municipal de Relaç. Intern. Fed.	7.056.711,00
	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	545.881.586,00
	Secretaria Municipal de Serviços	53.541.219,00
	Secretaria Municipal de Transportes	2.655.239.705,00
	Secretaria Municipal do Verde e Meio Amb.	216.238.518,00
	Secretaria Municipal dos Negócios Juríd.	271.624.986,00
	Subtotal	**20.588.247.122,00**
02 Órgãos	Controladoria Geral do Município	34.463.881,00
	Encargos Gerais do Município	7.847.081.119,00
	Subtotal	**7.881.545.000,00**

32 Subprefeituras	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	38.088.221,00
	Subprefeitura Butantã	52.309.444,00
	Subprefeitura Campo Limpo	60.068.004,00
	Subprefeitura Capela do Socorro	52.088.327,00
	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	28.954.310,00
	Subprefeitura Cidade Ademar	41.221.795,00
	Subprefeitura Cidade Tiradentes	31.195.509,00
	Subprefeitura de Sapopemba	25.989.378,00
	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.618.121,00
	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	40.211.681,00
	Subprefeitura Guaianases	40.589.873,00
	Subprefeitura Ipiranga	53.861.216,00
	Subprefeitura Itaim Paulista	39.962.888,00
	Subprefeitura Itaquera	51.940.384,00
	Subprefeitura Jabaquara	32.031.936,00
	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	32.126.717,00
	Subprefeitura Lapa	42.720.074,00
	Subprefeitura M´Boi Mirim	46.500.857,00
	Subprefeitura Mooca	46.677.965,00
	Subprefeitura Parelheiros	31.663.662,00
	Subprefeitura Penha	48.459.034,00
	Subprefeitura Perus	29.539.197,00
	Subprefeitura Pinheiros	41.779.896,00
	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	38.083.614,00
	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	36.376.353,00
	Subprefeitura Santo Amaro	41.666.510,00
	Subprefeitura São Mateus	58.644.672,00
	Subprefeitura São Miguel	46.039.298,00
	Subprefeitura Sé	76.191.260,00
	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	32.365.128,00
	Subprefeitura Vila Mariana	38.736.779,00
	Subprefeitura Vila Prudente	32.220.297,00
	Subtotal	**1.340.922.400,00**
	Total	**41.450.655.769,00**

	Poder Executivo / Administração Indireta	
08 Órgãos e 01 Fundo	Autarquia Hospitalar Municipal	1.548.754.485,00
	Autoridade Mun. Limp. Urbana/Fundo Mun. de Limp. Urbana	1.998.261.657,00
	Companhia Metropolitana de Habit. de SP	156.014.682,00
	Fundação Paulistana de Educ. e Tecnol.	39.778.081,00
	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	123.175.014,00
	Hospital do Servidor Público Municipal	308.848.595,00
	Instituto de Previdência Municipal de SP	7.913.187.195,00
	Serviço Funerário do Município de SP	179.336.860,00
	Fundo Municipal de Habitação	35.379.390,00
	Total	**12.302.735.959,00**

Total - LOA 2017	**54.694.563.143,00**

A seguir, apresenta-se a Despesa Fixada na Lei Orçamentária Anual em um formato sintético, segregada em Administração Direta, Indireta e seus respectivos Poderes:

Previsão Orçamentária	Valor em R$
Poder Legislativo (I)	**941.171.415,00**
Administração Direta	941.171.415,00
Poder Executivo (II)	**53.753.391.728,00**
Administração Direta	41.450.655.769,00
Administração Indireta	12.302.735.959,00
Total da Despesa (III) = (I) + (II)	**54.694.563.143,00**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é o instrumento que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Sua estrutura demonstrará as receitas orçamentárias detalhadas por categoria econômica e origem, especificando: a previsão inicial; a previsão atualizada; as receitas realizadas e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação (confronto da previsão atualizada com as receitas realizadas).

Evidenciará também as despesas segregadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando: a dotação inicial; a dotação atualizada; as despesas empenhadas; as despesas liquidadas; as despesas pagas e o saldo da dotação.

O resultado orçamentário será demonstrado pela comparação entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, gerando um resultado que poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

Superavit orçamentário: quando as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas;

Deficit orçamentário: quando as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas;

Equilíbrio orçamentário: quando as despesas empenhadas forem equivalentes às receitas realizadas. Situação desejável.

Vejamos o Balanço Orçamentário Consolidado referente ao exercício de 2017 e anexos:

em R$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	**49.739.465.592,00**	**49.739.465.592,00**	**50.682.221.064,72**	**942.755.472,72**
Receita Tributária	24.989.700.193,00	24.989.700.193,00	25.527.893.006,05	538.192.813,05
Receita de Contribuições	3.788.127.435,00	3.788.127.435,00	3.750.935.301,01	(37.192.133,99)
Receita Patrimonial	1.015.027.182,00	1.015.027.182,00	988.866.846,44	(26.160.335,56)
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	623.406.864,00	623.406.864,00	546.881.797,36	(76.525.066,64)
Transferências Correntes	14.574.271.009,00	14.574.271.009,00	14.120.694.115,66	(453.576.893,34)
Outras Receitas Correntes	4.748.932.909,00	4.748.932.909,00	5.746.949.998,20	998.017.089,20
Receitas de Capital (II)	**4.855.097.551,00**	4.855.097.551,00	**1.085.864.721,31**	**(3.769.232.829,69)**
Operações de Crédito	108.208.003,00	108.208.003,00	44.420.661,72	(63.787.341,28)
Alienação de Bens	906.351.569,00	906.351.569,00	22.992.733,79	(883.358.835,21)
Amortização de Empréstimo	23.388.741,00	23.388.741,00	22.320.251,23	(1.068.489,77)
Transferências de Capital	2.687.426.370,00	2.687.426.370,00	642.087.073,96	(2.045.339.296,04)
Outras Receitas de Capital	1.129.722.868,00	1.129.722.868,00	354.044.000,61	(775.678.867,39)
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	**54.594.563.143,00**	**54.594.563.143,00**	**51.768.085.786,03**	**(2.826.477.356,97)**
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	**54.594.563.143,00**	**54.594.563.143,00**	**51.768.085.786,03**	**(2.826.477.356,97)**
Déficit (VI)	**100.000.000,00**	**263.181.789,90**	**-**	-
Total (VII) = (V + VI)	**54.694.563.143,00**	**54.857.744.932,90**	**51.768.085.786,03**	**(2.826.477.356,97)**
Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	100.000.000,00	100.000.000,00	-	(100.000.000,00)
Superávit Financeiro	-	163.181.789,90	163.181.789,90	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R$

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	**46.214.556.955,00**	**49.732.380.365,67**	**47.341.220.729,13**	**45.860.154.258,39**	**45.548.716.804,38**	**2.391.159.636,54**
Pessoal e Encargos Sociais	22.010.680.344,00	22.165.820.743,68	21.470.818.752,26	21.447.119.567,02	21.436.843.777,94	695.001.991,42
Juros e Encargos da Dívida	1.279.663.868,00	1.236.403.522,47	1.212.581.514,69	1.212.581.514,69	1.212.581.514,69	23.822.007,78
Outras Despesas Correntes	22.924.212.743,00	26.330.156.099,52	24.657.820.462,18	23.200.453.176,68	22.899.291.511,75	1.672.335.637,34
Despesas de Capital (IX)	**8.480.005.188,00**	**5.125.363.567,23**	**4.072.808.347,95**	**3.474.564.762,81**	**3.438.325.757,90**	**1.052.555.219,28**
Investimentos	6.157.686.270,00	2.965.072.326,57	1.986.784.806,28	1.389.259.825,89	1.354.210.554,16	978.287.520,29
Inversões Financeiras	188.381.971,00	78.149.971,00	72.882.778,61	72.164.173,86	70.974.440,68	5.267.192,39
Amortização da Dívida	2.133.936.947,00	2.082.141.269,66	2.013.140.763,06	2.013.140.763,06	2.013.140.763,06	69.000.506,60
Reserva de Contingência (X)	**1.000,00**	**1.000,00**	**-**	**-**	**-**	**1.000,00**
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII+IX+X)	**54.694.563.143,00**	**54.857.744.932,90**	**51.414.029.077,08**	**49.334.719.021,20**	**48.987.042.562,28**	**3.443.715.855,82**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)	**54.694.563.143,00**	**54.857.744.932,90**	**51.414.029.077,08**	**49.334.719.021,20**	**48.987.042.562,28**	**3.443.715.855,82**
Superávit (XVI)	**-**	**-**	**354.056.708,95**			
Total (XVII) = (XV + XVI)	**54.694.563.143,00**	**54.857.744.932,90**	**51.768.085.786,03**	**49.334.719.021,20**	**48.987.042.562,28**	**3.443.715.855,82**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R$

Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
Despesas Correntes	**1.037.446,58**	**1.033.854.983,90**	**782.334.074,14**	**781.109.505,43**	**252.557.593,64**	**1.225.331,41**
Pessoal e Encargos Sociais	-	41.745.585,82	14.832.987,53	14.832.987,53	26.912.598,29	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.037.446,58	992.109.398,08	767.501.086,61	766.276.517,90	225.644.995,35	1.225.331,41
Despesas de Capital	**5.643.218,15**	**391.105.114,95**	**160.536.492,77**	**156.210.254,89**	**236.160.313,56**	**4.377.764,65**
Investimentos	5.643.218,15	391.045.268,28	160.483.561,63	156.157.323,75	236.153.398,03	4.377.764,65
Inversões Financeiras	-	56.108,52	52.931,14	52.931,14	3.177,38	-
Amortização da Dívida	-	3.738,15	-	-	3.738,15	-
Total	**6.680.664,73**	**1.424.960.098,85**	**942.870.566,91**	**937.319.760,32**	**488.717.907,20**	**5.603.096,06**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

em R$

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
Despesas Correntes	**3.463.468,63**	**225.689.496,04**	**216.860.541,60**	**3.685.730,66**	**8.606.692,41**
Pessoal e Encargos Sociais	11.723,39	11.067.032,26	11.007.308,37	27.807,22	43.640,06
Juros e Encargos da Dívida	-	324,92	324,92	-	-
Outras Despesas Correntes	3.451.745,24	214.622.138,86	205.852.908,31	3.657.923,44	8.563.052,35
Despesas de Capital	**5.302.407,12**	**37.806.366,74**	**37.796.312,57**	**883.804,79**	**4.428.656,50**
Investimentos	5.302.407,12	37.008.000,15	37.001.466,82	880.283,95	4.428.656,50
Inversões Financeiras	-	770.913,57	767.392,73	3.520,84	(0,00)
Amortização da Dívida	-	27.453,02	27.453,02	-	-
Total	**8.765.875,75**	**263.495.862,78**	**254.656.854,17**	**4.569.535,45**	**13.035.348,91**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se na execução orçamentária consolidada de 2017 que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R$ 51.768.085.786,03 e as despesas empenhadas totalizaram R$ 51.414.029.077,08. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um superavit orçamentário de R$ 354.056.708,95. O superavit é apresentado junto às despesas com a finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Analisando o superavit orçamentário apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado superavitário de R$ 9.307.563.848,18 e a administração indireta um resultado deficitário de R$ 8.953.507.139,23, abaixo demonstrado:

em R$

Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Receitas Realizadas			
Receitas Correntes	47.036.642.115,76	3.645.578.948,96	50.682.221.064,72
Receitas de Capital	1.059.607.064,26	26.257.657,05	1.085.864.721,31
Operações de Crédito/ Refinanciamento	-	-	-
Total	**48.096.249.180,02**	**3.671.836.606,01**	**51.768.085.786,03**
Despesas Empenhadas			
Despesas Correntes	34.785.148.787,08	12.556.071.942,05	47.341.220.729,13
Despesas de Capital	4.003.536.544,76	69.271.803,19	4.072.808.347,95
Reserva de Contingência	-	-	-
Amortização da Dívida/Refinanciamento	-	-	-
Total	**38.788.685.331,84**	**12.625.343.745,24**	**51.414.029.077,08**
(=) Superávit / Déficit Orçamentário	**9.307.563.848,18**	**(8.953.507.139,23)**	**354.056.708,95**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando por empresa, o deficit orçamentário apresentado pela administração indireta, temos a seguinte segregação:

em R$

Execução Orçamentária - Adm. Indireta	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.362.601.343,48	8.031.264.873,21	(4.668.663.529,73)
Autoridade Mun. de Limp. Urbana/Fundo Mun. de Limp. Urbana	87.341.999,12	2.396.640.031,98	(2.309.298.032,86)
Autarquia Hospitalar Municipal	4.419.617,65	1.469.109.375,46	(1.464.689.757,81)
Hospital do Servidor Público Municipal	8.008.500,13	285.896.334,15	(277.887.834,02)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	157.586,28	129.424.235,97	(129.266.649,69)
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	41.827.539,88	115.005.288,77	(73.177.748,89)
Fundo Municipal de Habitação	21.304.097,29	54.400.642,73	(33.096.545,44)
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	3.596.322,31	17.625.610,10	(14.029.287,79)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	142.579.599,87	125.977.352,87	16.602.247,00
Total	**3.671.836.606,01**	**12.625.343.745,24**	**(8.953.507.139,23)**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em resumo, das nove empresas que compõem a administração indireta, apenas o Serviço Funerário do Município de SP apresentou um resultado superavitário.

Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações, cuja finalidade é atender as necessidades públicas e as demandas da sociedade.

No Município de São Paulo, no exercício de 2017, a receita orçamentária realizada (incluídas as Intraorçamentárias) alcançou o montante de R$ 51.768.085.786,03, em que foram arrecadadas 94,65% das receitas previstas, resultando em uma arrecadação inferior à previsão. Esta diferença de R$ 2.926.477.356,97 a menor, em termos percentuais representa 5,35% inferior ao total previsto, conforme demonstrado a seguir:

em R$

Estágios da Receita	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado	% Realizada/ Previsão
Receita Realizada	48.096.249.180,02	3.671.836.606,01	51.768.085.786,03	94,65%
Receita Prevista	50.820.155.143,00	3.874.408.000,00	54.694.563.143,00	100,00%
Diferença	**(2.723.905.962,98)**	**(202.571.393,99)**	**(2.926.477.356,97)**	**-5,35%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na realização da receita orçamentária, a Administração Direta participou com 92,91% do total arrecadado e a Administração Indireta com 7,09%, conforme segue:

em R$

Receita Realizada	Valor	% S/ Total
Administração Direta	48.096.249.180,02	92,91%
Administração Indireta	3.671.836.606,01	7,09%
Diferença	**51.768.085.786,03**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico a seguir apresenta o percentual de participação da Administração Direta e Indireta, no total de receitas realizadas no exercício de 2017:

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Receitas por Categoria Econômica

A fim de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos, a classificação da receita orçamentária por natureza subdivide-se em: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento para Identificação das Peculiaridades e Tipo, conforme a 7ª Edição do MCASP. Quanto à Categoria Econômica as receitas orçamentárias classificam-se em: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

A PMSP apresentou as seguintes receitas realizadas no exercício de 2017, de acordo com a classificação por categoria econômica:

em R$

Receitas Realizadas	Administração Direta	%S/ Total	Administração Indireta	%S/ Total	Consolidado	%S/ Total
Receitas Correntes	47.036.642.115,76	97,80%	3.645.578.948,96	99,28%	50.682.221.064,72	97,90%
Receitas de Capital	1.059.607.064,26	2,20%	26.257.657,05	0,72%	1.085.864.721,31	2,10%
Total	**48.096.249.180,02**	**100,00%**	**3.671.836.606,01**	**100,00%**	**51.768.085.786,03**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF -

As Receitas Correntes e as Receitas de Capital representaram respectivamente 97,90% e 2,10% do total arrecadado consolidado em 2017.

Em uma análise mais detalhada da realização da receita orçamentária, segregando as receitas intraorçamentárias e as deduções da receita, demonstra-se a planilha a seguir:

em R$

Receitas	Orçada (I)	Realizada (II)	Diferença III = (II - I)	% Realizada s/ Orçada	% Realizada s/ Total
Corrente	**49.846.975.632,00**	**50.970.741.521,99**	**1.123.765.889,99**	**102,25%**	**98,46%**
Tributária	24.989.700.193,00	25.715.190.301,72	725.490.108,72	102,90%	49,67%
Contribuições	1.829.267.988,00	1.816.783.257,25	(12.484.730,75)	99,32%	3,51%
Patrimonial	1.014.379.582,00	988.649.452,03	(25.730.129,97)	97,46%	1,91%
Serviços	599.810.998,00	530.429.746,26	(69.381.251,74)	88,43%	1,02%
Transferências Correntes	16.593.886.173,00	16.065.442.056,40	(528.444.116,60)	96,82%	31,03%
Outras Receitas Correntes	4.819.930.698,00	5.854.246.708,33	1.034.316.010,33	121,46%	11,31%
Intra-Orçamentária Corrente	**1.984.102.913,00**	**1.954.390.516,33**	**(29.712.396,67)**	**98,50%**	**3,78%**
Receitas de Contribuições Intra	1.958.859.447,00	1.934.152.224,85	(24.707.222,15)	98,74%	3,74%
Receitas Patrimonial Intra	647.600,00	371.134,45	(276.465,55)	57,31%	0,00%
Receitas de Serviços Intra	23.595.866,00	16.464.875,58	(7.130.990,42)	69,78%	0,03%
Transferências Correntes Intra	-	877.101,99	877.101,99	0,00%	0,00%
Outras Receitas Correntes Intra	1.000.000,00	2.525.179,46	1.525.179,46	0,00%	0,00%
(-) Deduções da Receita Corrente	**(2.091.612.953,00)**	**(2.242.910.973,60)**	**(151.298.020,60)**	**107,23%**	**-4,33%**
Deduções da Receita Tributária		(187.297.295,67)	(187.297.295,67)	0,00%	-0,36%
Deduções das Receitas de Contribuições		(181,09)	(181,09)	0,00%	0,00%
Deduções da Receita Patrimonial	-	(153.740,04)	(153.740,04)	0,00%	0,00%
Deduções da Receita de Serviços	-	(12.824,48)	(12.824,48)	0,00%	0,00%
Deduções de Transferências Correntes	(2.019.615.164,00)	(1.945.625.042,73)	73.990.121,27	96,34%	-3,76%
Deduções de Outras Receitas Correntes	(71.997.789,00)	(109.821.889,59)	(37.824.100,59)	152,54%	-0,21%
Subtotal - Receitas Correntes	**49.739.465.592,00**	**50.682.221.064,72**	**942.755.472,72**	**101,90%**	**97,90%**
Capital	**4.855.097.551,00**	**1.085.864.721,31**	**(3.769.232.829,69)**	**22,37%**	**2,10%**
Operações de Crédito	108.208.003,00	44.420.661,72	(63.787.341,28)	41,05%	0,09%
Alienação de Bens	906.351.569,00	22.992.733,79	(883.358.835,21)	2,54%	0,04%
Amortização de Empréstimos	23.388.741,00	22.320.251,23	(1.068.489,77)	95,43%	0,04%
Transferência de Capital	2.687.426.370,00	642.087.073,96	(2.045.339.296,04)	23,89%	1,24%
Outras Receitas de Capital	1.129.722.868,00	354.044.000,61	(775.678.867,39)	31,34%	0,68%
Intra-Orçamentária de Capital	**-**	**-**	**-**	**0,00%**	**0,00%**
Transferência de Capital			-	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,00%	0,00%
Subtotal - Receitas de Capital	**4.855.097.551,00**	**1.085.864.721,31**	**(3.769.232.829,69)**	**22,37%**	**2,10%**
Recursos Arrecad. em Exerc. Anteriores	**100.000.000,00**	**-**	**(100.000.000,00)**	**0,00%**	**0,00%**
Total	**54.694.563.143,00**	**51.768.085.786,03**	**(2.926.477.356,97)**	**94,65%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Verifica-se que:

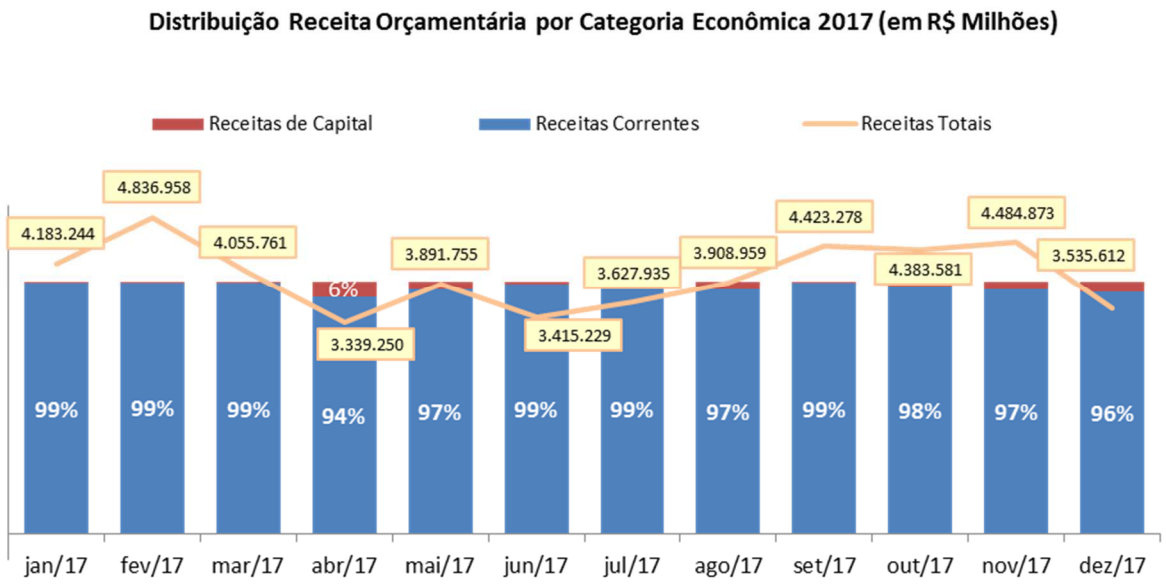
- As receitas arrecadadas no exercício representaram 94,65% do total previsto, em que as receitas correntes arrecadadas representaram 101,90% da receita orçada e as receitas de capital realizadas equivaleram a somente 22,37% da previsão;

- Na comparação do percentual de realização de cada grupo sobre o total arrecadado, destacam-se as Receitas Tributárias com participação de 49,67% e as Transferências Correntes com 31,03%, ambas da categoria de receitas correntes;
- As receitas intraorçamentárias representaram 3,78% das receitas correntes, na comparação com o total de receitas consolidado.

Receita por Categoria Econômica – Análise Individualizada da PMSP

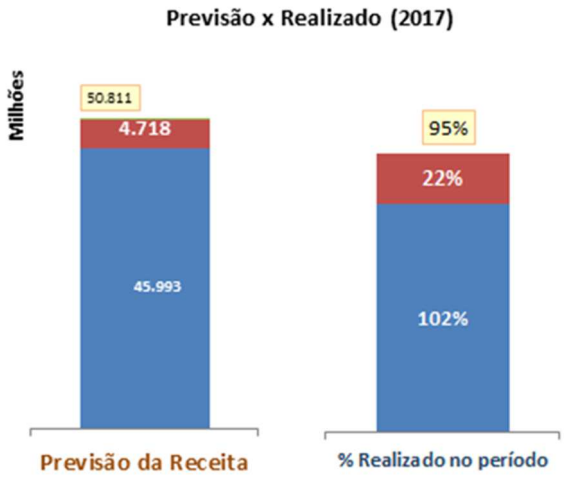
As Receitas Orçamentárias realizadas no exercício de 2017 totalizam o montante de R$ 48.086.435.324,32, sendo que 98% referem-se às Receitas Correntes, enquanto 2% correspondem às Receitas de Capital.

O gráfico abaixo demonstra a realização mensal da Receita Orçamentária na Prefeitura de São Paulo:



No exercício de 2017, a arrecadação da receita ficou 5,36% inferior à previsão para o período. Isto ocorreu em função da realização de apenas 22% das Receitas de Capital.

Os quadros a seguir confrontam a previsão e a realização das Receitas Correntes e das Receitas de Capital em 2017:



Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas; de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

No Município de São Paulo, no exercício de 2017, as Receitas Correntes alcançaram o montante de R$ 50.682.221.064,72, com participação de 92,81% da Administração Direta e de 7,19% da Administração Indireta, demonstrados a seguir:

em R$

Receitas Correntes	Administração Direta	% S/Total	Administração Indireta	% S/Total	Consolidado	% S/Total
Tributária	25.527.726.974,25	54,27%	166.031,80	0,00%	25.527.893.006,05	50,37%
Contribuições	475.232.057,51	1,01%	1.341.551.018,65	36,80%	1.816.783.076,16	3,58%
Patrimonial	906.155.568,24	1,93%	82.340.143,75	2,26%	988.495.711,99	1,95%
Serviços	386.909.562,59	0,82%	143.507.359,19	3,94%	530.416.921,78	1,05%
Transferências Correntes	14.115.185.818,01	30,01%	4.631.195,66	0,13%	14.119.817.013,67	27,86%
Outras Receitas Correntes	5.625.432.135,16	11,96%	118.992.683,58	3,26%	5.744.424.818,74	11,33%
Receitas de Contribuições Intra	-	0,00%	1.934.152.224,85	53,05%	1.934.152.224,85	3,82%
Receitas Patrimonial Intra	-	0,00%	371.134,45	0,01%	371.134,45	0,00%
Receitas de Serviços Intra	-	0,00%	16.464.875,58	0,45%	16.464.875,58	0,03%
Transferências Correntes Intra	-	0,00%	877.101,99	0,02%	877.101,99	0,00%
Outras Receitas Correntes Intra	-	0,00%	2.525.179,46	0,07%	2.525.179,46	0,00%
Total	**47.036.642.115,76**	**100,00%**	**3.645.578.948,96**	**100,00%**	**50.682.221.064,72**	**100,00%**
%Participação s/ Total	**92,81%**		**7,19%**		**100,00%**	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os maiores destaques de participação no total consolidado das Receitas Correntes são a Receita Tributária com 50,37%, as Transferências Correntes com 27,86% e as Outras Receitas Correntes com 11,33%. O somatório dos três equivale a 89,56% do total desta categoria de receita.

Detalhamento das Principais Receitas Correntes

Receita Tributária

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada, cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

Em 2017, a Receita Tributária foi a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R$ 25.527.893.006,05, segregada nas seguintes rubricas:

em R$

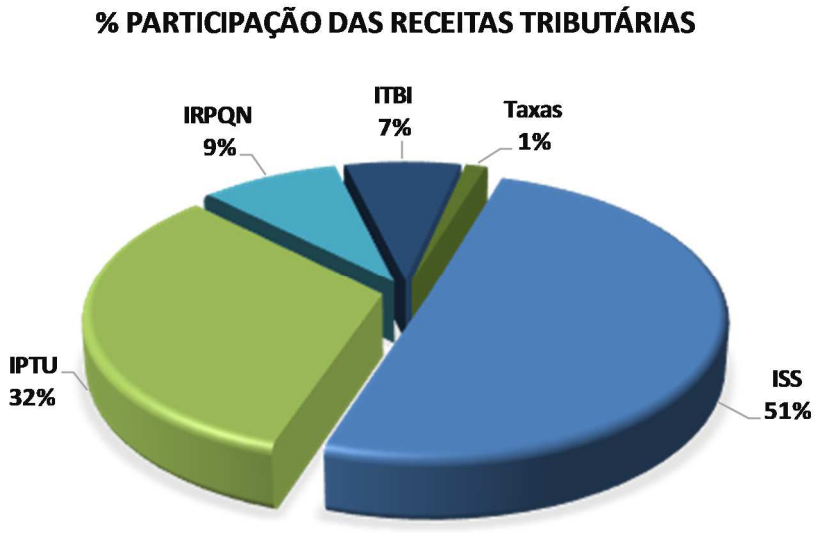
Receita Tributária	Valor	% S/Total
ISS	**12.871.463.951,91**	**50,42%**
ISS	11.377.021.355,88	44,57%
ISS - Sistema Integrado - Simples	32.528,31	0,00%
ISS - Sistema Nacional	1.466.642.660,76	5,75%
ISS - PRD Parcerlamento	27.767.406,96	0,11%
IPTU	**8.263.452.642,63**	**32,37%**
Imposto s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana	8.263.452.642,63	32,37%
IRPQN	**2.220.879.051,00**	**8,70%**
IR na Fonte s/ Rendimento Trabalho	2.134.736.534,75	8,36%
IR na Fonte s/ Remessa ao Exterior	215.141,66	0,00%
IR na Fonte s/ Outros Rendimentos	85.927.374,59	0,34%
ITBI	**1.840.447.192,87**	**7,21%**
Taxas	**331.650.167,64**	**1,30%**
Total	**25.527.893.006,05**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se:

- O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS (incluídos o Sistema Integrado Simples e o Simples Nacional) alcançou o montante de R$ 12.871.463.951,91, equivalente a 50,42% do total das Receitas Tributárias;
- O Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, que recebeu um ingresso de R$ 8.263.452.642,63, equivalente a 32,37% do total das Receitas Tributárias.

A seguir gráfico representando o percentual de realização das receitas tributárias em 2017:

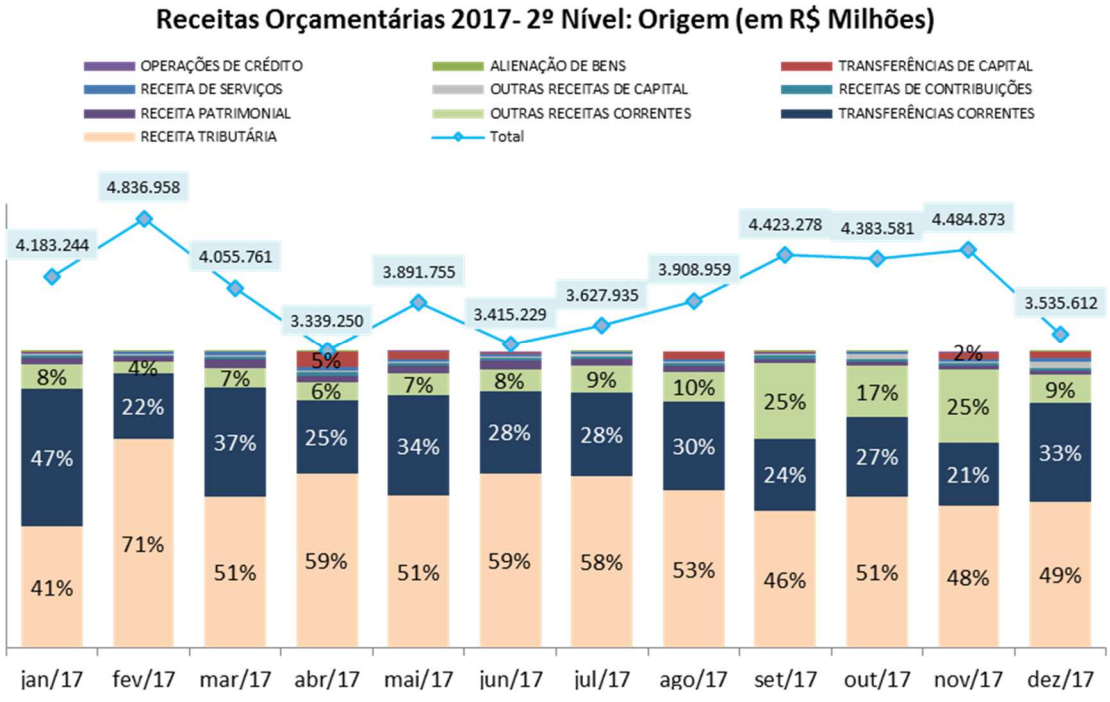


Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Receita Tributária – Análise Individualizada da PMSP

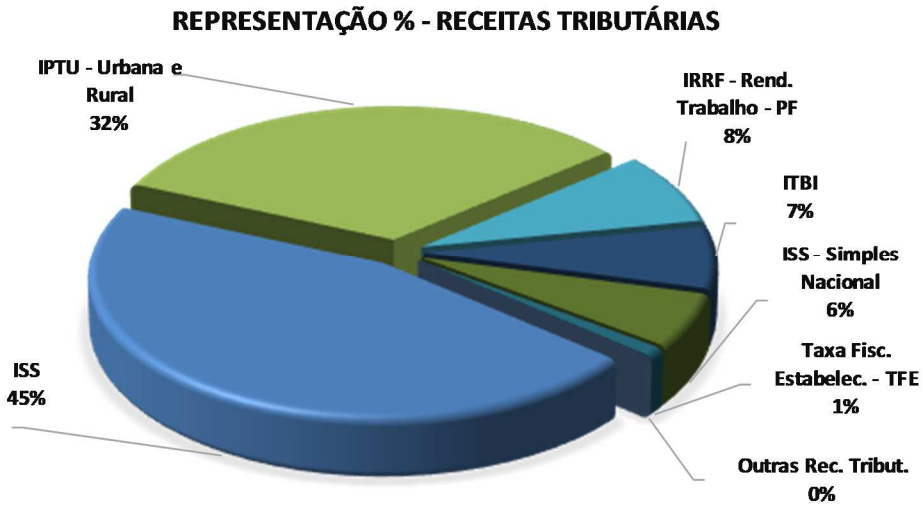
Em conformidade com os códigos da Origem, no detalhamento das Categorias Econômicas, é possível observar que no acumulado do exercício de 2017, as Receitas Tributárias representam 53% das receitas arrecadadas, seguida de Transferências Correntes com 35% e de Outras Receitas Correntes com 12%.

O gráfico a seguir demonstra a arrecadação mensal das Receitas Orçamentárias, conforme sua Categoria Econômica:



As Receitas Tributárias, que representam o maior volume entre as Receitas Orçamentárias arrecadadas pela PMSP (53% do total), referem-se aos tributos de competência Municipal, dispostos no art.158 da Constituição Federal. Dentre os tributos arrecadados, tiveram destaque o ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, que representam respectivamente 45% e 32% do total das Receitas Tributárias.

O gráfico a seguir representa o percentual de cada tributo em relação ao total da Receita Tributária arrecadada pela PMSP no exercício de 2017:



Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. São destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Os recursos da transferência são vinculados à finalidade pública e não à pessoa. Podem ocorrer no nível intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para Estados, do Estado para os Municípios, por exemplo), assim como recebidos de instituições privadas e pessoas físicas.

As Transferências Correntes atingiram o montante de R$ 14.120.694.115,66 e estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

Transferências Correntes	Valor	% S/Total
Transferências Intergovernamentais	**14.039.178.217,01**	**99,42%**
Transferências da União	**2.629.940.863,23**	**18,62%**
Participação na Receita da União	228.113.917,21	1,62%
Transf. da Comp. Financ. p/ Exploração de Rec. Naturais	30.918.995,74	0,22%
Transferência de Recursos do SUS	1.667.893.462,03	11,81%
Transferência de Recursos do FNAS	72.645.909,74	0,51%
Transferência de Recursos do FNDE	597.971.630,01	4,23%
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração	32.368.129,80	0,23%
Outras Transferências da União	28.818,70	0,00%
Transferências dos Estados	**7.634.857.067,09**	**54,07%**
Participação na Receita dos Estados	7.546.518.155,40	53,44%
Outras Transferências dos Estados	88.338.911,69	0,63%
Transferências Multigovernamentais	**3.774.380.286,69**	**26,73%**
Transf. de Recursos do FUNDEB - Da União	305.711.062,64	2,16%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Do Estado	3.468.669.224,05	24,56%
Outras Transferências Intra-orçamentárias	**877.101,99**	**0,01%**
Transferências do Exterior	**35.333,12**	**0,00%**
Transferências de Pessoas	**74.155.426,65**	**0,53%**
Transferências de Convênios	**6.448.036,89**	**0,05%**
Total	**14.120.694.115,66**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As rubricas que contribuíram mais significativamente para a arrecadação das Transferências Correntes foram:

- Transferências dos Estados – Participação na Receita dos Estados, que arrecadou R$ 7.634.857.067,09, equivalente a 54,07% do total das Transferências Correntes, segregadas em:

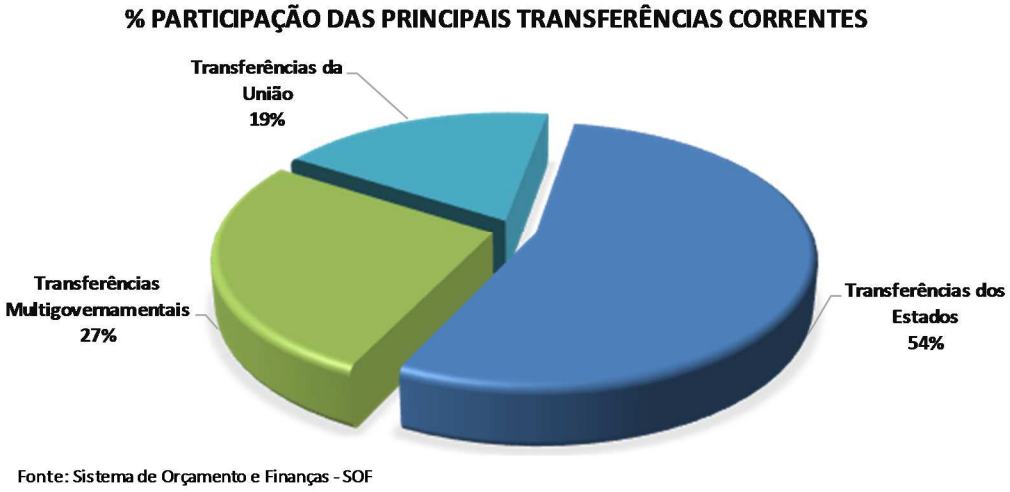
em R$

Transferências dos Estados	Valor em R$
Cota-Parte do ICMS	5.556.711.374,28
Cota-Parte do IPVA	1.936.051.760,00
Cota-Parte do IPI s/ Exportação	40.012.833,24
Cota-Parte da CIDE	13.742.187,88
Outras Transferências dos Estados	88.338.911,69
Total	**7.634.857.067,09**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB do Estado, que recebeu a arrecadação de R$ 3.468.669.224,05, o que equivale a 24,56% do total das Transferências Correntes;
- Transferências da União – Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, que arrecadou de R$ 1.667.893.462,03, equivalente a 11,81% do total das Transferências Correntes.

A seguir, o gráfico representa o percentual de realização das transferências correntes em 2017:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Outras Receitas Correntes

Neste grupo inserem-se multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa e as outras receitas não classificadas nas receitas correntes anteriores.

No ano de 2017, as Outras Receitas Correntes totalizaram a quantia de R$ 5.746.949.998,20 segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

Outras Receitas Correntes	Valor	% S/Total
Multas e Juros de Mora	**2.780.321.960,52**	**48,38%**
Multas e Juros de Mora dos Tributos	335.462.839,77	5,84%
Multas e Juros de Mora das Contribuições	187.114,98	0,00%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	519.225.264,44	9,03%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	14.760.667,91	0,26%
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	9.734.019,38	0,17%
Multas de Outras Origens	1.900.952.054,04	33,08%
Indenizações e Restituições	**122.668.238,13**	**2,13%**
Indenizações	21.764,59	0,00%
Restituições	122.646.473,54	2,13%
Receita da Dívida Ativa	**1.290.510.160,85**	**22,46%**
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.237.631.805,95	21,54%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	52.878.354,90	0,92%
Receitas Diversas	**1.550.924.459,24**	**26,99%**
Outras Receitas Correntes - Intra-Orçamentária	**2.525.179,46**	**0,04%**
Total	**5.746.949.998,20**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se:

- Multas de Outras Origens, que arrecadou em 2017 o montante de R$ 1.900.952.054,04, equivalente a 33,08% do total das Outras Receitas Correntes, segregadas em:

em R$

Multas de Outras Origens	Valor em R$
Multas Previstas na Legislação Sanitária	825.515,09
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.842.307.057,97
Multas e Juros Previstos em Contratos	25.997.347,49
Multas Aplicadas no âmbito de Processo Judicial	7.972,80
Multas por Danos Ambientais	6.905.709,27
Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	14.145,38
Multas por Auto de Infração	279.422,31
Outras Multas	**24.614.883,73**
Multas e Juros Diversos - FMH	174.237,90
Multas e Juros Diversos - PMSP	2.673.001,54
Multas e Juros Diversos - COHAB	64.827,93
Multas SMSP - Sistema Novo	21.702.816,36
Total	**1.900.952.054,04**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Receita da Dívida Ativa Tributária, com arrecadação de R$ 1.237.631.805,95, equivalente a 21,54% do total das Outras Receitas Correntes.

O gráfico a seguir representa o percentual de realização das Outras Receitas Correntes em 2017:

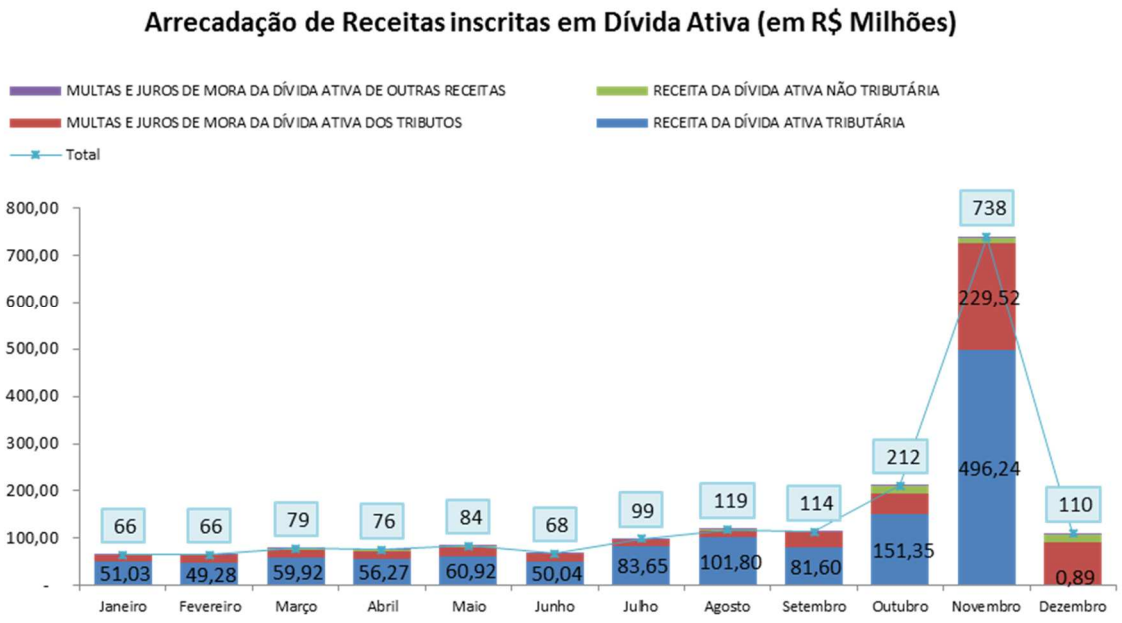
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Receitas inscritas em Dívida Ativa – Análise Individualizada da PMSP

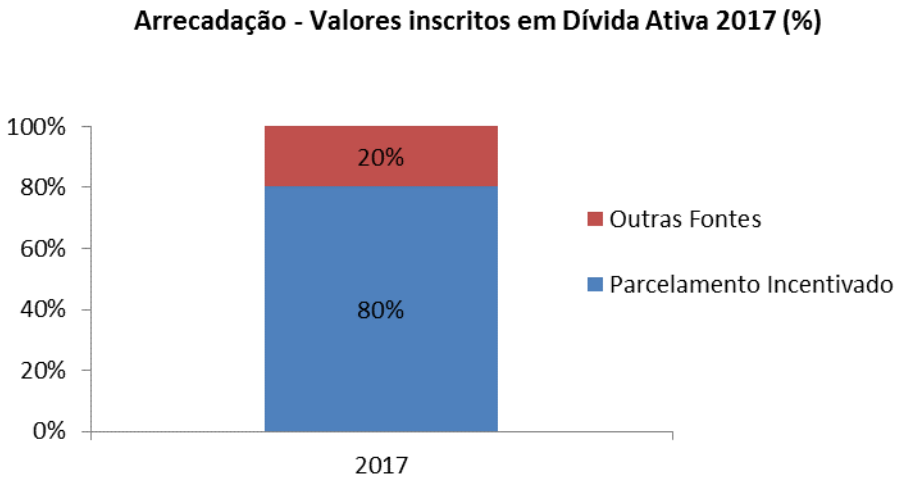
As receitas arrecadadas inscritas em Dívida ativa em 2017, contidas tanto no próprio sistema da Dívida Ativa, quanto nos Programas de Parcelamento, totalizam o montante de R$1.829.019.927,93, distribuídas nos seguintes grupos:

- 1.9.1.3 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;
- 1.9.1.5 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas;
- 1.9.3.1 – Receita da Dívida Ativa Tributária;
- 1.9.3.2 – Receita da Dívida Ativa Não Tributária.

Analisando o gráfico a seguir, que demonstra a arrecadação mensal das receitas inscritas em Dívida Ativa, verifica-se que o grupo que obteve a maior representatividade foi o de Receita da Dívida Ativa Tributária:



A arrecadação de valores inscritos em Dívida Ativa é realizada principalmente por meio de parcelamento incentivado, que é responsável por 80% do volume arrecadado, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Receitas arrecadadas por meio de Programas de Parcelamento – Análise Individualizada da PMSP

Em continuidade ao aperfeiçoamento das informações e da contabilização das receitas arrecadadas por meio dos parcelamentos incentivados, no exercício de 2017 houve uma

revisão nos critérios e parâmetros envolvidos nestes sistemas, através de demanda junto à empresa PRODAM. O objetivo da referida revisão foi a correta apuração das receitas públicas arrecadadas e maior detalhamento das respectivas informações.

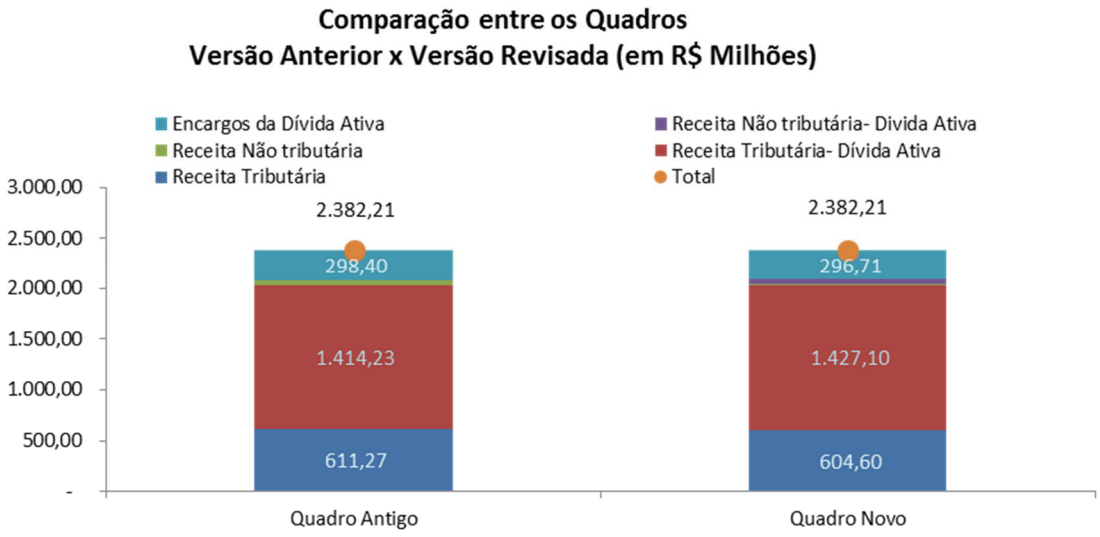
A melhoria foi implantada em produção em setembro de 2017, alterando a demonstração dos relatórios de parcelamento para uma versão mais transparente, objetiva e revisada, conforme as legislações vigentes.

A solicitação também envolveu o reprocessamento dos quadros emitidos no modelo anterior, que compreendeu o período de janeiro a agosto de 2017.

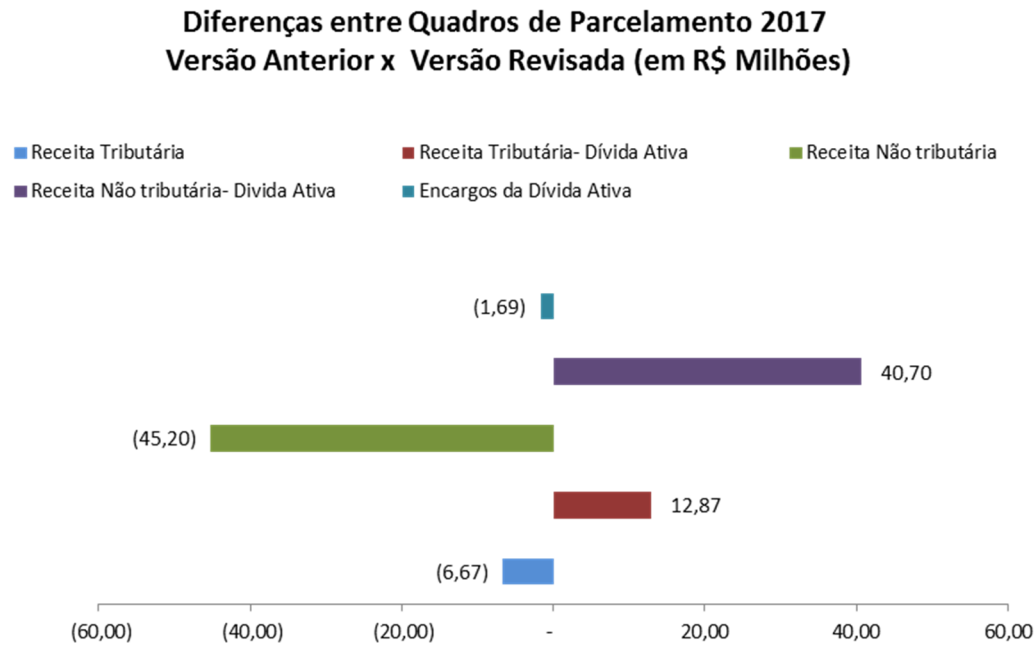
Tendo em vista a validação das novas informações, foi realizada a recontabilização, em dezembro de 2017, das receitas que sofreram alteração com o reprocessamento dos quadros (de janeiro a agosto/17), de forma que a contabilidade esteja em conformidade aos documentos comprobatórios definitivos do exercício de 2017.

De forma geral, observamos que esta alteração corrigiu os valores anteriormente apresentados em Receita Tributária e Receita Não tributária, visto que correspondiam em parte à Dívida Ativa, tanto de Receitas Tributárias como de Receitas Não tributárias.

Abaixo segue a representação gráfica da comparação entre o quadro novo e o antigo, conforme o grupo de receitas, em seus valores brutos:

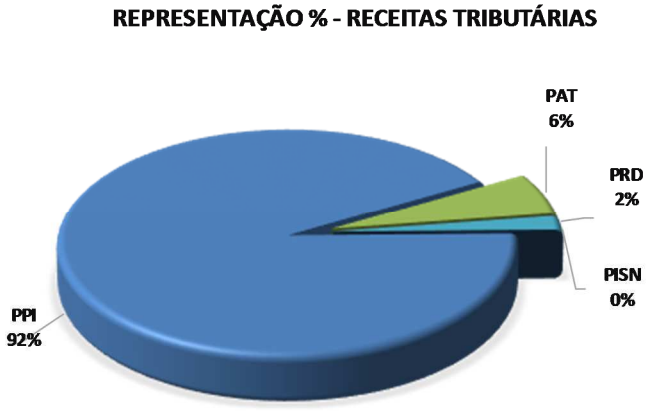


Segue abaixo a representação gráfica das diferenças entre os quadros da versão anterior e da versão revisada, referente ao exercício de 2017.



O gráfico a seguir demonstra a arrecadação total de receitas do exercício de 2017, conforme o novo quadro oficial. A arrecadação foi realizada por meio dos Programas de Parcelamento de Débitos, em seus valores líquidos, descontadas as deduções de receita e as custas devidas ao Estado recolhidas em GARE – Guia de Arrecadação de Receitas Estaduais:

	Receita em R$	%
PPI	R$ 2.162.209.527,95	92%
PAT	R$ 142.431.651,35	6%
PRD	R$ 46.274.285,63	2%
PISN	R$ 80.057,05	0%
Total	R$ 2.350.995.521,98	100%

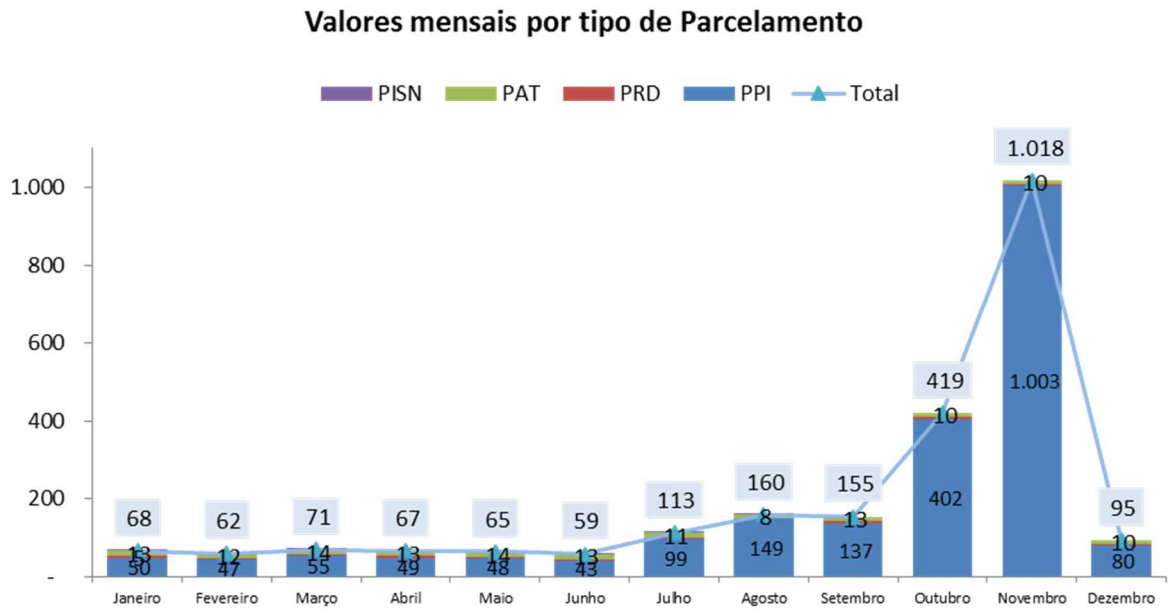


- PPI – Programa de Parcelamento Incentivado.
- PAT – Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários.
- PISN – Parcelamento Especial para Ingresso no Simples Nacional.
- PRD – Programa de Regularização de Débitos.

O quadro abaixo, seguido de representação gráfica, demonstra a arrecadação mensal das receitas em 2017, conforme os programas de parcelamento de débitos:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
PPI	49.852.165	46.652.531	54.829.889	48.644.549	48.225.847	43.085.816
PRD	4.550.547	2.554.677	2.540.243	5.164.834	2.663.341	2.621.586
PAT	13.099.379	12.480.240	13.632.470	13.394.482	14.209.797	13.301.208
PISN	11.527	11.306	10.135	12.969	11.654	10.806
Total	**67.513.618**	**61.698.753**	**71.012.737**	**67.216.834**	**65.110.639**	**59.019.417**

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Geral
PPI	99.213.335	148.834.935	137.470.774	401.903.816	1.003.040.548	80.455.321	2.162.209.528
PRD	2.600.386,34	2.873.887	5.143.962	6.791.442	4.772.652	3.996.728	46.274.286
PAT	11.368.719	8.075.737	12.704.158	10.126.574	9.869.912	10.168.975	142.431.651
PISN	9.874	1.786	-	-	-	-	80.057
Total	**113.192.315**	**159.786.345**	**155.318.895**	**418.821.833**	**1.017.683.112**	**94.621.025**	**2.350.995.522**

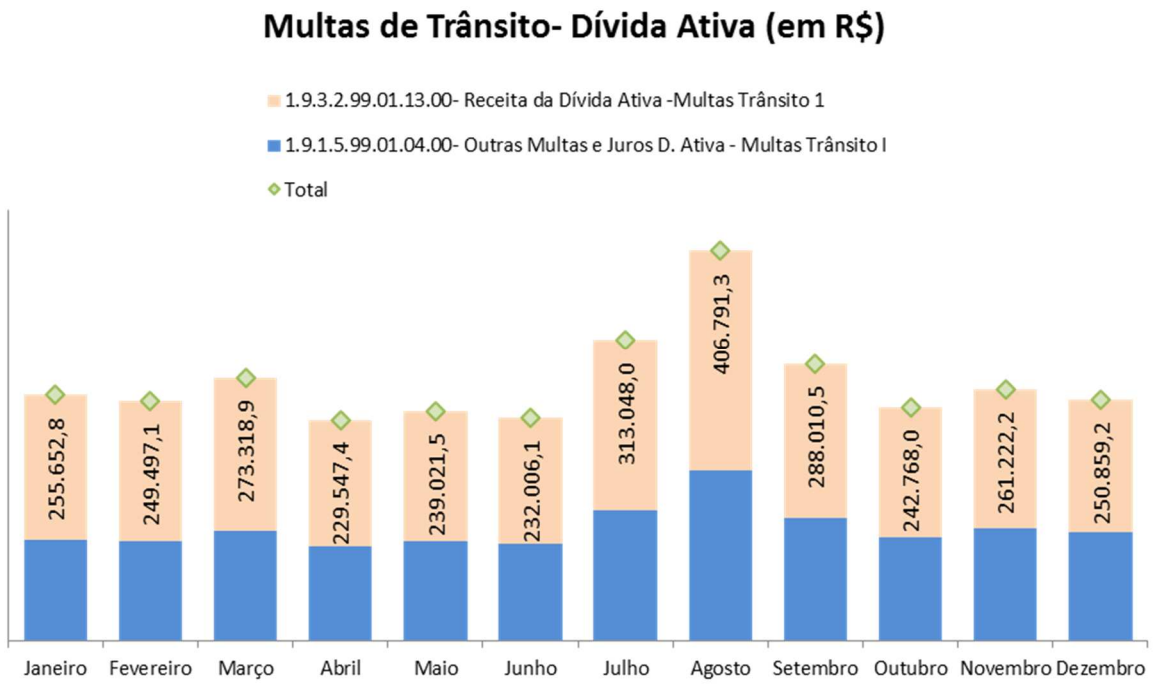


A partir de 2018 haverá também o PPM – Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito, instituído pelo Decreto nº 58.069, de 12 de Janeiro de 2018.

Contabilização das Multas de Trânsito inscritas em Dívida Ativa

Os valores arrecadados no exercício de 2017 com as multas de trânsito inscritas em Dívida Ativa foram registrados nas rubricas de receitas 1.9.3.2.99.01.13.00 e 1.9.1.5.99.01.04.00 e totalizaram o montante de R$ 3.241.742,93, conforme quadro contábil fornecido pelo Sistema da Dívida Ativa.

O gráfico a seguir demonstra a arrecadação mensal de multas de trânsito inscritas em Dívida Ativa:



Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são instrumentos de financiamento dos programas e das ações orçamentários para atingirem as finalidades públicas. No entanto, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão em espécie e em bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atenderem despesas classificáveis em Despesas de Capital.

No Município de São Paulo, no exercício de 2017, as Receitas de Capital alcançaram o montante de R$ 1.085.864.721,31, com participação de 97,58% da Administração Direta e de 2,42% da Administração Indireta, demonstrados a seguir:

em R$

Receitas de Capital	Administração Direta	% S/Total	Administração Indireta	% S/Total	Consolidado	% S/Total
Operações de Crédito	**44.420.661,72**	**4,19%**	**-**	**0,00%**	**44.420.661,72**	**4,09%**
Operação de Crédito Interna	44.420.661,72	4,19%	-	0,00%	44.420.661,72	4,09%
Operação de Crédito Externa	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Alienação de Bens	**22.992.733,79**	**2,17%**	**-**	**0,00%**	**22.992.733,79**	**2,12%**
Alienação de Bens Móveis	2.114.699,00	0,20%	-	0,00%	2.114.699,00	0,19%
Alienação de Bens Imóveis	20.878.034,79	1,97%	-	0,00%	20.878.034,79	1,92%
Amortização de Empréstimos	**-**	**0,00%**	**22.320.251,23**	**85,00%**	**22.320.251,23**	**2,06%**
Transferências de Capital	**642.087.073,96**	**60,60%**	**-**	**0,00%**	**642.087.073,96**	**59,13%**
Transferências Intergov.	19.260.610,60	1,82%	-	0,00%	19.260.610,60	1,77%
Transferências de Capital Intra		0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Transferências do Exterior		0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Transferências de Convênios	622.826.463,36	58,78%	-	0,00%	622.826.463,36	57,36%
Outras Receitas de Capital	**350.106.594,79**	**33,04%**	**3.937.405,82**	**15,00%**	**354.044.000,61**	**32,60%**
Receitas de Alienação de CEPAC	63.879.808,81	6,03%	-	0,00%	63.879.808,81	5,88%
Outras Receitas de Capital Intra		0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outras Receitas de Capital	286.226.785,98	27,01%	3.937.405,82	15,00%	290.164.191,80	26,72%
Total	**1.059.607.064,26**	**100,00%**	**26.257.657,05**	**100,00%**	**1.085.864.721,31**	**100,00%**
% Participação s/ Total	**97,58%**		**2,42%**		**100,00%**	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os grupos mais significativos que contribuíram para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

a) Transferências de Capital, que arrecadou R$ 642.087.073,96, equivalente a 59,13% do total das Receitas de Capital;
b) Outras Receitas de Capital, que arrecadou R$ 354.044.000,61, equivalente a 32,60% do total das Receitas de Capital;

Os dois grupos somados representam 91,73% do total das Receitas de Capital.

Detalhamento das Principais Receitas de Capital

Transferências de Capital

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas em investimentos ou inversões financeiras, com intuito de satisfazer finalidade pública específica, sem corresponder a contraprestação direta ao ente transferidor. Podem ocorrer nos níveis: intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para estados, do estado para os municípios, por exemplo), bem como recebidos de instituições privadas (do exterior e de pessoas).

No ano de 2017, as Transferências de Capital totalizaram a quantia de R$ 642.087.073,96, segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

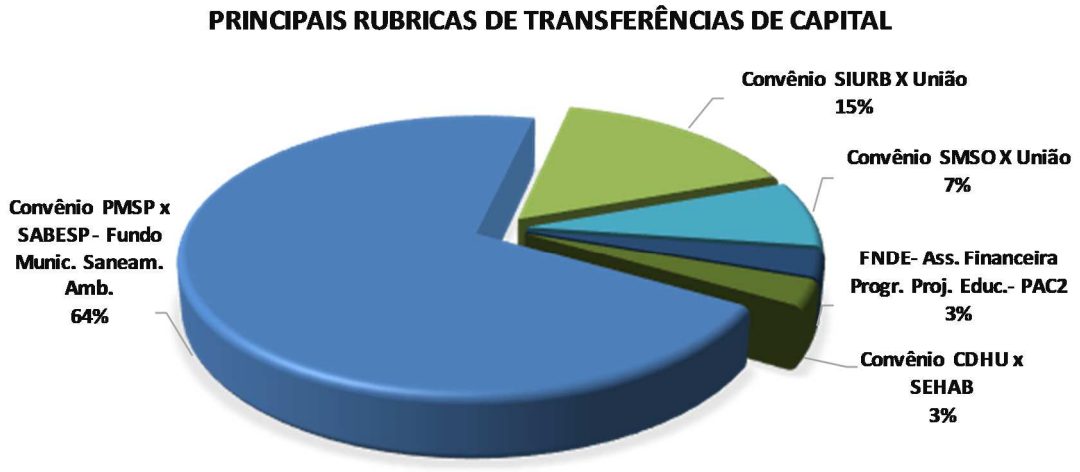
Transferências de Capital	Valor	% S/Total
Transferências Intergovernamentais	**19.260.610,60**	**3,00%**
Transferências da União	**19.260.610,60**	**3,00%**
Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo - FMS	15.957.135,00	2,49%
FNDE - Plano de Ações Articuladas	204.598,60	0,03%
Fundo Especial Lei 7525/86 - Petrobrás	3.098.877,00	0,48%
SIURB x Ministério das Cidades	-	0,00%
SEHAB X Min. Cid./PAC 2 - Obras Reg e Int Ass Prec	-	0,00%
SIURB X Ministério do Turismo	-	0,00%
Transferências de Convênios	**622.826.463,36**	**97,00%**
Transferências de Convênios da União	**182.343.619,23**	**28,40%**
Convênio SDTE X União	165.000,00	0,03%
FNDE- Ass. Financeira a Progr. e Proj. Educ.- PAC2	18.576.186,12	2,89%
Convênio SIURB X União	94.206.016,63	14,67%
Convênios MINC/SMC	982.572,33	0,15%
Convênio SEME - União	7.050.050,95	1,10%
Convênio SEHAB x União	15.110.685,44	2,35%
Convênio SMADS X União	700.000,00	0,11%
Convênio SMSO X União	45.358.107,76	7,06%
Convênio PMSP/SPCS X Ministério do Esporte	195.000,00	0,03%
Transferências de Convênios dos Estados e DF	**440.482.844,13**	**68,60%**
Convênio PMSP x SABESP - Fundo Municipal Saneam. Amb.	413.121.942,84	64,34%
Convênio CDHU x SEHAB	17.788.729,61	2,77%
Convênio SEHAB x Estado	9.572.171,68	1,49%
Convênio SIURB x Estado	-	0,00%
Transferências de Capital Intra-orçamentária	**-**	**0,00%**
Transferências dos Municípios	**-**	**0,00%**
Desapropriação/Alienação com recursos da PMSP		0,00%
Total	**642.087.073,96**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as maiores participações das Transferências de Capital:

- Transferência de Convênios dos Estados referente ao Convênio PMSP x Sabesp - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Inf., com montante arrecadado de R$ 413.121.942,84, equivalente a 64,34% do total das Transferências de Capital;
- Transferências a União referente à SIURB x União, com arrecadação de R$ 94.206.016,63, equivalente a 14,67% do total deste grupo.

O gráfico a seguir representa as principais rubricas de Transferências de Capital em 2017:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Outras Receitas de Capital

São classificadas nessa origem as receitas de capital que não atendem às especificações das demais origens. Enquadram-se nessa classificação receitas de alienação de CEPAC, outorgas onerosas, desistências de desapropriações, entre outras.

No ano de 2017, as Outras Receitas de Capital totalizaram a quantia de R$ 354.044.000,61, segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

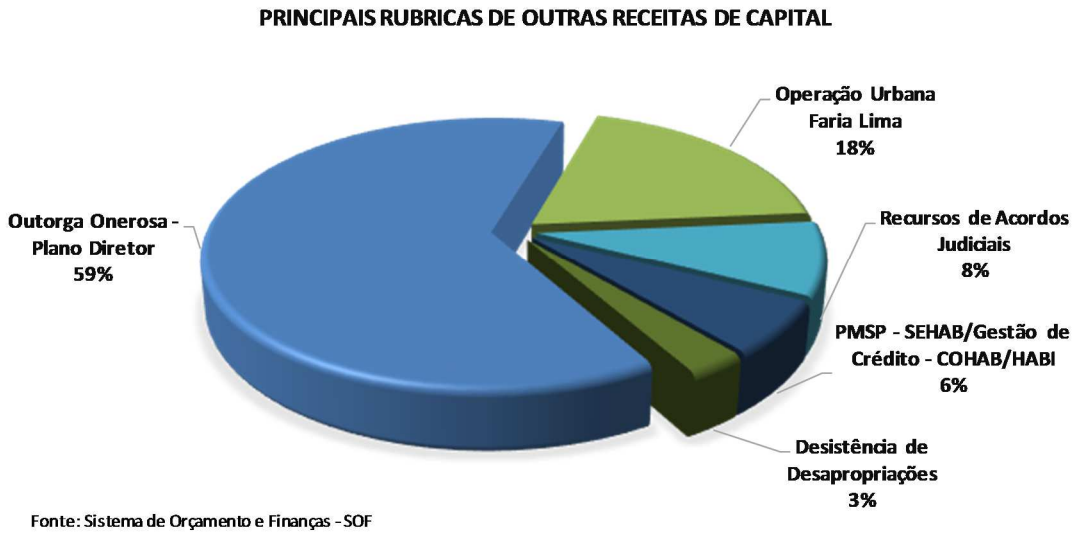
Outras Receitas de Capital	Valor	% S/Total
Receitas de Alienação de CEPAC	**63.879.808,81**	**18,04%**
Operação Urbana Faria Lima	63.879.808,81	18,04%
Outras Receitas de Capital	**290.164.191,80**	**81,96%**
Receitas Diversas	**280.166.341,04**	**79,13%**
Outorga Onerosa - Plano Diretor	210.187.562,35	59,37%
Outorga Onerosa - Lei de Anistia	8.578.873,10	2,42%
FUNPATRI	4.371,51	0,00%
PMSP - SEHAB/Gestão de Crédito - COHAB/HABI	21.176.125,61	5,98%
Carteira FMH - Recursos Habitacionais - COHAB/SP	3.779.786,27	1,07%
IPREM	157.619,55	0,04%
Recursos de Acordos Judiciais	29.618.100,00	8,37%
Outorga Onerosa Cota Solidariedade - FUNDURB	6.663.902,65	1,88%
Restituições	**9.997.850,76**	**2,82%**
Devolução de Valores Não Utilizados em Convênios	257.932,89	0,07%
Desistência de Desapropriações	9.739.917,87	2,75%
Total	**354.044.000,61**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as principais participações de Outras Receitas de Capital:

- Outorga Onerosa – Plano Diretor, com arrecadação de R$ 210.187.562,35, equivalente a 59,37% do total de Outras Receitas de Capital;
- Operação Urbana Faria Lima, que totalizou o montante de R$ 63.879.808,81, correspondente a 18,04% do total do grupo.

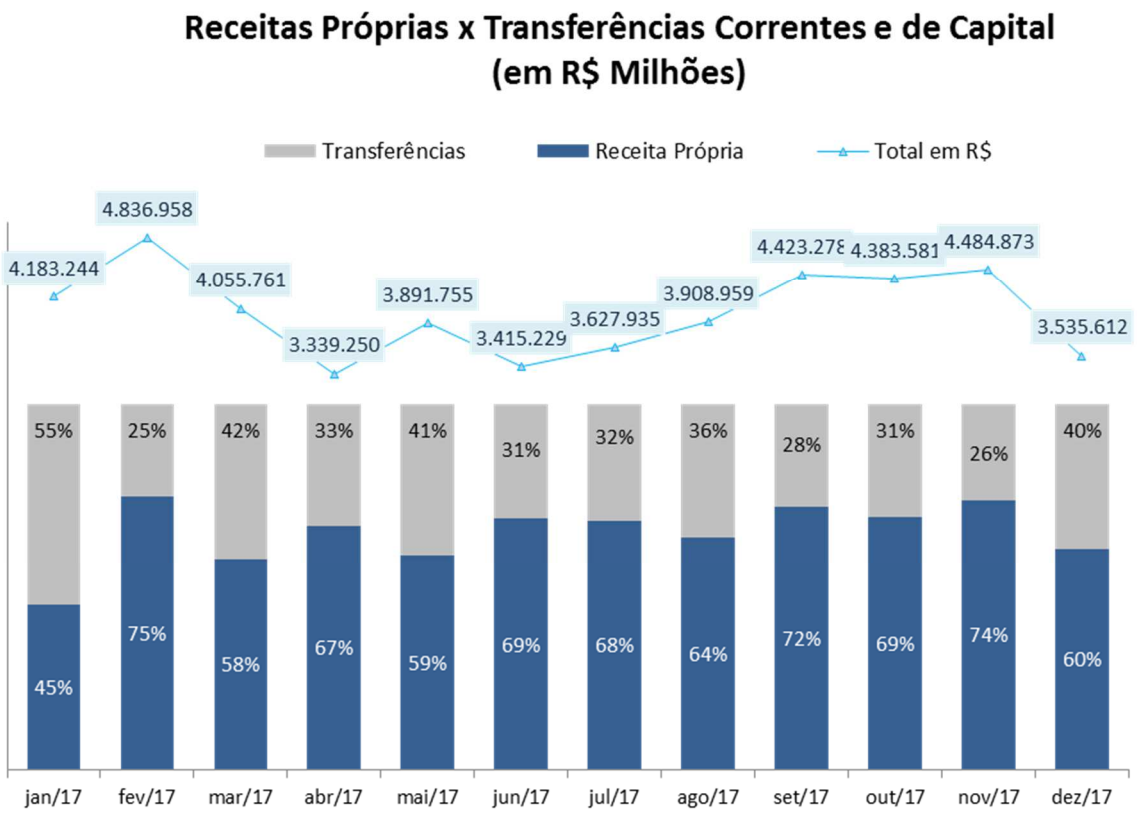
O gráfico abaixo representa as principais rubricas de Outras Receitas de Capital em 2017:



Receitas Próprias x Transferências Correntes e de Capital – Análise Individualizada da PMSP

As receitas provenientes de transferências de recursos financeiros, Correntes e de Capital, representaram, no exercício de 2017, 35% do volume total de receitas reconhecidas pela PMSP, o que significa uma arrecadação de R$ 16.702.897.934,70. Destas transferências, 96% são Receitas Correntes e apenas 4% são Receitas de Capital.

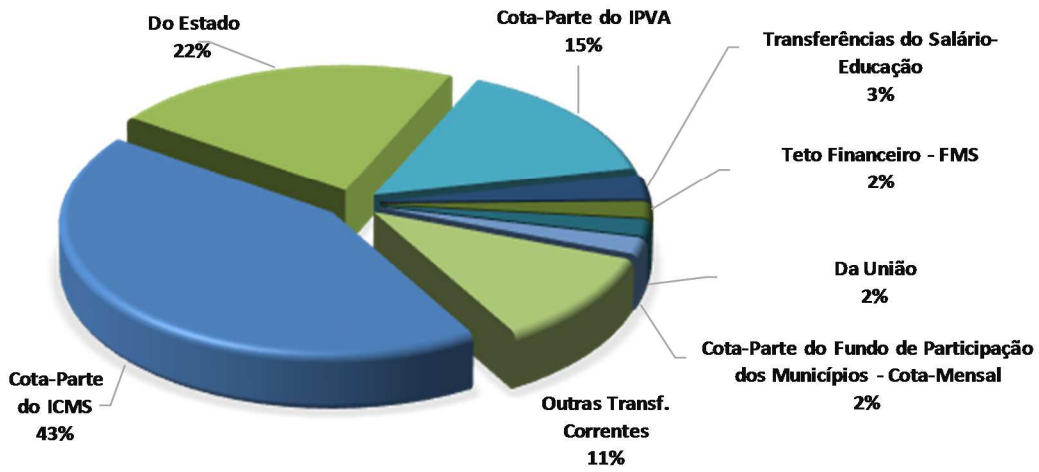
O gráfico a seguir demonstra a arrecadação mensal das Receitas Próprias e das Transferências Correntes e de Capital no exercício de 2017:



Segue abaixo a representação das Transferências Correntes e de Capital realizadas em 2017 detalhadas por rubricas de receitas:

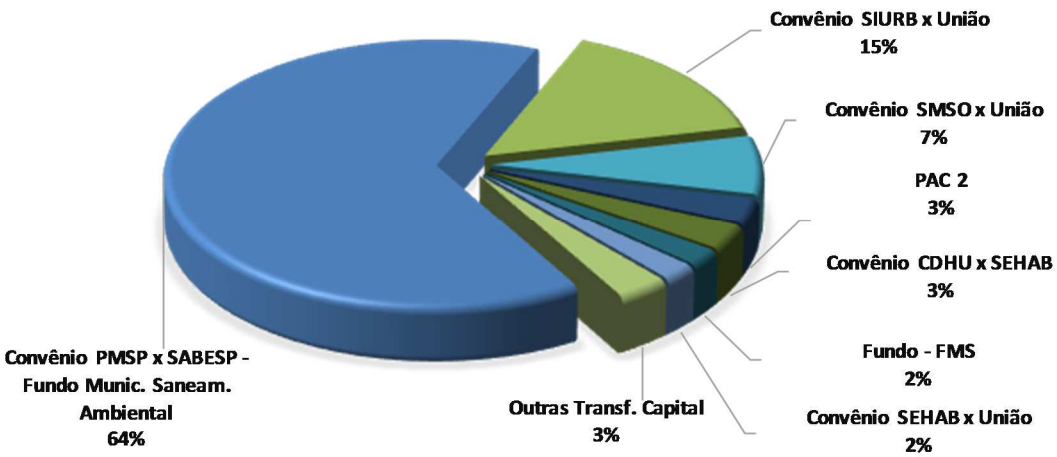
Transferências Correntes	R$	%
Cota-Parte do ICMS	R$ 6.945.889.218,00	43%
Do Estado	R$ 3.468.669.224,00	22%
Cota-Parte do IPVA	R$ 2.423.309.153,00	15%
Transferências do Salário-Educação	R$ 462.820.696,00	3%
Teto Financeiro - FMS	R$ 332.235.247,00	2%
Da União	R$ 305.711.063,00	2%
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota-Mensal	R$ 285.876.248,00	2%
Outras Transf. Correntes	R$ 1.836.300.014,00	11%
Total	**R$ 16.060.810.861,00**	**100%**

REPRESENTAÇÃO % - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



Transferências de Capital	R$	%
Convênio PMSP x SABESP - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental	R$ 413.121.943,00	64%
Convênio SIURB x União	R$ 94.206.017,00	15%
Convênio SMSO x União	R$ 45.358.108,00	7%
PAC 2	R$ 18.576.186,00	3%
Convênio CDHU x SEHAB	R$ 17.788.730,00	3%
Fundo - FMS	R$ 15.957.135,00	2%
Convênio SEHAB x União	R$ 15.110.685,00	2%
Outras Transf. Capital	R$ 21.968.271,00	3%
Total	**R$ 642.087.074,00**	**100%**

REPRESENTAÇÃO % - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



Receitas por Fontes de Recursos

A classificação das Receitas por Fonte de Recursos permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

A execução orçamentária de 2017 apresentou os seguintes valores de acordo com as seguintes Fontes de Recursos:

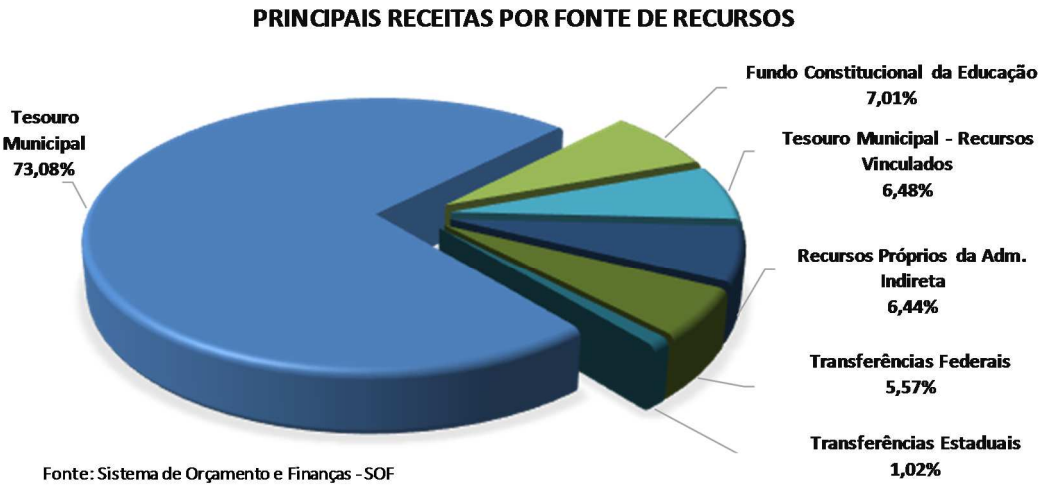
em R$

Receita por Fonte	Receita Bruta Realizada (I)	Receita Líquida Realizada (II)	Deduções III = (I-II)	% Participação sobre Total Realizada
Tesouro Municipal	39.468.998.529,86	37.327.270.425,06	(2.141.728.104,80)	73,08%
Fundo Constitucional da Educação	3.788.793.795,83	3.788.793.795,83	-	7,01%
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	3.499.870.086,17	3.398.713.318,23	(101.156.767,94)	6,48%
Recursos Próprios da Adm. Indireta	3.476.587.544,25	3.476.587.544,25	-	6,44%
Transferências Federais	3.011.008.661,41	3.011.008.661,41	-	5,57%
Transferências Estaduais	550.779.567,61	550.779.567,61	-	1,02%
Outras Fontes	103.772.674,77	103.746.573,91	(26.100,86)	0,19%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	64.799.653,07	64.799.653,07	-	0,12%
Operações de Crédito	46.386.246,66	46.386.246,66	-	0,09%
Total	**54.010.996.759,63**	**51.768.085.786,03**	**(2.242.910.973,60)**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior concentração da receita por Fonte de Recursos está no Tesouro Municipal, equivalente a 73,08% do total da receita realizada.

A seguir gráfico representando a porcentagem de realização das receitas classificadas por Fonte de Recursos:



Comparativo da Receita Orçamentária 2016 e 2017

A seguir, evidencia-se quadro comparativo da Receita Orçamentária Consolidada de 2016 e 2017:

em R$

Receitas Realizadas	2016 (I)	2017 (II)	Variação (II - I)	% Variação
Receitas Correntes	**44.183.286.163,21**	**48.727.830.548,39**	**4.544.544.385,18**	**10,29%**
Receita Tributária	23.377.317.391,79	25.527.893.006,05	2.150.575.614,26	9,20%
Receita de Contribuições	1.813.700.471,80	1.816.783.076,16	3.082.604,36	0,17%
Receita Patrimonial	1.468.347.007,69	988.495.711,99	(479.851.295,70)	-32,68%
Receita de Serviços	520.528.042,29	530.416.921,78	9.888.879,49	1,90%
Transferências Correntes	13.565.668.505,05	14.119.817.013,67	554.148.508,62	4,08%
Outras Receitas Correntes	3.437.724.744,59	5.744.424.818,74	2.306.700.074,15	67,10%
Intraorçamentária - Correntes	**1.948.391.213,51**	1.954.390.516,33	**5.999.302,82**	**0,31%**
Subtotal - Receitas Correntes	**46.131.677.376,72**	**50.682.221.064,72**	**4.550.543.688,00**	**9,86%**
Receitas de Capital	**1.357.503.073,35**	**1.085.864.721,31**	**(271.638.352,04)**	**-20,01%**
Operações de Crédito	69.310.730,36	44.420.661,72	(24.890.068,64)	-35,91%
Alienação de Bens	9.517.812,38	22.992.733,79	13.474.921,41	141,58%
Amortização de Empréstimo	20.852.757,62	22.320.251,23	1.467.493,61	7,04%
Transferências de Capital	806.997.117,23	642.087.073,96	(164.910.043,27)	-20,44%
Intraorçamentária - Capital	**37.882.783,30**	**-**	**(37.882.783,30)**	**-100,00%**
Subtotal - Receitas de Capital	**1.395.385.856,65**	**1.085.864.721,31**	**(309.521.135,34)**	**-22,18%**
Total	**47.527.063.233,37**	**51.768.085.786,03**	**4.241.022.552,66**	**8,92%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se um aumento de 9,86% nas Receitas Correntes, entre os exercícios de 2016 e 2017, com destaque para Outras Receitas Correntes, com aumento de 67,10%, Receita Tributária com aumento de 9,20%, Transferências Correntes com aumento de 4,08% e Receita Patrimonial com redução de 32,68%.

Nas Receitas de Capital, houve uma redução de 22,18% na comparação dos exercícios, com destaque para a redução de 35,91% nas Operações de Crédito e aumento de 141,58% na Alienação de Bens.

Em resumo, o resultado consolidado das receitas orçamentárias arrecadadas em 2017 apresentou um aumento de 8,92%, se comparado ao exercício de 2016.

Execução da Despesa Orçamentária

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. O conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade é denominado de despesa orçamentária pública.

A classificação da despesa orçamentária por natureza tem a seguinte composição:

I) Categoria Econômica
II) Grupo de Natureza de Despesa
III) Elemento de Despesa

Na comparação da Despesa Orçada (Dotação Inicial) com o Total dos Créditos Autorizados (Dotação Atualizada), observa-se que houve aumento do montante de

despesa total de R$ 54.694.563.143,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, devido ao acréscimo de R$ 163.181.789,90 na Despesa Orçada advindos da abertura de Créditos Adicionais, totalizando os Créditos Autorizados em R$ 54.857.744.932,90. Ocorreram ainda anulações e suplementações no montante de R$ 6.689.973.809,99 entre as Administrações Direta (Poder Executivo e Legislativo) e Indireta, demonstrados a seguir:

em R$

Despesa	Orçada (a)	Anulação (b)	Créditos Adicionais Diversos (c)	Créditos Adicionais P/ Superávit Financeiro (d)	Total dos Créditos Autorizados (e) = a+b+c+d
Administração Direta					
Poder Executivo	41.450.655.769,00	(5.862.622.123,62)	5.450.996.336,19	160.361.789,90	41.199.391.771,47
Poder Legislativo	941.171.415,00	(102.364.870,27)	23.208.710,00	2.820.000,00	864.835.254,73
Total	**42.391.827.184,00**	**(5.964.986.993,89)**	**5.474.205.046,19**	**163.181.789,90**	**42.064.227.026,20**
Administração Indireta					
Poder Executivo	12.302.735.959,00	(724.986.816,10)	1.215.768.763,80	-	12.793.517.906,70
Total	**12.302.735.959,00**	**(724.986.816,10)**	**1.215.768.763,80**	**-**	**12.793.517.906,70**
Total	**54.694.563.143,00**	**(6.689.973.809,99)**	**6.689.973.809,99**	**163.181.789,90**	**54.857.744.932,90**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A despesa orçamentária empenhada (incluídas as Intraorçamentárias) alcançou o montante de R$ 51.414.029.077,08, ou seja, foram empenhadas 93,72% das despesas orçadas, resultando em uma economia orçamentária de R$ 3.443.715.855,82, representando em termos percentuais 6,28% de execução inferior ao total previsto, demonstrado a seguir:

em R$

Despesa	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado	%Empenhada/ Orçada
Despesa Orçada	42.064.227.026,20	12.793.517.906,70	54.857.744.932,90	100,00%
Despesa Empenhada	38.788.685.331,84	12.625.343.745,24	51.414.029.077,08	93,72%
Diferença	**3.275.541.694,36**	**168.174.161,46**	**3.443.715.855,82**	**6,28%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na execução da despesa Orçamentária, a Administração Direta participou com 75,44% do total empenhado e a Administração Indireta com 24,56%, conforme segue:

em R$

Despesa Empenhada	Valor	%S/ Total
Administração Direta	38.788.685.331,84	75,44%
Administração Indireta	12.625.343.745,24	24,56%
Diferença	**51.414.029.077,08**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Despesas por Categoria Econômica e GND (Grupo Natureza de Despesa)

As Despesas Orçamentárias estão segregadas por categoria econômica:

- **Despesas Correntes** – classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;

- **Despesas de Capital** – classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

O GND (Grupo por Natureza de Despesa) é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto e é agrupado em: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

No exercício de 2017, a execução orçamentária da despesa está apresentada conforme quadro abaixo:

em R$

Despesa Empenhada	Administração Direta	%S/ Total	Administração Indireta	%S/ Total	Consolidado	%S/ Total
Despesas Correntes	34.785.148.787,08	89,68%	12.556.071.942,05	99,45%	47.341.220.729,13	92,08%
Despesas de Capital	4.003.536.544,76	10,32%	69.271.803,19	0,55%	4.072.808.347,95	7,92%
Total	**38.788.685.331,84**	**100,00%**	**12.625.343.745,24**	**100,00%**	**51.414.029.077,08**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No Resultado Consolidado da Despesa Total Empenhada em 2017, as Despesas Correntes representaram 92,08% e as Despesas de Capital corresponderam a 7,92%.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A PMSP apresentou no exercício de 2017 o seguinte resultado orçamentário das Despesas Correntes:

em R$

Despesa Corrente	Administração Direta	%S/Total	Administração Indireta	%S/Total	Consolidado	%S/Total
Pessoal e Encargos Sociais	12.590.510.100,02	36,20%	8.880.308.652,24	70,73%	21.470.818.752,26	45,35%
Juros e Encargos da Dívida	1.211.726.431,06	3,48%	855.083,63	0,01%	1.212.581.514,69	2,56%
Outras Despesas Correntes	20.982.912.256,00	60,32%	3.674.908.206,18	29,27%	24.657.820.462,18	52,09%
Total	**34.785.148.787,08**	**100,00%**	**12.556.071.942,05**	**100,00%**	**47.341.220.729,13**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as duas maiores participações das Despesas Correntes:

- Outras Despesas Correntes que totalizaram o montante de R$ 24.657.820.462,18, correspondendo a 52,09% das Despesas Correntes;
- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que totalizaram o montante de R$ 21.470.818.752,26, correspondendo a 45,35% das Despesas Correntes.

Demonstrando as principais contas da categoria de Despesas Correntes, temos o seguinte:

em R$

Despesa Corrente	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado	%S/Total do Grupo
Pessoal e Encargos Sociais	**12.590.510.100,02**	**8.880.308.652,24**	**21.470.818.752,26**	**100,00%**
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.500.288.388,88	710.388.512,97	10.210.676.901,85	47,56%
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	-	7.231.020.894,53	7.231.020.894,53	33,68%
Obrigações Patronais	1.939.935.758,76	152.211.887,53	2.092.147.646,29	9,74%
Sentenças Judiciais	1.120.400.000,00	15.146.760,67	1.135.546.760,67	5,29%
Pensões do RPPS e do Militar	-	759.555.936,93	759.555.936,93	3,54%
Demais Contas	29.885.952,38	11.984.659,61	41.870.611,99	0,20%
Juros e Encargos da Dívida	**1.211.726.431,06**	**855.083,63**	**1.212.581.514,69**	**100,00%**
Juros sobre a Dívida por Contrato	1.208.467.026,72	855.083,63	1.209.322.110,35	99,73%
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	3.259.404,34	-	3.259.404,34	0,27%
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	0,00%
Outras Despesas Correntes	**20.982.912.256,00**	**3.674.908.206,18**	**24.657.820.462,18**	**100,00%**
Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	14.659.523.459,71	3.247.118.434,97	17.906.641.894,68	72,62%
Contribuições	3.080.216.623,04	-	3.080.216.623,04	12,49%
Material de Consumo	816.509.548,44	151.583.408,44	968.092.956,88	3,93%
Auxílio-Alimentação	676.256.828,15	83.395.000,31	759.651.828,46	3,08%
Obrigações Tributárias e Contributivas	478.043.808,44	31.576.353,94	509.620.162,38	2,07%
Demais Contas	1.272.361.988,22	161.235.008,52	1.433.596.996,74	5,81%
Total	**34.785.148.787,08**	**12.556.071.942,05**	**47.341.220.729,13**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando os três grupos das Despesas Correntes, observa-se que as contas que ultrapassam os 50% de participação são:

- Juros sobre a Dívida por Contrato com 99,73% do total do grupo;
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica equivale a 72,62% do total do grupo.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou no exercício de 2017 a seguinte execução orçamentária das Despesas de Capital:

em R$

Despesa de Capital	Administração Direta	%S/Total	Administração Indireta	%S/Total	Consolidado	%S/Total
Investimentos	1.940.213.316,19	48,46%	46.571.490,09	67,23%	1.986.784.806,28	48,78%
Inversões Financeiras	57.820.971,00	1,44%	15.061.807,61	21,74%	72.882.778,61	1,79%
Amortização da Dívida	2.005.502.257,57	50,09%	7.638.505,49	11,03%	2.013.140.763,06	49,43%
Total	**4.003.536.544,76**	**100,00%**	**69.271.803,19**	**100,00%**	**4.072.808.347,95**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as duas maiores participações das Despesas de Capital:

- Amortização da Dívida que totalizou o montante de R$ 2.013.140.763,06 e corresponde a 49,43% das Despesas de Capital;
- Despesas com Investimentos que totalizaram o montante de R$ 1.986.784.806,28, correspondendo a 48,78% das Despesas de Capital.

O quadro abaixo demonstra as principais contas da categoria de Despesas de Capital:

em R$

Despesa de Capital	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado	%S/Total do Grupo
Investimentos	**1.940.213.316,19**	**46.571.490,09**	**1.986.784.806,28**	**100,00%**
Obras e Instalações	1.108.569.894,78	35.369.039,72	1.143.938.934,50	57,58%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	293.428.687,71	8.150.831,05	301.579.518,76	15,18%
Sentenças Judiciais	336.600.000,00	657.358,09	337.257.358,09	16,98%
Aquisição de Imóveis	82.694.345,99	-	82.694.345,99	4,16%
Equipamentos e Material Permanente	85.622.838,92	2.276.545,07	87.899.383,99	4,42%
Demais Contas	33.297.548,79	117.716,16	33.415.264,95	1,68%
Inversões Financeiras	**57.820.971,00**	**15.061.807,61**	**72.882.778,61**	**100,00%**
Aquisição de Produtos para Revenda	-	15.061.807,61	15.061.807,61	20,67%
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	57.820.971,00	-	57.820.971,00	79,33%
Amortização da Dívida	**2.005.502.257,57**	**7.638.505,49**	**2.013.140.763,06**	**100,00%**
Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.005.502.257,57	7.638.505,49	2.013.140.763,06	100,00%
Total	**4.003.536.544,76**	**69.271.803,19**	**4.072.808.347,95**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando os três grupos das Despesas de Capital, observa-se que:

- Obras e Instalações representam 57,58% do total do grupo de Investimentos;
- Em Inversões Financeiras, destaca-se a conta Constituição ou Aumento de Capital de Empresas, que representa 79,33% do grupo;
- Amortização da Dívida é composto de uma única conta, Principal da Dívida Contratual Resgatado, equivalendo a 100% do grupo.

Despesas por Principais Elementos

Tem por finalidade identificar os objetos de gastos que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

A execução orçamentária de 2017 apresentou os seguintes principais elementos de despesa:

em R$

Despesa	Dotação Atualizada (I)	Despesa Realizada (II)	Diferença III = (I-II)	% Realizada sobre Dotação	% Participação sobre Total Realizada
Serviços *	20.318.474.823,21	18.661.373.360,25	1.657.101.462,96	91,84%	36,30%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.843.075.724,71	10.210.676.901,85	632.398.822,86	94,17%	19,86%
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	7.231.607.012,70	7.231.020.894,53	586.118,17	99,99%	14,06%
Contribuições	3.082.122.771,41	3.080.216.623,04	1.906.148,37	99,94%	5,99%
Obrigações Patronais	2.117.053.681,28	2.092.147.646,29	24.906.034,99	98,82%	4,07%
Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.082.141.269,66	2.013.140.763,06	69.000.506,60	96,69%	3,92%
Sentenças Judiciais	1.740.082.121,49	1.716.518.300,98	23.563.820,51	98,65%	3,34%
Juros sobre a Dívida por Contrato	1.232.232.184,47	1.209.322.110,35	22.910.074,12	98,14%	2,35%
Obras e Instalações	1.606.608.220,96	1.143.938.934,50	462.669.286,46	71,20%	2,22%
Material de Consumo	1.107.389.880,34	968.407.225,63	138.982.654,71	87,45%	1,88%
Auxílio-Alimentação	839.009.104,41	759.651.828,46	79.357.275,95	90,54%	1,48%
Pensões do RPPS e do Militar	763.677.557,58	759.555.936,93	4.121.620,65	99,46%	1,48%
Obrigações Tributárias e Contributivas	515.166.434,30	509.682.231,90	5.484.202,40	98,94%	0,99%
Demais elementos de Despesa	666.719.505,56	404.762.483,05	261.957.022,51	60,71%	0,79%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	312.063.268,77	303.032.429,33	9.030.839,44	97,11%	0,59%
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	248.947.751,01	211.482.430,29	37.465.320,72	84,95%	0,41%
Despesas de Exercícios Anteriores	151.373.621,04	139.098.976,64	12.274.644,40	91,89%	0,27%
Total	**54.857.744.932,90**	**51.414.029.077,08**	**3.443.715.855,82**	**93,72%**	**100,00%**

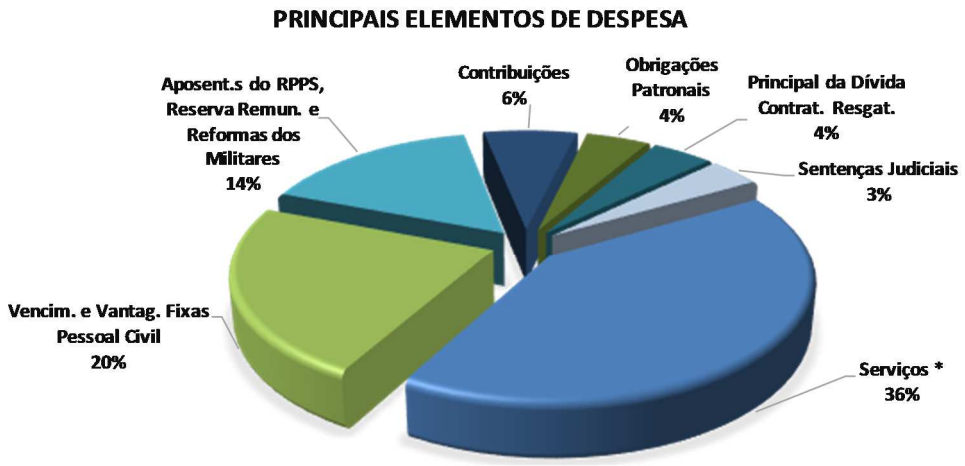
* Refente à soma dos elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Locação de Mão-de-Obra e Serviços de Consultoria

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na análise das despesas segregadas pelos seus elementos destacam-se:

- As despesas com Serviços (contendo os elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Locação de Mão-de-Obra e Serviços de Consultoria) representaram 36,30% do total das despesas empenhadas em 2017;
- Na comparação da dotação com o percentual da despesa realizada observa-se uma média de 93,72% de execução. Destoam desta média Demais Elementos de Despesa, Obras e Instalações e Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, que atingiram os percentuais de 60,71%, 71,20% e 84,95% respectivamente.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de realização dos principais elementos de despesas utilizados na execução orçamentária de 2017:



* Referente à soma dos elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Pessoa Física, Locação de Mão-de-Obra e Serviços de Consultoria

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Despesas por Função de Governo

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente a indagação: "Em que área de ação governamental a despesa será realizada? "

A execução orçamentária de 2017 apresentou as seguintes despesas classificadas por Função de Governo:

em R$

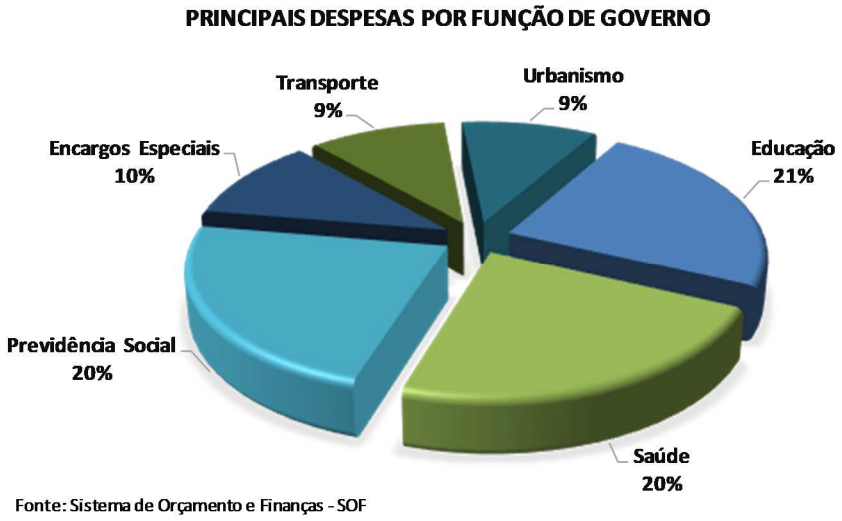
Despesa	Dotação Atualizada (I)	Despesa Realizada (II)	Diferença III = (I-II)	% Realizada sobre Dotação	% Participação sobre Total Realizada
Educação	11.282.373.343,27	10.734.523.995,76	547.849.347,51	95,14%	20,88%
Saúde	10.931.283.888,77	10.349.259.865,48	582.024.023,29	94,68%	20,13%
Previdência Social	10.343.159.280,27	10.336.775.918,55	6.383.361,72	99,94%	20,10%
Encargos Especiais	5.030.767.528,65	4.916.143.653,63	114.623.875,02	97,72%	9,56%
Transporte	4.689.685.479,99	4.524.589.363,03	165.096.116,96	96,48%	8,80%
Urbanismo	5.196.022.627,80	4.465.849.765,04	730.172.862,76	85,95%	8,69%
Assistência Social	1.429.809.002,00	1.276.209.793,83	153.599.208,17	89,26%	2,48%
Habitação	1.038.641.692,77	828.533.957,39	210.107.735,38	79,77%	1,61%
Administração	954.843.990,96	776.154.170,52	178.689.820,44	81,29%	1,51%
Legislativa	864.835.254,73	748.554.626,58	116.280.628,15	86,55%	1,46%
Cultura	737.878.722,24	585.633.852,06	152.244.870,18	79,37%	1,14%
Segurança Pública	570.797.027,00	510.841.284,32	59.955.742,68	89,50%	0,99%
Saneamento	452.517.271,03	375.553.721,62	76.963.549,41	82,99%	0,73%
Gestão Ambiental	270.063.948,50	211.973.968,21	58.089.980,29	78,49%	0,41%
Judiciária	263.200.901,26	205.687.319,44	57.513.581,82	78,15%	0,40%
Desporto e Lazer	293.311.151,26	198.990.768,51	94.320.382,75	67,84%	0,39%
Comunicações	145.017.040,27	124.412.828,06	20.604.212,21	85,79%	0,24%
Trabalho	138.049.612,43	103.000.188,09	35.049.424,34	74,61%	0,20%
Direitos da Cidadania	152.333.502,87	76.287.617,07	76.045.885,80	50,08%	0,15%
Comércio e Serviços	72.226.766,83	64.683.425,91	7.543.340,92	89,56%	0,13%
Defesa Nacional	495.900,00	285.596,78	210.303,22	57,59%	0,00%
Relações Exteriores	430.000,00	83.397,20	346.602,80	19,39%	0,00%
Reserva de Contingência	1.000,00	-	1.000,00	0,00%	0,00%
Total	**54.857.744.932,90**	**51.414.029.077,08**	**3.443.715.855,82**	**93,72%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando as informações apresentadas, dos projetos e atividades desenvolvidos pelas unidades orçamentárias responsáveis pela execução da despesa, os mais significativos foram nas áreas relacionadas com as Funções de Governo:

- Educação: R$ 10.734.523.995,76, que representa 20,88%;
- Saúde: R$ 10.349.259.865,48, que representa 20,13%;
- Previdência Social: R$ 10.336.775.918,55, que representa 20,10%;
- Encargos Especiais: R$ 4.916.143.653,63, que representa 9,56%;
- Transportes: R$ 4.524.589.363,03, que representa 8,80%;
- Urbanismo: R$ 4.465.849.765,04, que representa 8,69%.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de realização das principais despesas classificadas por Função de Governo:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Despesas por Fonte de Recursos

A classificação das despesas por Fonte de Recursos permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

A execução orçamentária de 2017 apresentou o resultado de acordo com as seguintes Fontes de Recursos:

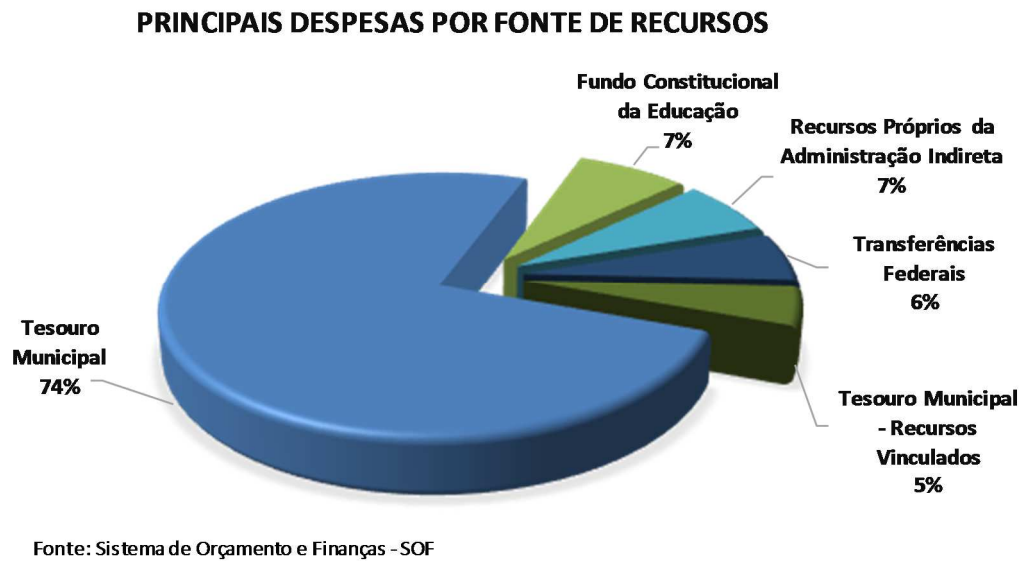
em R$

Despesa	Dotação Atualizada (I)	Despesa Realizada (II)	Diferença III = (I-II)	% Realizada sobre Dotação	% Participação sobre Total Realizada
Tesouro Municipal	40.399.814.530,76	37.970.822.193,95	2.428.992.336,81	93,99%	73,85%
Fundo Constitucional da Educação	3.827.120.511,29	3.827.119.837,54	673,75	100,00%	7,44%
Recursos Próprios da Administração Indireta	3.463.306.647,35	3.401.266.714,24	62.039.933,11	98,21%	6,62%
Transferências Federais	3.391.017.447,38	3.034.717.115,93	356.300.331,45	89,49%	5,90%
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	2.903.048.787,03	2.439.721.621,10	463.327.165,93	84,04%	4,75%
Transferências Estaduais	600.472.177,88	540.139.071,44	60.333.106,44	89,95%	1,05%
Outras Fontes	108.050.913,12	94.590.659,43	13.460.253,69	87,54%	0,18%
Operações de Crédito	109.408.003,00	56.375.670,34	53.032.332,66	51,53%	0,11%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	55.505.915,09	49.276.193,11	6.229.721,98	88,78%	0,10%
Total	**54.857.744.932,90**	**51.414.029.077,08**	**3.443.715.855,82**	**93,72%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior concentração da despesa por Fonte de Recursos está no Tesouro Nacional, que equivale a 73,85% do total da despesa realizada.

O gráfico abaixo representa a porcentagem de realização das despesas classificadas por Fonte de Recursos:



Despesas de Exercícios Anteriores

Conforme disposto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA correspondem à uma previsão legal que disciplina o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados à conta do orçamento vigente, que afetará o sistema

orçamentário e consequentemente o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas.

em R$

DEA - Despesas de Exercícios Anteriores	Consolidado 2017	%S/ Total 2017	Consolidado 2016	%S/ Total 2016
Despesas Correntes	**127.282.681,53**	**91,51%**	**350.777.576,67**	**92,79%**
Pessoal e Encargos Sociais	7.727.299,15	5,56%	6.473.897,76	1,71%
Outras Despesas Correntes	119.555.382,38	85,95%	344.303.678,91	91,08%
Despesas de Capital	**11.816.295,11**	**8,49%**	**27.247.101,32**	**7,21%**
Investimentos	11.816.295,11	8,49%	27.247.101,32	7,21%
Total	**139.098.976,64**	**100,00%**	**378.024.677,99**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No Município de São Paulo, as despesas processadas no exercício de 2017, correspondentes às despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R$ 139.098.976,64, sendo 85,95% dessas despesas provenientes de Outras Despesas Correntes.

Em comparação com o exercício de 2016, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores reduziu 63,20% (de R$ 378.024.677,99 para R$ 139.098.976,64).

Comparando o total de R$ 51.414.029.077,08, referente às despesas empenhadas no exercício de 2017, as despesas de exercícios anteriores, no valor de R$ 139.098.976,64 representaram 0,27% das despesas empenhadas em 2017.

Execução dos Fundos Municipais

Os orçamentos dos Fundos Municipais dos Poderes Executivo e Legislativo encontram-se agregados ao total orçado da Administração Direta e Administração Indireta.

Na Administração Direta, cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento com um número de órgão específico.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias da Secretaria a que se vinculam ou a Empresa Estatal Dependente, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica do Município de São Paulo e Lei de Responsabilidade Fiscal.

O orçamento em 2017 para os Fundos Municipais foi de R$ 12.849.442.846,32 e representou 23,42% do total do orçamento consolidado da PMSP. Na comparação da despesa empenhada, verifica-se uma execução de R$ 11.750.311.870,27 dos Fundos Municipais, equivalendo a 22,85% da despesa consolidada, abaixo demonstrado:

em R$

Órgão	Orçamento Atualizado	%S/ Total Orçamento	Despesa Empenhada	%S/ Total Despesa Empenhada
Fundos Municipais	12.849.442.846,32	23,42%	11.750.311.870,27	22,85%
Demais Órgãos	42.008.302.086,58	76,58%	39.663.717.206,81	77,15%
Total Consolidado	**54.857.744.932,90**	**100,00%**	**51.414.029.077,08**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico a seguir representa a porcentagem de participação dos Fundos Municipais na execução consolidada:

No quadro a seguir verifica-se a execução orçamentária de cada um dos Fundos Municipais segregados em Administração Direta e Indireta. Os fundos da Administração Direta tiveram um orçamento de R$ 12.784.714.525,85 e empenharam o total de R$ 11.695.911.227,54, representando 91,48% de execução. Apenas o Fundo Municipal de Habitação compõe a Administração Indireta e apresentou um orçamento de R$ 64.728.320,47 e execução de R$ 54.400.642,73, equivalente a 84,04% de seu orçamento.

em R$

Órgão/ Fundo	Orçamento Inicial	Acréscimo ou Decréscimo	Orçamento Atualizado	Total Empenhado	%Executado sobre Orç. Atualizado
Administração Direta	**11.649.565.247,00**	**1.135.149.278,85**	**12.784.714.525,85**	**11.695.911.227,54**	**91,48%**
Poder Legislativo	**9.624.000,00**	**2.820.000,00**	**12.444.000,00**	**2.346.266,80**	**18,85%**
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	6.314.000,00	-	6.314.000,00	536.733,50	8,50%
Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	3.310.000,00	2.820.000,00	6.130.000,00	1.809.533,30	29,52%
Poder Executivo	**11.639.941.247,00**	**1.132.329.278,85**	**12.772.270.525,85**	**11.693.564.960,74**	**91,55%**
Fundo Municipal de Idoso	2.000,00		2.000,00	-	0,00%
Fundo Municipal Defesa Consumidor	70.000,00		70.000,00	-	0,00%
Fundo Municipal de Parques	2.000,00	-	2.000,00	-	0,00%
Fundo Municipal da Saúde	8.052.053.545,00	1.079.794.099,59	9.131.847.644,59	8.594.254.155,87	94,11%
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrut.	390.264.000,00	42.602.547,64	432.866.547,64	411.359.853,82	95,03%
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.160.552.000,00	14.590.968,15	1.175.142.968,15	1.069.794.594,28	91,04%
Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura	463.480,00	-	463.480,00	-	0,00%
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	4.200.000,00	- 4.100.000,00	100.000,00	-	0,00%
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	110.865.507,00	- 50.000,00	110.815.507,00	63.937.969,74	57,70%
Fundo Municipal de Assistência Social	1.155.854.616,00	8.663.237,82	1.164.517.853,82	1.091.898.711,19	93,76%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável	24.700.000,00	2.412.638,92	27.112.638,92	1.125.292,60	4,15%
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	920.000,00	3.212.637,76	4.132.637,76	3.160.731,31	76,48%
Fundo Municipal de Turismo	1.000,00	-	1.000,00	-	0,00%
Fundo de Proteção do Patrim. Cultural e Ambiental Paulist.	2.330.000,00	-	2.330.000,00	617.488,44	26,50%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	264.973.455,00	- 14.796.851,03	250.176.603,97	124.847.959,37	49,90%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	472.689.644,00	-	472.689.644,00	332.568.204,12	70,36%
Administração Indireta	**35.379.390,00**	**29.348.930,47**	**64.728.320,47**	**54.400.642,73**	**84,04%**
Fundo Municipal de Habitação	35.379.390,00	29.348.930,47	64.728.320,47	54.400.642,73	84,04%
Total	**11.684.944.637,00**	**1.164.498.209,32**	**12.849.442.846,32**	**11.750.311.870,27**	**91,45%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Segregando o total empenhado pelos Órgãos/Fundos em suas respectivas categorias econômicas, observa-se que foram utilizados R$ 11.035.456.439,92 em Despesa Corrente, representando 93,92% do total empenhado e R$ 714.844.430,35 em Despesa de Capital, equivalente a 6,08% do total empenhado, conforme demonstrado a seguir:

em R$

Órgão/ Fundo	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Total	% Participação S/ Total
Administração Direta	**11.001.118.043,61**	**694.793.183,93**	**11.695.911.227,54**	**99,54%**
Poder Legislativo	**1.193.437,74**	**1.152.829,06**	**2.346.266,80**	**0,02%**
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	479.642,70	57.090,80	536.733,50	0,00%
Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	713.795,04	1.095.738,26	1.809.533,30	0,02%
Poder Executivo	**10.999.924.605,87**	**693.640.354,87**	**11.693.564.960,74**	**99,52%**
Fundo Municipal de Parques	-	-	-	0,00%
Fundo Municipal da Saúde	8.488.544.786,72	105.709.369,15	8.594.254.155,87	73,14%
Fundo Municipal de Saneamento Ambient e Infraestrut.	-	411.359.853,82	411.359.853,82	3,50%
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.024.962.440,70	44.832.153,58	1.069.794.594,28	9,10%
Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura	-	-	-	0,00%
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	-	-	-	0,00%
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	59.519.877,28	4.418.092,46	63.937.969,74	0,54%
Fundo Municipal de Assistência Social	1.090.881.923,94	1.016.787,25	1.091.898.711,19	9,29%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável	286.641,80	838.650,80	1.125.292,60	0,01%
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	3.160.731,31	-	3.160.731,31	0,03%
Fundo Municipal de Turismo	-	-	-	0,00%
Fundo de Proteção do Patrim. Cult. e Ambient. Paulist.	-	617.488,44	617.488,44	0,01%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	-	124.847.959,37	124.847.959,37	1,06%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	332.568.204,12	-	332.568.204,12	2,83%
Administração Indireta	**34.349.396,31**	**20.051.246,42**	**54.400.642,73**	**0,46%**
Fundo Municipal de Habitação	34.349.396,31	20.051.246,42	54.400.642,73	0,46%
Total	**11.035.467.439,92**	**714.844.430,35**	**11.750.311.870,27**	**100,00%**
%Participação Corrente/Capital S/ Total	**93,92%**	**6,08%**	**100,00%**	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os fundos da Administração Direta representaram 99,54% do total executado (sendo 99,52% dos fundos do Poder Executivo e 0,02% do Poder Legislativo), já o fundo da Administração Indireta representou 0,46% do total.

Restos a Pagar

Ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. Os restos se classificam em: Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referentes às despesas empenhadas e ainda não liquidadas e Restos a Pagar Processados (RPP), referentes às despesas liquidadas e não pagas.

O Balanço orçamentário é composto, além do quadro principal, por mais dois quadros relacionados aos restos a pagar. São eles:

- Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados – apresenta os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução;
- Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados – apresenta os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar não processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

em R$

Restos a Pagar Não Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores		
	Quadro Balanço Orçamentário 2015	Quadro Balanço Orçamentário 2016	Quadro Balanço Orçamentário 2017
Despesas Correntes	**3.196.688,52**	**1.037.446,58**	**1.225.331,41**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.196.688,52	1.037.446,58	1.225.331,41
Despesas de Capital	**401.491.273,04**	**5.643.218,15**	**4.377.764,65**
Investimentos	401.491.273,04	5.643.218,15	4.377.764,65
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
Total	**404.687.961,56**	**6.680.664,73**	**5.603.096,06**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação dos saldos apresentados nos quadros de restos a pagar não processados de exercícios anteriores, observa-se uma redução de aproximadamente 399 milhões entre os períodos de 2015 e 2017.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

em R$

Restos a Pagar Processados	Inscritos em Exercícios Anteriores Quadro Balanço Orçamentário 2015	Quadro Balanço Orçamentário 2016	Quadro Balanço Orçamentário 2017
Despesas Correntes	**4.609.481,21**	**3.463.468,63**	**8.606.692,41**
Pessoal e Encargos Sociais	12.122,44	11.723,39	43.640,06
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Outras Despesas Correntes	4.597.358,77	3.451.745,24	8.563.052,35
Despesas de Capital	**1.817.123,34**	**5.302.407,12**	**4.428.656,20**
Investimentos	1.817.123,34	5.302.407,12	4.428.656,20
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
Total	**6.426.604,55**	**8.765.875,75**	**13.035.348,61**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação dos saldos apresentados nos quadros de restos a pagar processados de exercícios anteriores, observa-se um aumento de 6,6 milhões entre os períodos de 2015 e 2017.

Comparativo da Despesa Orçamentária 2016 e 2017

A seguir apresenta-se o quadro comparativo da Despesa Orçamentária Empenhada Consolidada de 2016 e 2017:

em R$

Despesas Empenhadas	2016 (I)	2017 (II)	Variação (II - I)	% Variação
Despesas Correntes	**44.409.509.112,21**	**47.341.220.729,13**	**2.931.711.616,92**	**6,60%**
Pessoal e Encargos Sociais	20.307.324.231,00	21.470.818.752,26	1.163.494.521,26	5,73%
Juros e Encargos da Dívida	1.150.254.175,14	1.212.581.514,69	62.327.339,55	5,42%
Outras Despesas Correntes	22.951.930.706,07	24.657.820.462,18	1.705.889.756,11	7,43%
Despesas de Capital	**5.013.009.799,41**	**4.072.808.347,95**	**(940.201.451,46)**	**-18,76%**
Investimentos	3.023.027.177,56	1.986.784.806,28	(1.036.242.371,28)	-34,28%
Inversões Financeiras	29.382.476,58	72.882.778,61	43.500.302,03	148,05%
Amortização da Dívida	1.960.600.145,27	2.013.140.763,06	52.540.617,79	2,68%
Total	**49.422.518.911,62**	**51.414.029.077,08**	**1.991.510.165,46**	**4,03%**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que entre os exercícios de 2016 e 2017 houve um crescimento de 6,60% nas despesas correntes e uma redução de 18,76% nas despesas de capital.

O resultado do crescimento de 6,60% nas despesas correntes decorre do aumento semelhante entre as categorias que compõem este grupo de despesa.

O resultado da redução de 18,76% nas despesas de capital deriva da redução de 34,28% na categoria Investimentos, apesar do aumento de 148,05% em Inversões Financeiras.

Em resumo, o resultado consolidado das despesas empenhadas em 2017 apresentou um crescimento de 4,03% comparado ao exercício de 2016.

Síntese da Execução Orçamentária

A seguir apresenta-se a síntese e da execução orçamentária de 2017:

em R$

Orçamento	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Receita			
Realizada	48.096.249.180,02	3.671.836.606,01	51.768.085.786,03
(-) Prevista	50.820.155.143,00	3.874.408.000,00	54.694.563.143,00
(=) Insuficiência de Arrecadação	**(2.723.905.962,98)**	**(202.571.393,99)**	**(2.926.477.356,97)**
Despesa			
Executada	38.788.685.331,84	12.625.343.745,24	51.414.029.077,08
(-) Autorizada	42.064.227.026,20	12.793.517.906,70	54.857.744.932,90
(=) Economia Orçamentária	**(3.275.541.694,36)**	**(168.174.161,46)**	**(3.443.715.855,82)**
Executado			
Receita Realizada	48.096.249.180,02	3.671.836.606,01	51.768.085.786,03
(-) Despesa Executada	38.788.685.331,84	12.625.343.745,24	(51.414.029.077,08)
(=) Déficit/Superavit de Execução	**9.307.563.848,18**	**(8.953.507.139,23)**	**354.056.708,95**

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se:

- No exercício de 2017 observa-se que a receita arrecadada foi inferior à receita prevista, gerando uma insuficiência de arrecadação de R$ 2.926.477.356,97;
- A despesa executada no exercício foi inferior à despesa fixada, gerando uma economia orçamentária de R$ 3.443.715.855,82;
- A receita orçamentária arrecadada em 2017 foi superior à despesa executada, gerando um Superávit de execução no montante de R$ 354.056.708,95.

Análise dos Indicadores do Balanço Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresenta-se alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme seguem:

Excesso/Insuficiência de Arrecadação: uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

Insuficiência de Arrecadação	Previsão Atualizada 54.694.563.143,00	(-)	Receita Realizada 51.768.085.786,03	=	**R$ 2.926.477.356,97**

Analisando o Balanço Orçamentário Consolidado (BOC) da Prefeitura de São Paulo (PMSP), observa-se uma Insuficiência de Arrecadação no montante de R$ 2.926.477.356,97, decorrente do confronto entre a arrecadação e a estimativa da Receita Orçamentária.

Economia na realização de despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas.

Economia na realização de despesa	Dotação Atualizada 54.857.744.932,90	(-)	Despesa Executada 51.414.029.077,08	=	**R$ 3.443.715.855,82**

Observa-se uma economia na realização da despesa de R$ 3.443.715.855,82, decorrente do confronto entre a Dotação Atualizada e a Despesa Executada.

Inscrição de Restos a Pagar:

a) Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício = Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas.

Restos a Pagar Processados (RPP)	Despesas Liquidadas 49.334.719.021,20	(-)	Despesas Pagas 48.987.042.562,28	=	**R$ 347.676.458,92**

Assim, a diferença entre as despesas liquidadas e as despesas pagas resulta na inscrição de R$ 347.676.458,92 de RPP em 2017.

b) Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício = Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas.

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Despesas Empenhadas 51.414.029.077,08	(-)	Despesas Liquidadas 49.334.719.021,20	=	**R$ 2.079.310.055,88**

Assim, a diferença entre as despesas empenhadas e as despesas liquidadas resulta na inscrição em 2017 de R$ 2.079.310.055,88 de RPNP.

Quociente do Resultado Orçamentário: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superavit e menor que 1, deficit.

Quociente do Resultado Orçamentário	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Executada}}$	=	$\frac{51.768.085.786,03}{51.414.029.077,08}$	=	**1,01**

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente de 1,01, maior que 1, representando um resultado superavitário em decorrência da receita realizada ter sido maior que a despesa executada.

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação deste quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente (Líquida) / Despesa Empenhada Corrente	=	50.682.221.064,72 / 47.341.220.729,13	=	**1,07**

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente da execução orçamentária corrente de 1,07, maior que 1, representando que as receitas correntes foram suficientes para suportarem as despesas correntes.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada / Despesa Paga	=	51.768.085.786,03 / 48.987.042.562,28	=	**1,06**

Em 2017, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente financeiro real da execução orçamentária de 1,06, maior que 1 representando que as receitas realizadas foram suficientes para suportarem as despesas pagas.

Capitalização x Descapitalização: é resultante da diferença entre a Receita de Capital Realizada e a Despesa de Capital Executada. Caso o resultado seja menor que 0 indica uma capitalização e se for maior que 0 representa uma descapitalização.

Capitalização X Descapitalização	Receita de Capital Realizada 1.085.864.721,31	(-)	Despesa de Capital Executada 4.072.808.347,95	=	**(2.986.943.626,64)**

O resultado apresentado de R$ -2.986.943.626,64 indica uma capitalização, ou seja, as despesas de capital superaram as receitas de capital.

Indicador de Endividamento: é resultante da diferença entre a Receita de Operações de Créditos e a Despesa de Amortização da Dívida. Se o resultado for positivo, indica um aumento no endividamento e se for negativo indica uma diminuição no endividamento.

Endividamento	Receita de Operações de Créditos 44.420.661,72	(-)	Despesa de Amortização da Dívida 2.013.140.763,06	=	**(1.968.720.101,34)**

O resultado apresentado de R$ -1.968.720.101,34 indica uma diminuição no endividamento, ou seja, as amortizações da dívida foram superiores às receitas com operações de créditos.

Cumprimento à Regra de Ouro

A “regra de ouro”, amparada pelo art. 167, inciso III, da Constituição Federal, assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

O propósito da “regra de ouro” é o seguinte: não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

No exercício de 2017, a margem de suficiência da Regra de Ouro foi de R$ 4.028.387.686,23, que corresponde ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito. Diante deste resultado, constata-se que a Regra de Ouro foi atendida.

Regra de Ouro - Margem de Suficiência	Despesa de Capital	(-)	Receita de Operações de	=	**4.028.387.686,23**
	4.072.808.347,95		44.420.661,72		

Comportamento do Resultado Orçamentário nos últimos cinco anos

Demonstra-se a seguir o comportamento do resultado orçamentário nos últimos cinco anos:

em R$ milhões

Resultado Orçamentário = Receita Realizada (-) Despesa Empenhada	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Direta	4.769,30	3.945,00	8.035,18	5.913,91	9.307,56
Administração Indireta	(5.442,80)	(6.043,10)	(6.980,46)	(7.809,36)	(8.953,51)
Total Consolidado	**(673,50)**	**(2.098,10)**	**1.054,72**	**(1.895,46)**	**354,06**

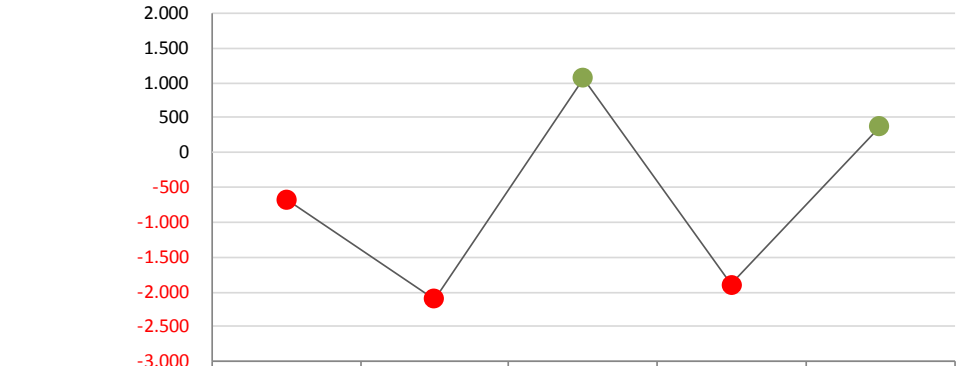
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Verifica-se que nos últimos cinco anos, o resultado orçamentário consolidado apresentou resultados positivos (superavitários) apenas em 2015 (1.054,72 milhões) e em 2017 (354,06 milhões). Verifica-se que os resultados deficitários do total consolidado decorrem dos constantes resultados negativos apurados na Administração Indireta. Verifica-se que a Administração Direta manteve resultados orçamentários positivos entre os exercícios de 2013 a 2017.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do resultado orçamentário consolidado da Administração Direta e Indireta nos últimos cinco anos:

em R$ Milhões

Evolução do Resultado Orçamentário - Consolidado

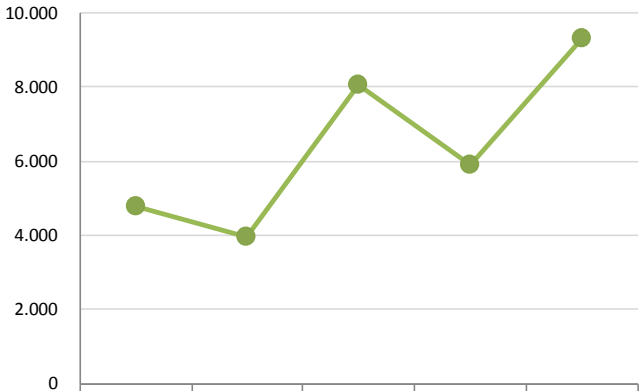


	2013	2014	2015	2016	2017
Total Consolidado	(673,50)	(2.098,10)	1.054,72	(1.895,46)	354,06

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$ Milhões

Resultado Orçamentário - Adm. Direta

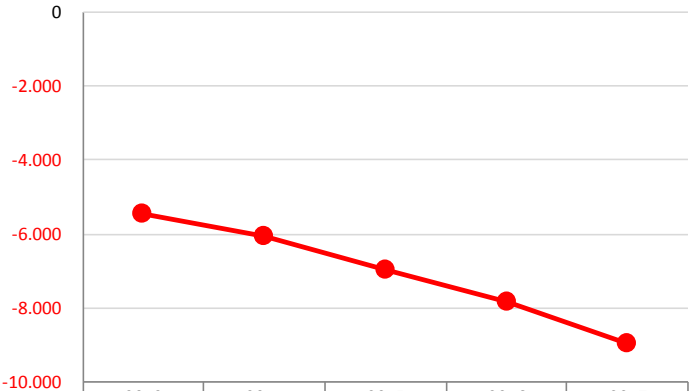


	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Direta	4.769,30	3.945,00	8.035,18	5.913,91	9.307,56

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$ Milhões

Resultado Orçamentário - Adm. Indireta



	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Indireta	(5.442,80)	(6.043,10)	(6.980,46)	(7.809,36)	(8.953,51)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos que passam a obedecer às normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de credito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais, contribuindo para a melhoria da consolidação das contas públicas conforme previsto na LRF.

Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, que estabelece regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF, sendo os seguintes relatórios e anexos: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Assim, observando o disposto nesses manuais, apresenta-se os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2017.

Receita Corrente Líquida

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

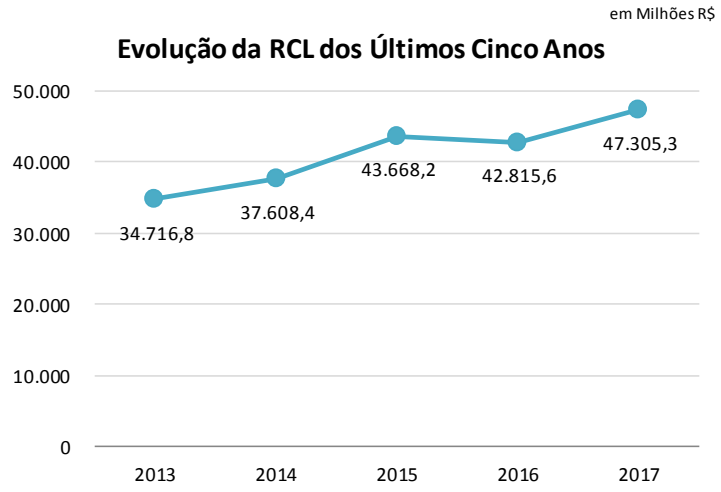
O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2017, atingiu o montante de R$ 47.305,3 milhões.

A seguir, quadro e gráfico da evolução da RCL nos últimos cinco anos:

Ano	RCL	% Acréscimo
2013	34.716,8	7,94%
2014	37.608,4	8,33%
2015	43.668,2	16,11%
2016	42.815,6	-1,95%
2017	47.305,3	10,49%



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo Das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Destaca-se que o IPREM apresentou no exercício de 2017 o seguinte Resultado Previdenciário:

em Milhões R$

Especificação	Valor
Total das Receitas Previdenciárias	3.362,60
Total das Despesas Previdenciárias	8.031,30
Resultado Previdenciário	**(4.668,70)**

Fonte: IPREM

Resultado Primário

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela LRF, representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras).

Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A apuração do Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Para fins de apuração do Resultado Primário, deverão ser computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intraorçamentárias. Contudo nesse demonstrativo, não é necessário segregar as receitas e despesas intraorçamentárias das outras receitas e despesas

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

A meta do Resultado Primário para o exercício de 2017, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.529/2016) e atualizada pela Lei Municipal nº 16.693/2017 é de R$ 11,7 milhões.

Ao final do exercício, o Resultado Primário alcançado foi de R$ 2.719,1 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R$ 2.707,4 milhões, conforme demonstrado a seguir:

em Milhões R$

Especificação	Valor
Receitas Primárias Correntes	49.911,3
Receitas Primárias Capital	996,1
Receitas Primárias Líquidas	**50.907,4**
Despesas Primárias Correntes	46.128,6
Despesas Primárias Capital	2.059,7
Despesas Primárias Líquidas	**48.188,3**
Resultado Primário	**2.719,10**

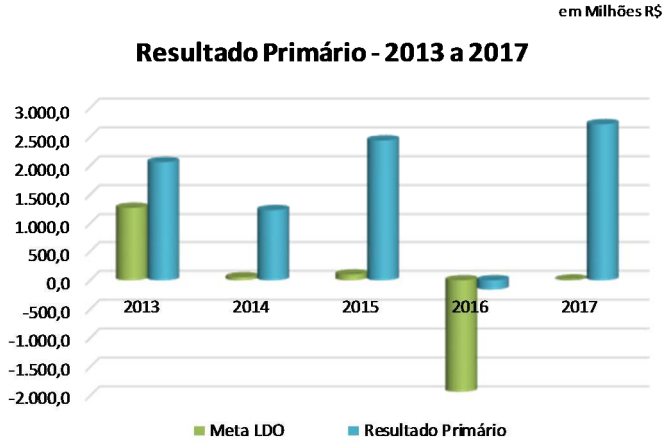
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Observa-se no demonstrativo a seguir, o comportamento do Resultado Primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

em Milhões R$

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Primário (b)	Diferença c = b - a
2013	1.271,4	2.061,7	**790,3**
2014	**50,0**	**1.231,7**	**1.181,7**
2015	100,0	2.438,2	**2.338,2**
2016	**(1.929,4)**	**(160,1)**	**1.769,3**
2017	11,7	2.719,1	**2.707,4**

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Resultado Nominal

O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante a parâmetros definidos pela LRF, tem como objetivo demonstrar a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

Saldo da dívida fiscal líquida: corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF, em seu parágrafo único: "Na determinação da

disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

Eventuais garantias concedidas, bem como suas contragarantias, não são consideradas na dívida fiscal líquida. O estoque de precatórios anteriores a 5 de maio de 2000 também não compõe a dívida fiscal líquida.

As metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração e execução do orçamento. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2017 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.529/2016) e atualizada pela Lei Municipal nº 16.693/2017 é de R$ 3.332,4 milhões.

Ao final do exercício, o Resultado Nominal foi de R$ (4.231,6) milhões, indicando que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, superando a meta para o exercício em R$ 7.564 milhões.

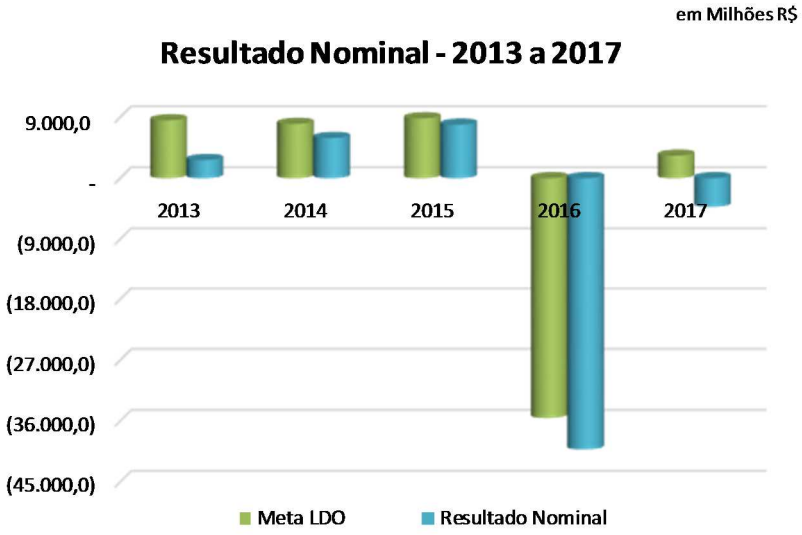
Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

em Milhões R$

Ano	Meta LDO	Resultado Nominal	Diferença c = b - a	Dívida Fiscal Líquida
2013	8.541,3	2.678,1	**(5.863,2)**	65.614,9
2014	8.012,4	5.931,9	**(2.080,5)**	71.546,8
2015	8.839,4	7.907,6	**(931,8)**	79.454,4
2016	(35.544,6)	(40.187,3)	**(4.642,7)**	39.267,1
2017	3.332,4	(4.231,6)	**(7.564,0)**	37.204,6

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Segue gráfico do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O art. 212 da Constituição Federal estabelece aos Municípios a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e

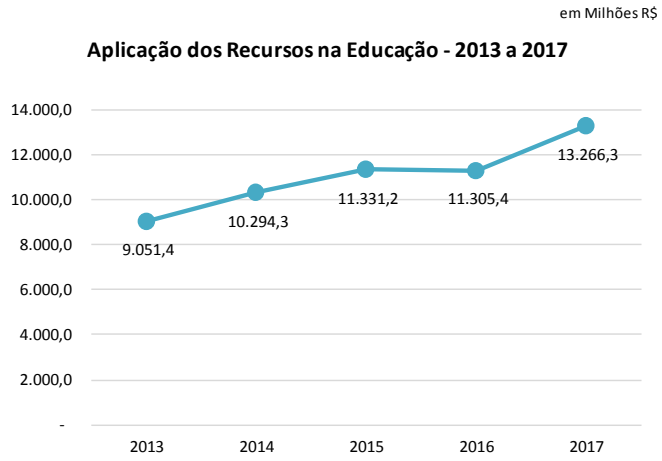
desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva. Porém, com a publicação da Lei nº 16.271/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, em seu anexo único, ampliou o percentual mínimo de 31% para 33%.

No Município de São Paulo, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva totalizaram R$ 13.266.300.330,00 no exercício de 2017, representando 35,90% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2013	9.051,4	31,80%
2014	10.294,3	33,63%
2015	11.331,2	34,21%
2016	11.305,4	33,52%
2017	13.266,3	35,90%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que estabelece, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da Lei Complementar nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com

recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

No Município de São Paulo, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2017, 22,17% do total das receitas correntes nos termos da Lei Complementar nº 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R$ 5.541.727.054,68. No entanto, a Prefeitura de São Paulo aplicou R$ 8.189.220.163,75, ou seja, R$ 2.647.493.109,07 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

em R$

Aplicação de Recursos na Saúde	Valor
Lei Complementar 141/2012 (Recursos do Tesouro Municipal)	
1 - Receitas	**36.944.847.031,22**
1.1 - Receita de Impostos Líquida	27.205.628.612,02
1.2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	9.739.218.419,20
2 - Despesas	**8.189.220.163,75**
2.1 - Despesas Correntes	10.538.927.572,80
2.2 - Despesas de Capital	114.357.561,67
2.3 - Despesas com Saúde Não Computadas para Fins de Apuração	(2.464.064.970,72)
Percentual de Aplicação (item 2 / item 1)	**22,17%**

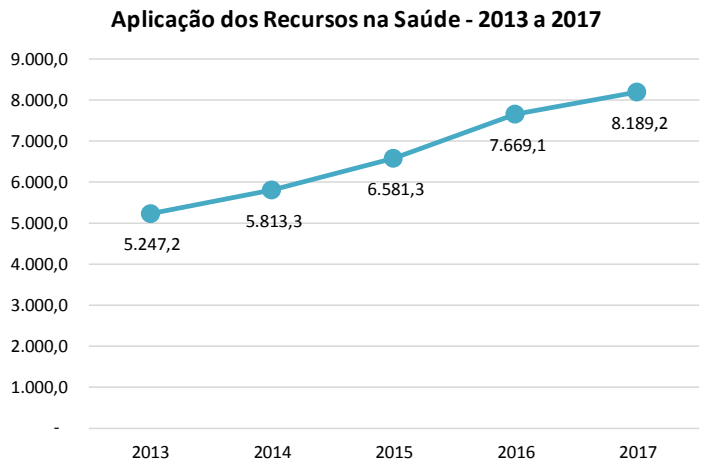
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação dos Recursos na Saúde	%Gasto Saúde
2013	5.247,2	18,43%
2014	5.813,3	19,00%
2015	6.581,3	19,88%
2016	7.669,1	22,75%
2017	8.189,2	22,17%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

em Milhões R$



Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

Considerando que o Demonstrativo de Despesa com Pessoal não apresenta as informações na forma disposta no MDF, oficializamos o IPREM, por meio do Ofício SF/SUTEM/DECON nº 83/2017, solicitando o envio das informações necessárias ao preenchimento do RGF, bem como, o encaminhamento aos órgãos da Administração Indireta, que detém parcelas das despesas com inativas e pensionistas a eles vinculadas, e ao Poder Legislativo, TCMSP e CMSP, para que os mesmos possam demonstrar nos seus respectivos demonstrativos.

No Município de São Paulo, a despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2017 foi de R$ 17.537,5 milhões, o que representou 37,1% da RCL. Este percentual congrega 35,8% do Poder Executivo e 1,3% do Poder Legislativo, destaca-se que esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal, e os valores dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

em Milhões R$

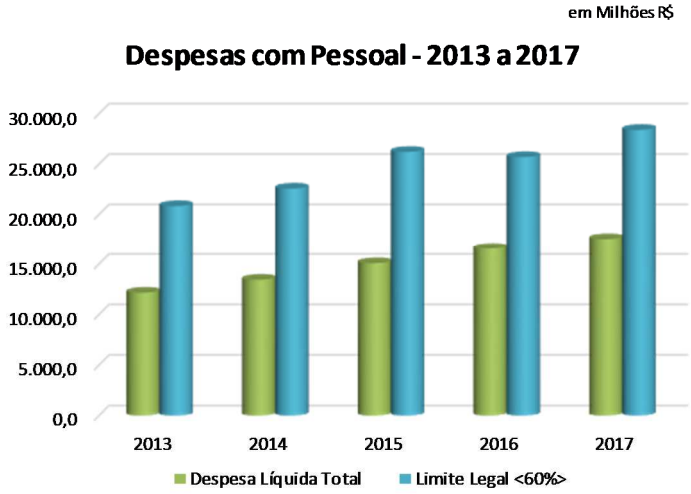
Despesa com Pessoal	2013	2014	2015	2016	2017
Poder Executivo (a)	**11.675,3**	**12.932,9**	**14.542,2**	**15.960,9**	**16.936,9**
Poder Legislativo (b)	**479,6**	**504,3**	**540,3**	**592,9**	**600,6**
Despesa Líquida Total (c) = (a+b)	12.154,9	13.437,2	15.082,5	16.553,8	17.537,5
Receita Corrente Líquida (d)	34.716,8	37.608,4	43.668,2	42.815,6	47.305,3
% Gasto com Pessoal (e) = (c/d)	35,0	35,7	34,5	38,7	37,1
Limite Legal <60%>	20.830,1	22.565,1	26.200,9	25.689,4	28.383,2
Limite Prudencial<95%> do limite legal	19.788,6	21.436,8	24.890,9	24.404,9	26.964,0

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

em Milhões R$

Ano	Despesa Líquida Total	Limite Legal <60%>
2013	12.154,9	20.830,1
2014	**13.437,2**	**22.565,1**
2015	15.082,5	26.200,9
2016	**16.553,8**	**25.689,4**
2017	17.537,5	28.383,2

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentadas também informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

O objetivo do demonstrativo é dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Para o exercício de 2017, a Disponibilidade de Caixa Líquida (Disponibilidade de Caixa Bruta menos as Obrigações Financeiras) totalizou o montante de R$ 6.162,1 milhões, após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados, a Disponibilidade de Caixa restante foi de R$ 4.082,8 milhões.

Cabe destacar que nas Demais Obrigações Financeiras do montante de R$ 461,71 milhões estão contemplados os valores de R$ 67,9 milhões referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016. A seguir, apresentamos o demonstrativo:

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)= (a – (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**4.438.147.457,32**	**5.557.959,08**	**109.025.473,91**	**-**	**4.336.196,71**	**4.319.227.827,62**	**767.716.745,81**	**-**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 60%	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 40%	15.750.017,75	53.578,83	-	-	-	15.696.438,92	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	157.927.437,62	41.477,94	5.094.615,18	-	-	152.791.344,50	101.909.760,12	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Destinados à Saúde	352.536.178,93	34.021,76	44.680.280,41	-	-	307.821.876,76	141.373.710,85	
Recursos Destinados à Assistência Social	285.684.063,24	17.163,78	1.791.047,85	-	-	283.875.851,61	7.509.518,49	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	46.170.303,38	-	433.543,07	-	4.333.516,38	41.403.243,93	-	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	28.999.138,23	1.530,00	945.134,52	-	-	28.052.473,71	13.005.191,37	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	19.841.675,43	-	-	-	-	19.841.675,43	8.424.954,37	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	3.531.238.642,74	5.410.186,77	56.080.852,88	-	2.680,33	3.469.744.922,76	495.493.610,61	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**2.552.231.825,88**	**13.028.196,42**	**238.650.985,01**	**288.638,62**	**457.378.135,98**	**1.842.885.869,85**	**1.311.593.310,07**	**-**
Recursos Ordinários	2.552.231.825,88	13.028.196,42	238.650.985,01	288.638,62	457.378.135,98	1.842.885.869,85	1.311.593.310,07	-
TOTAL (III) = (I + II)	**6.990.379.283,20**	**18.586.155,50**	**347.676.458,92**	**288.638,62**	**461.714.332,69**	**6.162.113.697,47**	**2.079.310.055,88**	**-**

FONTE: SOF e Informação DEFIN(SEI 6418002 e e-mail de 29/01/2018) e CGO(SEI 6426703) Processo SEI 6017.2017/0048123-0

Notas :

1 - Tendo em vista orientação da Gerência de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal – GENOP, da Secretaria do Tesouro Nacional, deixamos de considerar, no grupo de Obrigações Financeiras, os valores do Fundo de Reserva instituído pela LC nº 151/2015, registrados nas contas contabeis nº 2.1.8.8.1.03.01.07.001 e 2.1.8.8.1.03.01.07.003 no montante de R$ 2.785.200.380,73. Tal procedimento foi adotado para não distorcer a real disponibilidade de caixa.

2- Demais Obrigações Financeiras foram consideradas na Fonte 00 em virtude de não haver segregação por Fonte de Recursos.

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos:

a) da Despesa com Pessoal;
b) da Dívida Consolida Líquida;
c) das Garantias e Contragarantias de Valores;
d) das Operações de Crédito e
e) dos Restos a Pagar.

A seguir apresentam-se os Demonstrativos Simplificados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e Consolidado, respectivamente, referentes ao 3º Quadrimestre/2017:

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	47.305.318.527,64

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.936.899.034,25	35,80%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	25.544.872.004,93	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	24.267.628.404,68	51,30%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	37.327.580.427,54	78,91%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	56.766.382.233,17	120,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	65.599.664,46	0,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.407.170.076,08	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	44.420.661,72	0,09%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.568.850.964,42	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.311.372.296,93	7,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.061.382.737,33	6.108.489.380,00

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal

MUNICIPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATE O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	47.305.318.527,64

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.537.451.436,29	37,07%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	28.383.191.116,58	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	26.964.031.560,75	57,00%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	37.327.580.427,54	78,91%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	56.766.382.233,17	120,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	65.599.664,46	0,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.407.170.076,08	22,00%

OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	44.420.661,72	0,09%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.568.850.964,42	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.311.372.296,93	7,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.079.310.055,88	6.162.113.697,47

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal

Controladoria Geral do Município - CGM

Principais dados apresentados pela CGM em 2017

Criada em maio de 2013 (Lei 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município – CGM atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Para que seus objetivos sejam atingidos, a CGM é dividida em quatro áreas de atuação: Corregedoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município, Coordenadoria de Auditoria Geral e Coordenadoria de Promoção da Integridade Pública.

O presente relatório foi elaborado pela Coordenadoria de Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município - AUDI, contendo todas as atividades concluídas por esta Coordenadoria no exercício de 2017, indicando-se as Unidades examinadas, além dos benefícios e os principais destaques oriundos de tais atividades:

Unidade Examinada	Objeto da Atividade
Prefeitura Regional do Jabaquara	Locação de Veículos
Prefeitura Regional de São Mateus	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Prefeitura Regional de Sapopemba	Serviços de Urbanização
Autarquia Hospitalar Municipal	Contratos Emergenciais (Vigilância)
Autarquia Hospitalar Municipal	Contratos Emergenciais (Ambulâncias)
Companhia de Engenharia de Tráfego	Pregão para compra de equipamento eletrônico
Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social	Contrato Transportes e Administração do Almoxarifado
Hospital Servidor Público Municipal	Pessoal e Infraestrutura
Secr. M. de Serviços e Obras	Obras_Reforma
Hospital Servidor Público Municipal	Serviços Laboratoriais - Diagnóstico por Imagem
Hospital Servidor Público Municipal	Serviços de Vigilância
Hospital Servidor Público Municipal	Serviços de Limpeza e Lavanderia
Hospital Servidor Público Municipal	Atendimento e Funcionamento do Conselho
Secr. M. de Serviços e Obras	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Prefeitura Regional da Sé	Contrato de Transportes - Vans/Minivans com motorista
Secr. M. de Habitação	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social	CV SPVV Rede Criança - Infraestrutura
Secr. M. da Educação	DRE Mooca/EMEF Fábio Prado - Infraestrutura
Secr. M. de Saúde	Monitoramento Acórdão TCM
Serviço Funerário do Município de SP	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Serviço Funerário do Município de SP	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Secr. M. de Esportes, Lazer e Recreação	Monitoramento Recomendações CGM/SP
São Paulo Transportes	Auditoria de Integridade
Prefeitura Regional da Sé	Locação de Veículos Leves e Pesados
Secr. M. de Trabalho e Empreendedorismo	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Secr. M. da Educação	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Secr. M. do Verde e Meio Ambiente	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Secr. M. de Saúde	ASF - Contratação de Ambulâncias
Instituto de Previdência do Município de SP	Concessão de Benefícios e Gestão de Ativos
Secr. M. de Saúde	Análise complementar à OS 051/2016 - Locação de Veículos
Secr. M. de Saúde	Reforma e Compra de Equipamentos - Laboratório São Miguel - Equipamentos e Exames laboratoriais
Secr. M. de Serviços e Obras	Reforma e Compra de Equipamentos - Laboratório São Miguel - Manutenção Predial ARP da SMSO
Prefeitura Regional de Santo Amaro	Monitoramento Recomendações CGM/SP
Autarquia Hospitalar Municipal	Monitoramento TCM/Diálogo
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Serviços e Obras	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Saúde	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. do Verde e Meio Ambiente	Monitoramento TCM/Diálogo
Companhia de Engenharia de Tráfego	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Justiça/Controladoria Geral do Município	Monitoramento TCM/Diálogo

Secr. M. de Mobilidade e Transportes	Monitoramento TCM/Diálogo
São Paulo Transportes	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Habitação	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. da Fazenda	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. do Governo Municipal	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Serviços e Obras	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Desenvolvimento Urbano	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. da Educação	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Gestão	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Justiça	Monitoramento TCM/Diálogo
São Paulo Obras	Monitoramento TCM/Diálogo
Secr. M. de Serviços e Obras	Auditoria Conjunta com TCU - Obra Córrego Paciência - CEF
Procuradoria Geral do Município	Análise Precatórios
Secr. M. de Justiça/Controladoria Geral do Município - CGM	Análise LRF
Secr. M. de Esportes, Lazer e Recreação	Contratos de Vigilância
Prefeitura Regional da Lapa	Obra Muro de Arrimo em Área de Risco
Prefeitura Regional da Sé	Concessão de Alvará para Evento Temporário (Festa na Liberdade)
Secr. M. de Urbanismo e Licenciamento	Concessão de Alvará para Evento Temporário (Festa na Liberdade)
Secr. M. de Prefeituras Regionais_Superintendência das Usinas de Asfalto	Compra de Materiais
Prefeitura Regional de M'Boi Mirim	Compra de Materiais
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Locação de Máquinas/Equipamentos
Secr. M. de Prefeituras Regionais	PSIU - Programa de Silêncio Urbano
São Paulo Transportes	Monitoramento Acórdão do TCM
Prefeitura Regional da Sé	Pregão Eletrônico nº 010/2016 - Locação de 110 computadores
Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social	Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo Brasileiro e a ONU_UNESCO
Secr. M. do Verde e Meio Ambiente	Programa de Integridade e Boas Práticas
Secr. M. da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	Contratos n.º 002/2015 e n.º 008/2015 - Sistema de Libras
Secr. M. da Fazenda	Análise dos Demonstrativos (RGF) da LRF - 3° Quadrimestre de 2016
Prefeitura Regional do Butantã	Compra de Guias de Concreto
São Paulo Obras	Licitação - Edificio Othon
Prefeitura Regional de Perus	Construção de Praças
Secr. M. de Serviços e Obras	Avaliação Preventiva Concorrência 002/2017 - ARP -Manutenção Próprios Municipais
Secr. M. de Saúde	GT_SMFaz_SMS - Contratos Locação de Veículos - GOCIL
Secr. M. de Serviços e Obras	Analise Preventiva do Edital n.º 003/2017
São Paulo Obras	Analise Preventiva do Edital n.º 01617312
Theatro Municipal	Analise Preventiva do Edital Chamamento Público n.º 001/2017 - Gestão do Theatro
Secr. M. da Educação	Contratos de Vigilância SME - GT SF_SME_CGM - Despesas Educação
Hospital Servidor Público Municipal	Analise Preventiva do Edital/TR Serviços de Lavanderia
Secr. M. da Fazenda	Análise dos Demonstrativos (RGF) da LRF - 1° Quadrimestre de 2017
Secr. M. de Cultura	Carnaval de Rua
Secr. do Governo Municipal	"156" - Contratos Antigos
Secr. M. de Saúde	Contrato de veículos e motoristas firmado entre a COVISA e a JCN - extensão de escopo da OS 36/2015
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	Fundo Paulistano de Reciclagem
Hospital Servidor Público Municipal	Analise Preventiva do TR Exames de Imagem
Theatro Municipal	Análise do Chamamento Público - Gestão do Theatro 2017
Serviço Funerário do Município de SP	Licitação Locação de Veículos Elétricos
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Sistemas e processos para acompanhamento e aferição do desempenho das Prefeituras Regionais na fiscalização das Posturas Municipais.
Secr. Especial de Comunicação	Análise Adequação Licitação Assessoria de Impresa pelo SESCOM para outra Pasta (SMS)
Secr. M. de Cultura	Estudo (Comissão Intersecretarial) para novo regramento e modelo de edital para captação de Co-patrocínio - Carnaval de Rua
Serviço Funerário do Município de SP	Análise preventiva Edital Pregão - ARP compra de flores para adorno de urnas funerárias comercializadas pelas Agências do SFMSP.
Secr. M. de Cultura	Análise preventiva Edital Pregão - Serviços de Engenharia - Reparo da Impermeabilização 250m2 Anhembi
São Paulo Turismo	Análise preventiva Edital Pregão - Serviços de Engenharia - Recuperação estrutural Cobertura Metálica do Centro Cultural da Juventude.
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Análise preventiva Edital Pregão - Serviços de Corte de Grama e Poda de Árvores
Prefeitura Regional de São Mateus	Análise preventiva Edital Pregão - Serviços de Limpeza, Copeiragem etc
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	Consulta prévia - dúvidas sobre a licitação para contratação de Serviços de Limpeza Pública Urbana.
Controladoria Geral do Município	Elaboração e Realização de Curso sobre Compras e Contratações na Escola do Parlamento da Câmara/SP
Hospital Servidor Público Municipal	Auxílio ao HSPM em atendimento ao Ofício n° 735/2017, visando analisar o pedido de prorrogação excepcional do Contrato nº 402/2013, considerando as conclusões alcançadas no Relatório de Auditoria nº 28-A/2016/CGM.
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	Avaliação quanto à modalidade de licitação a ser adotada pela AMLURB para contratação da empresa responsável pela prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública.
Empresas Públicas Municipais	Verificação do cumprimento de determinação da Junta Orçamentária e Financeira – JOF – em relação às seguintes diretrizes para remuneração dos diretores das empresas municipais.
Secr. M. de Serviços e Obras	Análise Prévia da Concorrência nº 004/2017/SMSO - serviços técnicos de natureza consultiva (controle e redução do consumo de energia elétrica para o Sistema de Iluminação Pública e Equipamentos Públicos) de competência SMSO, compreendendo melhorias nas performances
Autarquia Hospitalar Municipal	Análise da Justificativa da AHM quanto à realização do Pregão Presencial nº 001/2017, em detrimento de pregão eletrônico, para contratação de ambulâncias tipo B (Suporte básico) e tipo D (UTI móvel), 24 horas, para as unidades de saúde pertencentes à AHM.
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Análise do processo 2012-0.043.429-0 - Serviços de conservação (SMPR/ SPUA)
Secr. M. de Prefeituras Regionais	Analise Preventiva do Carnaval de Rua 2018. SEI 6012.2017/0000849-0

As atividades supracitadas geraram os seguintes tipos de produtos:

- **Relatório**: É oriundo de processo mais moroso, concedendo-se prazos para manifestação da Unidade, para dar oportunidade ao contraditório por parte da auditada, e consequentemente, possibilitando a sua publicação.

Pode-se citar como exemplo de atividade que gera um relatório, a realização de uma auditoria.

- **Nota Técnica**: Emitida em situações que requerem celeridade para adoção de providências por parte da Unidade, a fim de se evitar, tempestivamente, prejuízos à administração pública, ou para atividades que não se tratavam de realização de auditoria. Desse modo, não se concedia o contraditório prévio à emissão das Notas Técnicas às Unidades, e por isso que, em 2017, não se publicava Notas Técnicas.

São exemplos de atividades que geraram Notas Técnicas em 2017: Análise preventiva de edital de licitação; Avaliações, análises e auxílios técnicos; Monitoramentos de atividades realizadas pela CGM ou pelo Tribunal de Contas do Município – TCM; Resultados de atividades de grupo de trabalho e; Análises contábeis.

Dentre as atividades mencionadas acima, podemos destacar inúmeros benefícios diretos e indiretos para a Administração Municipal, ressaltando os seguintes benefícios financeiros gerados em 2017 de acordo com a Portaria nº CGM 104/2016, além do aprimoramento dos processos e da maior aderência aos normativos e às jurisprudências vigentes:

Exercício 2017	
Economia Potencial	R$ 190.670.222,82
Prejuízo Apurado	R$ 10.695.617,10
Ressarcimento de Valores	R$ 0,00
Economia Efetiva por Melhoria de Processos	R$ 52.450.493,55
Total no Exercício	**R$ 253.816.333,47**

Cumpre destacar que alguns trabalhos, que já estão em andamento, tendem a trazer mais achados envolvendo prejuízos e possibilidades de economia ao Erário Municipal.

A seguir estão relacionados os principais achados das auditorias concluídas pela AUDI em 2017, cujos relatórios já foram publicados no sítio eletrônico da CGM:

Ordem de Serviço 14/2016 – PR-Sapopemba – Serviços de Urbanização

a) Superestimação da quantidade de veículos e horas necessárias, resultando em desperdício de até R$ 1.893.600,00/Ano para a Prefeitura, no Contrato n° 009/SP-SÉ/2015/Veículos.

b) Superestimação da quantidade de veículos e horas necessárias para execução do Contrato n° 001/SP-SÉ/2013/Locação de Caminhões, resultando em desperdício de até R$ 316.700,00/Ano, para a Prefeitura.

c) Preços praticados no Contrato nº 009/SPSÉ/2015/Veículos acima dos preços de mercado, ensejando prejuízo potencial de R$ 466.560,00/Ano.
Preços praticados no Contrato nº 001/SPSÉ/2013/Caminhões acima dos preços de mercado, ensejando prejuízo potencial de R$ 164.448,00/Ano.

Ordem de Serviço 15/2016 – PR-Guaianases – Serviços de Bombeamento

a) Subcontratação do Serviço de Vigilância em Valores Superiores aos praticados pela Própria Prefeitura Regional de Guaianases em Serviço Similar e Aplicação Indevida de BDI Integral no Serviço Subcontratado ensejando em Prejuízo Potencial de R$ 230.616,00/Ano.

b) Inadequação na Cobrança Anual relativa ao Item “Cabo Elétrico de Cobre 90/120 mm2 ” resultando em Prejuízo de R$ 206.148,40 ao Erário Municipal.
Itens Cobrados e/ou Fornecidos pela Contratada sem previsão no Edital do Pregão Eletrônico nº 007/SP-G/2014 resultando em Pagamentos Indevidos da ordem de R$ 177.781,97 no Ano.

c) Inclusão Indevida dos Custos de Serviço de Vigilância em Aditamento para Acréscimo de Sistema Auxiliar de Bombeamento resultando em Prejuízo de R$ 21.698,10.

d) Valor Pago Anualmente pela Locação dos Flutuantes (Contrato 005/SPG/2014) Equivale ao Valor de Aquisição de Equipamentos Novos. O valor cobrado anualmente pela locação dos flutuantes, R$ 75.376,25/flutuante, é equivalente ao valor de aquisição de um equipamento novo. Com base na avaliação dos processos de 2007, 2009 e 2014 não foi registrada a necessidade de substituição completa de um flutuante até o momento. Assim, entende-se não haver justificativa da Administração, com base em critérios técnicos/contábeis, para o valor de locação pago anualmente por esse bem.

e) Aumento Injustificado do Valor Contratual de R$ 72.229,00, em 2009, para R$ 117.000,00, em 2014.

Ordem de Serviço 20A/2016 – AHM - Contratos Emergenciais – Vigilância

a) Superfaturamento em contratos emergenciais de vigilância. Considerando as diferenças entre os custos de locação e aquisição, além das diferenças significativas em relação à comparação com contratos sucedâneos, constata-se sobrepreço para a Administração Municipal, no tocante aos Contratos Emergenciais nºs 132/2015 e 070/2016 e um prejuízo potencial de R$ 108.364,93 em 6 meses de duração dos ajustes.

b) Contratação de líder diurno e líder noturno fora do padrão de contratação para serviços de vigilância patrimonial nos Contratos Emergenciais nºs 132/2015 e 070/2016 (Lotes 1 e 2), causando prejuízo potencial de R$ 541.355,50.

c) Desvantajosidade e irregularidade na contratação conjunta entre serviços de vigilância e locação de equipamentos referente aos Contratos Emergenciais nºs 132/2015 e 070/2016, ensejando sobrepreços para os itens adquiridos, bem como restrição à competitividade e isonomia do certame.

Ordem de Serviço 20B/2016 – AHM – Contratos Emergenciais – Ambulâncias

a) Prejuízo potencial de R$ 1.885.534,81 na celebração dos Contratos Emergenciais nºs 86/2015, 37/2016, 38/2016 e 39/2016 e do Contrato nº 222/2013 devido à inadequação dos preços praticados.

b) Falta de planejamento por parte da Pasta, ensejando em Contratos Emergenciais nºs 37/2016, 38/2016 e 39/2016 em desacordo com Acórdão TCU nº 3.267/2007.

c) Divergências entre a quantidade de remoções apontadas e as efetivamente pagas nos Contratos Emergenciais nºs 39/2016 e 86/2015. Em uma amostra envolvendo o exame de apenas dois meses (agosto de 2015 no Contrato nº 86/2015 e julho de 2016 no Contrato Emergencial nº 39/2016) e, ainda, relativos à movimentação em apenas duas unidades hospitalares, Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria e Hospital Professor Dr. Waldomiro de Paula, respectivamente, já foi possível o apontamento de R$ 6.820,00 em prejuízos pelas diferenças apuradas.

Ordem de Serviço 25/2016 – SMADS – Contrato Transportes e Administração de Almoxarifado

a) Impropriedades presentes na prestação, controle e medição dos serviços. Realização de Pagamentos sem a devida Comprovação da Prestação dos Serviços no Contrato nº 46/SMADS/2013. Ademais, constatou-se que a rotina de emissão do Ateste dos Veículos, com a assinatura do Fiscal do Contrato, somente foi iniciada em abril de 2014, sendo que, em alguns meses posteriores, não consta o respectivo ateste anexado ao processo.

b) Falhas quanto ao pagamento, pela Contrata, de horas-extras e adicional noturno aos funcionários no tocante à execução do Contrato nº 46/SMADS/2013. Inconformidades na Carga Horária desempenhada pelos Funcionários da Contratada.

Ordem de Serviço 27A/2016 – HSPM – Pessoal e Infraestrutura

a) Profissionais do HSPM atuando com mais de dois vínculos públicos e profissionais atuando com carga horária semanal incompatível com a legislação e/ou jurisprudência.

b) Falta de profissionais de determinadas especialidades. O HSPM contrata temporariamente profissionais para o cargo de Analista de Saúde Médico e ainda solicita aos funcionários que trabalhem horas adicionais àquelas previstas no estatuto, recebendo a denominada "hora suplementar". Ressaltou-se que o custo da "hora suplementar" é superior ao custo da hora trabalhada regularmente, fato que indica ter o hospital adotado solução economicamente desvantajosa para a Administração Municipal.

c) Insuficiência na transparência do HSPM com relação à escala de médicos. Em visita aos diversos setores do HSPM, foi possível observar que, apenas em algumas localidades, estava presente a escala dos profissionais atuantes no setor. Em sua maioria, o quadro contendo o nome do especialista, respectivo cargo ou função e seu horário de trabalho não existiam nem em posse do responsável pelo setor, o que sugere uma falta de transparência ou mesmo de organização.

Ordem de Serviço 027B/2016 – SMSO – Obras/Reforma

a) Sobrepreço na compra de Estabilizador/Nobreak, ensejando prejuízo potencial de R$ 164.420,41. O preço pago, no Contrato nº 006/SIURB/2015, por um Nobreak de 40kVA, excedeu em 304% a média de preços de mercado obtido mediante consultas da equipe de auditoria.

b) Falta de justificativa clara para mudança do sistema de ar-condicionado previsto no projeto básico ensejando prejuízo potencial de R$ 73.003,57. O sistema de ar-condicionado foi, originalmente, orçado em R$ 33.578,72, conforme Contrato nº 006/SIURB/2015. Entretanto, ao longo da execução da obra, mediante aditivo contratual nº 003/006/SIURB/15/2015, constatou-se que o sistema a ser instalado foi mudado a fim de se adequar às exigências técnicas de empresa específica, fornecedora do equipamento Angiógrafo. O novo sistema foi orçado globalmente, não havendo a definição de preços unitários que o compõem, sendo que o valor total pago para o sistema de ar-condicionado, sem considerar o BDI, de R$ 94.415,03.

c) Restrição ao caráter competitivo pelo não parcelamento do objeto. A Tomada de Preços nº 009/14/SIURB que originou o Contrato nº 006/SIURB/2015 previu o

fornecimento de um nobreak/estabilizador de 160 kVA e um sistema de ar-condicionado, os quais, conjuntamente, representaram 33,48% do contrato. Conforme o artigo 15 da Lei n.º 8.666/1993, "... compras, sempre que possível, deverão (...) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade". Levando em consideração as disposições legais e jurisprudências do TCU, conclui-se que não foi adotada a estratégia que garantiria maior economicidade, já que o parcelamento do objeto, no caso aqui apresentado, seria o mais aconselhável.

Ordem de Serviço 028/2016 – Hospital do Servidor Público Municipal

a) Serviços Laboratoriais de Diagnóstico por Imagem: constatou-se sobrepreço acima de R$ 10 milhões causado pela utilização de um preço médio da modalidade de exame e não o preço específico de cada exame;

b) o Contrato n.º 080/2015 firmado entre o HSPM e a empresa Centurion para a realização de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial apresentou:
- especificação de serviço que se mostrou desvantajosa para o HSPM, resultando em uma oneração indevida de R$2,6 milhões;
- sobrepreço de R$ 565 mil nos itens de vigilância eletrônica em comparação do CADTERC; e
- falta de cobertura dos postos de vigilância durante o intervalo da intrajornada, no valor de R$ 300 mil;

c) O Contrato n.º 07/2015 firmado entre o HSPM e a empresa Califórnia para realização de serviços de limpeza apresentou cobrança indevida e R$230 mil, tendo em vista divergência entre as áreas previstas no contrato e as áreas efetivamente cobertas pelo serviço de limpeza;

d) Verificou-se que o Sistema de Angiografia Digital, adquirido em 2014, no valor de R$1,285 milhão, ficou embalado por dois anos, sem utilização.

Ordem de Serviço 036/2016 – Prefeitura Regional da Sé – locação de veículos

A equipe de auditoria da CGM fiscalizou o Contrato nº 017/SP-Sé/2015 relativo à locação de veículos, incluindo motorista e combustível, e verificou que os preços praticados estavam 76,80% acima da média de mercado, o que ensejava um prejuízo potencial de R$ 1,2 milhão por ano. Além disso, houve uma superestimativa na quantidade de veículos e horas necessárias para atender a Unidade. Após relatório da CGM, a nova gestão da PR-Sé, em 2017, efetuou aditivo ao contrato, reduzindo a despesa mensal de R$ 245 mil para R$ 45 mil.

Ordem de Serviço 041/2016 – Secretaria Municipal de Educação – EMEF Dr. Fábio Prado Mooca

Durante vistoria realizada na EMEF, foram verificadas falhas em relação à infraestrutura necessária para atender aos alunos, tais como: áreas sem sinais de limpeza, tetos com infiltração de água, rampa de acesso com inclinação muito acentuada e falhas em circuitos elétricos. Além disso, foram observadas falhas na condução de processos para realização de obras de manutenção da escola como, por exemplo, ausência de projeto básico.

Ordem de Serviço 049/2016 – São Paulo Transportes – auditoria de integridade

No âmbito da SPTrans foi realizada a primeira auditoria de integridade da CGM, trabalho precursor do Programa de Integridade e Boas Práticas da CGM, que posteriormente foi aplicado na Secretaria Municipal do Verde em 2017.

Durante essa auditoria, foram analisadas a aplicação Código de Ética e Conduta na Unidade, registros e controles contábeis, mecanismos de controle de atividades rotineiras, análise do sistema de informação, além de outros procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados.

Ordem de Serviço 051/2016- PR SÉ - Locação de Veículos Leves e Pesados

a) Carros e motoristas do Contrato da Subprefeitura da Sé (nº 009/SP-SÉ/2015/Veículos) aparecem em processos de pagamento do Contrato da Secretaria Municipal de Saúde (nº 12/CRS-SE/2014), inclusive, como se tivessem prestado serviço em dois lugares ao mesmo tempo, resultando em falha na execução e consequente prejuízo à Administração Municipal de até R$ 467.847,00 no período de Julho de 2015 a Maio de 2016 (Contrato nº 009/SP-SÉ/2015).

b) Superestimação da quantidade de veículos e horas necessárias, resultando em desperdício de até R$ 1.893.600,00/Ano para a Prefeitura, no Contrato n° 009/SP-SÉ/2015/Veículos.

c) Superestimação da quantidade de veículos e horas necessárias para execução do Contrato n° 001/SP-SÉ/2013/Locação de Caminhões, resultando em desperdício de até R$ 316.700,00/Ano, para a Prefeitura.

d) Preços praticados no Contrato nº 001/SPSÉ/2013/Caminhões acima dos preços de mercado, ensejando prejuízo potencial de R$ 164.448,00/Ano.

Ordem de Serviço 063B/2016- SMSO - Reforma e Compra de Equipamentos - Laboratório São Miguel - Manutenção Predial ARP da SMSO

a) No que concerne à análise da Ata de Registro de Preços nº 026/SIURB/2014, foram identificadas exigências restritivas à competitividade do certame licitatório. Neste item sobressai o fato de que, embora os serviços fossem comuns, foram requisitados 25 atestados para fins de comprovação técnica em 17 locais distintos, infringindo o disposto na Lei 8.666/1993;

b) Com relação ao planejamento da execução do objeto do Contrato nº 111/SIURB/NMPME/2015, a Equipe de Auditoria aponta que a ausência de projeto básico e o não estabelecimento de um cronograma físico-financeiro, dificultaram a identificação das necessidades do Laboratório. Tal fato ensejou, não só o atraso da reforma, como a imposição de constantes mudanças dos serviços executados. Consequentemente, alguns serviços que não constavam do escopo original foram executados sem o devido Termo Aditivo.

c) Em visitas in loco, foram constatadas falhas quanto à qualidade dos serviços executados mediante Contrato nº 111/SIURB/NMPME/2015. Após emissão da Solicitação de Auditoria Final nº63-B-SMSO/2016/CGM, houve alguns reparos por parte da contratada, mas o problema não foi inteiramente solucionado.

Ordem de Serviço 092/2016- SMSO - Auditoria Conjunta com TCU - Obra Córrego Paciência - CEF

a) Constatou-se que as principais inconformidades foram: (i) superavaliação de quantitativos em serviços relevantes; (ii) inconsistências entre os valores atribuídos ao projeto executivo na memória de cálculo e no orçamento e (iii) cronograma de obras inadequado.

b) Foi identificado no orçamento-base da licitação e no cronograma previsto de desembolso que a administração local da obra possui critério de pagamento fixo mensal, em afronta ao disposto no item 9.3 do Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário, que estipula o critério de pagamento proporcional à execução do empreendimento.

Ordem de Serviço 095/2016 - SEME – Contratos de Vigilância

a) Foi verificado prejuízo acumulado da ordem de R$ 4.207.104,80 no Contrato nº 058/2014, em decorrência de sobrepreço nos itens de Vigilância Eletrônica. O sistema de vigilância eletrônica, parte integrante do objeto do referido contrato, está com sobrepreço no serviço de fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos, onerando mensalmente os cofres públicos em mais de 300% ou cerca de R$ 160.000,00/mês.

b) Identificaram-se pagamentos indevidos pelo serviço de monitoramento por imagens por Circuito Fechado de TV (CFTV) e pelo vigilante monitor, onerando os cofres públicos em R$ 35.845,80. De dezembro/2014 a fevereiro/2015 e de dezembro/2015 a abril/2016 foram identificados pagamentos anteriores à instalação ou posteriores à desinstalação de sistemas de monitoramento eletrônico de determinadas unidades, bem como cobranças em decorrência de postos de vigilante monitor em data posterior a sua exclusão contratual.

c) Possibilidade de redução da quantidade de postos de vigilância patrimonial no Contrato n° 013/2015 visando à economicidade na ordem de R$ 43.972,07/mês ou R$ 879.441,40 no período de maio/2015 a dez/2016. Foram verificadas oportunidades de melhoria no referido contrato com a redução de postos de vigilância subutilizados.

d) Postos de vigilância com atribuições próprias de recepcionista/portaria no Contrato n° 013/2015, onerando os cofres públicos em R$ 294.258,40 (maio/2015 a dezembro/2016). Foram verificadas oportunidades de melhoria no Contrato em epígrafe com a substituição de postos de vigilância subutilizados por recepcionistas, controladores de acesso e/ou orientadores de público, a qual pode gerar economia de, aproximadamente, R$ 14.712,92/mês.

e) Superdimensionamento da equipe de vigilantes (supervisor geral, supervisor local, líder) no Contrato n° 013/2015, onerando os cofres públicos em R$ 9.403,23/mês ou R$ 188.064,60 (maio/2015 a dezembro/2016). Verificou-se que a equipe de segurança prevista para o Complexo SEME; composta por supervisor geral, supervisor local e vigilante líder; possuem atribuições concorrentes, caracterizando um superdimensionamento, de modo que a eliminação do posto de supervisão local, com a respectiva transferência de suas funções para o vigilante líder e para o supervisor geral, não trará prejuízos à execução dos serviços.

f) Detectou-se prejuízo acumulado da ordem R$ 159.666,60 no Contrato n° 013/2015 (maio/2015 a dezembro/2016), em decorrência de sobrepreço nos itens de Vigilância Eletrônica. O sistema de vigilância eletrônica, parte integrante do objeto do Contrato em questão, está com sobrepreço no serviço de fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos, onerando mensalmente os cofres públicos. Os sobrepreços no serviço de vigilância eletrônica variam de 14,65% a 59,0%.

Ordem de Serviço 096/2016 – PR Lapa - Obra Muro de Arrimo em Área de Risco

a) Verificou-se a deficiência do Projeto Básico devido à falta de cronograma físico-financeiro, à falta de memorial de cálculo para os quantitativos apresentados e à falta de detalhamento das soluções técnicas globais e localizadas. A existência de um Projeto Básico deficiente pode acarretar a existência de custos futuros e atrasos de cronograma, por exemplo.

b) Além da existência de um Projeto Básico adequado, a Lei 8.666/1993 assevera a necessidade de se elaborar um Projeto Executivo. A auditoria não encontrou o Projeto Executivo correspondente à contenção do talude junto à Avenida Presidente Altino. A inexistência de Projeto Executivo inviabiliza a avaliação dos quantitativos de materiais efetivamente utilizados na execução da obra, bem como dificulta assegurar a segurança e a responsabilidade quanto às intervenções realizadas.

c) Foi demonstrado que houve uma demora de pelo menos 6 anos desde a ocorrência de deslizamentos junto à Avenida Presidente Altino até o início da execução de obras de contenção no local, as quais não foram totalmente efetivas. Dessa forma, provavelmente os cofres municipais novamente serão onerados para a complementação das intervenções necessárias. Também não é possível descartar completamente eventuais riscos à segurança.

Ordem de Serviço 099-B/2016 – SMPR/SPUA - Compra de Materiais

Identificou-se falta de embasamento para a aquisição de 16.861 guias pela SPUA (através da Ata de Registro de Preços nº 02/SMSP/COGEL/2015) e para sua distribuição às Prefeituras Regionais, bem como ausência de comprovação quanto à efetiva transferência do material, com prejuízo potencial de, no mínimo, R$ 400.000,00.

Ordem de Serviço 099-B1/2016 – PR M'Boi Mirim - Compra de Materiais

a) Foram identificadas falhas no procedimento de verificação da qualidade do concreto usinado recebido no local da obra, quando verificadas as definições da Ata de Registro de Preços e Termo de referência a esta associado, além das normas técnicas pertinentes, o que pode ter causado recebimento de material fora do especificado (baixa qualidade) e prejuízo ao erário que paga pela qualidade contratada.

b) Não foram respeitados os parâmetros definidos em Ata de Registro de Preços quanto à distância máxima entre a Usina de Concreto e o local da obra, o que pode ter causado impacto no prazo limite para aplicação do Concreto, o qual é estabelecido em duas horas e meia desde a saída da Usina.

c) Identificou-se existência de cláusulas contratuais que fragilizam o controle de qualidade do Concreto recebido, as quais permitiram a discricionariedade do Fiscal de Contrato/Responsável para realização e/ou solicitação de execução de testes. Verificou-se também a fragilidade na fiscalização da execução do contrato, pelo fato de orientações técnicas e contratuais não terem sido cobradas pelo fiscal, bem como inexistir memorial de cálculo associado às solicitações de fornecimento. E falta de comprovação quanto à real necessidade dos quantitativos de concreto solicitados pelas equipes de logradouro (contratadas) para a realização de intervenções implicando na falta de transparência e impossibilidade de controle do concreto consumido por parte da fiscalização do contrato.

Ordem de Serviço 099-C/2016 – SMPR - Locação de Máquinas/Equipamentos

I - Contrato nº 01/SMSP/COGEL/2015 - Prestação de Serviço de Transporte

I-A) Em relação ao Contrato nº 01/SMSP/COGEL/2015, constatou-se, com base em amostragem, que a utilização da frota contratada é de aproximadamente 32%. Caso considerar conservadoramente que a utilização possa estar por volta de 40%, estima-se que a ociosidade de 60% representa um desperdício de aproximadamente R$ 871.800,00 ao ano.

I-B) No outro giro, destacam-se as inconsistências relacionadas às horas extras, como a alocação das horas em fixas e em adicionais, que podem ter ocasionado um pagamento indevido de R$ 132.000,00 anuais, bem como possível divergência entre horas adicionais pagas pela Prefeitura e as horas extras pagas pela contratada aos seus motoristas, que podem indicar descumprimento de obrigações trabalhistas.

I-C) No quesito preços contratados, a auditoria identificou que as pesquisas de preços, feitas antes do pregão e na renovação promovida no 3º aditivo, foram realizadas exclusivamente com base no método de múltiplas consultas de mercado (3 cotações), negligenciando outras referências de preço como o CadTerc. Ao comparar o valor referencial do CadTerc e o valor de renovação para a mesma referência de 44 horas semanais (horas fixas) por veículo contratado, obteve-se a diferença de R$ 103.513,00 para um período estimado de um ano.

II - Contrato nº 124/SMSP/COGEL/2015 - Remoção, Demolição e Serviços Complementares da Passarela Comandante Rolim Adolfo Amaro

II-A) Na análise dos Contratos nºs 124/SMSP/COGEL/2015 e 05/SMSP/COGEL/2016, identificou-se orçamento com BDI (bônus e despesas indiretas) inapropriado, o qual acarretou prejuízo ao erário de R$ 48.518,00.

II-B) A auditoria também verificou que devido à morosidade da Administração na efetivação de uma solução definitiva para a concretização do processo de doação, processo nº 2014-0.227.809-4, existe um risco de desistência dos doadores, podendo incorrer em prejuízo de R$ 4.051.860,62.

II-C) Além disso, foram apontadas a ausência de manutenção da estrutura instalada e a falta de ajuste contratual para disponibilização do equipamento após 05/09/2016.

III - Contratos nºs 127/SMSP/SPUA/2010 e 102/SMSP/SPUA/2012, ambos para Prestação de Serviço de Locação de Pá Carregadeira de pneus

III-A) No que tange aos contratos nºs 127/SMSP/SPUA/2010 e 102/SMSP/SPUA/2012, verificou-se que as pesquisas de mercado se limitaram ao método de consultas diretas ao mercado, contrariando o entendimento do Tribunal de Contas do Município de que este método é um recurso de apoio ou subsidiário.

III-B) Ademais, verificou-se em estudo complementar que a compra das pás carregadeiras, já considerando uma de reserva em caso de necessidade de manutenção, em vez da locação do equipamento poderia gerar uma potencial economia de R$ 3.592.875,00.

III-C) Por fim, constatou-se, também, que no contrato nº127/SMSP/SPUA/2010, ocorreram termos de aditamentos, sem apresentação de justificativas, que vigoraram por mais tempo que o permitido na legislação para serviços continuados.

Ordem de Serviço 004/2017- SMADS - Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo Brasileiro e a ONU/UNESCO

a) Foram constatadas fragilidades na gestão, por parte da SMADS, nas atividades e seus respectivos resultados previstos no Projeto de Cooperação Técnica – PRODOC.

b) Foi identificado conflito de interesses na contratação de ex-servidor da SMADS para prestação de serviço de consultoria para o Projeto.

Ordem de Serviço 006/2017- SVMA - Programa de Integridade e Boas Práticas

a) Falta de controle das atividades rotineiras e ausência de setor responsável pelo controle interno, resultando em falta de padrão, histórico de dados e informações, e obsoletismo dos processos e procedimentos, entre outros;

b) Falta de segregação de funções e existência de conflitos de interesses, ensejando na ausência de revisão dos processos e situações eticamente conflitantes;

c) Inexistência de indicadores de desempenho, dificultando a tomada de decisão pelos gestores e o desenvolvimento de metas;

d) Morosidade na análise de multas e nas fiscalizações de crimes ambientais, resultando na redução da quantidade de multas emitidas e possivelmente na maior incidência de crime ambiental devido a falta de punição.

e) Ausência dos requisitos mínimos para abertura de novos processos, causando excessivo número de processos em comunique-se e constante retrabalho por parte dos servidores e munícipes;

f) Falta de controles eficientes na entrega e retirada de mudas dos viveiros, resultando em possíveis perdas de mudas provenientes de TCAs e TACs;

g) Falta de incentivo para que servidores e munícipes realizem denúncias de atos desconformes, resultando em desconhecimento pelos gestores e órgãos de controle;

h) Excesso de processos físicos e baixa aderência ao SEI, resultando em perda de processos, papeis, falta de cronologia e espaço físico para armazenagem.

i) Restritividade das licitações e aderência parcial aos princípios basilares da Administração Pública, causando redução dos licitantes participantes e consequentemente elevando o preço da contratação.

Ordem de Serviço 007/2017 - SMPED - Contratos n.º 002/2015 e n.º 008/2015 - Sistema de Libras

a) Os terminais de autoatendimento e dispositivos Braille, previstos no Contrato não foram disponibilizados pela empresa Contratada, no entanto, o pagamento dos referidos itens foi realizado como se tivessem sido entregues. Nesse caso, houve um prejuízo estimado aos cofres municipais de R$ 261.800,00;

b) Inobservância do cronograma de pagamentos firmado contratualmente e adiantamento financeiro indevido da última parcela prevista no Contrato sem apresentação de justificativa. Tal fato configurou um prejuízo estimado ao erário municipal de R$ 230.070,08.

c) Inconsistências apresentadas nos pagamentos, pela Secretaria, de custos relativos à Tecnologia sem a apropriada contraprestação do serviço de atendimento da Central de Interpretação de Libras via aplicativo. Assim estima-se um prejuízo ao erário municipal de R$ 599.816,52;

d) Com base nos pagamentos efetivados, verificou-se que do valor financeiro estabelecido no Contrato estabelecido junto à PRODAM, foi realizado apenas o valor referente à 35% do total, sendo 65% descumprido. Enquanto que em relação ao respectivo Termo Aditivo, foi realizado 37%, e descumprido 63%. Dessa forma, mais da metade do contrato foi descumprido, cabendo, portanto, as aplicações de multas cabíveis e proporcionais, além da restituição dos valores pagos indevidamente, sem qualquer contraprestação.

Ordem de Serviço 010/2017 – PR Butantã - Compra de Guias de Concreto

a) Foi identificada falha nos controles de estoque e desrespeito à fase de liquidação da despesa, causando pagamento por material não recebido no valor de R$ 47.364,48;

b) Constatou-se fragilidade dos controles inerentes à Entrada e à Saída de Materiais e descumprimento ao principio de Segregação de Funções.

Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2017

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2017:

em R$

Exercício 2017	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Resultado Orçamentário	9.307.563.848,18	(8.953.507.139,23)	**354.056.708,95**
Superávit Financeiro	4.432.347.619,76	122.059.261,51	**4.554.406.881,27**
Resultado Primário	11.708.607.892,86	(8.989.510.244,99)	**2.719.097.647,87**
Resultado Patrimonial	5.446.334.260,49	(31.992.437.455,57)	**(26.546.103.195,08)**
Resultado Financeiro	1.939.848.763,71	180.637.853,22	**2.120.486.616,93**

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Conclusão

Concluímos o presente relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2017, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, 08 de março de 2018.